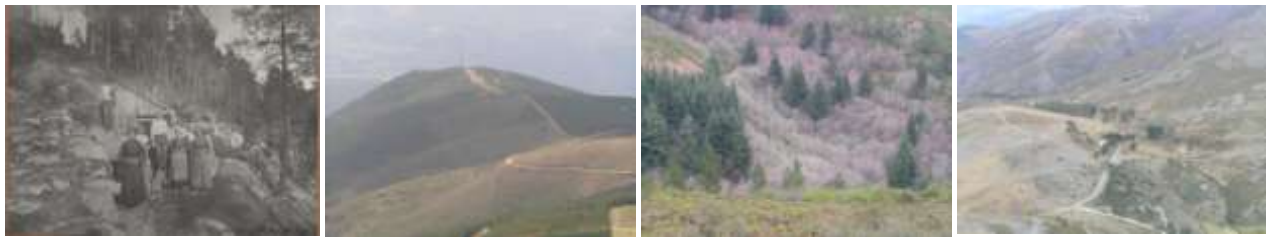


LUIS MIGUEL CÔRTE-REAL DE SOUSA OLIVEIRA

OS BALDIOS DA SERRA DO MARÃO

COM TRADIÇÕES PARA O FUTURO



Dissertação de 2º ciclo em Engenharia Florestal

Orientação: NICOLE DEVY-VARETA (Faculdade de Letras UP)



UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

2010

Este trabalho foi expressamente elaborado como dissertação para efeito de obtenção do grau de Mestre, sendo apresentado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro no âmbito do 2º ciclo de formação em Engenharia Florestal

Agradecimentos

O autor reconhece a Serra do Marão como inspiradora deste trabalho. Da serra, retirou o autor a frescura do conhecimento, a sombra da perseverança e montes de sabedoria. Estes três elementos, mais o incansável apoio da Dr.^a Nicole Devy-Vareta e a incontestável crítica do Prof. João Bento, foram os alicerces deste trabalho, a quem reconhecidamente agradeço.

A todos os que me ajudaram na revisão, que colaboraram nas entrevistas e que de uma maneira directa ou indirecta contribuíram para este trabalho, o meu sincero agradecimento.

À Luisa, Bárbara e Francisca.

*If you do not change direction,
you will end up where you are going.*

Lao Tzu - fundador do Taoísmo

Resumo

Os baldios da Serra do Marão - Com tradições para o futuro

A Serra do Marão sofre há quase 100 anos a transformação da ocupação do solo e dos usos e costumes comunitários, tendo-se perdido a relação do Homem com o espaço florestal baldio. Este trabalho monográfico expõe o papel transformador do Homem nos terrenos baldios da Serra do Marão. O Regime Florestal desde 1916 impôs novas atitudes que levaram a situações extremas: por um lado o êxodo rural, e por outro lado a arborização dos terrenos baldios. É feita uma resenha histórica da intervenção da Administração Florestal nestes 6500 ha de territórios comunitários, e apresenta-se o Núcleo de Baldios do Marão da ACEB, como uma tentativa de mobilização dos compartes para inverter a tendência de abandono de gestão.

São enumerados os recursos naturais da Serra e avaliada a importância que assumem para os diferentes *stakeholders*. Identificam-se os diferentes riscos associados a estes espaços, e o impacto que tem na sustentabilidade do ecossistema.

Palavras-chave: Serra do Marão, Regime Florestal, Baldios, Recursos naturais.

Abstract

Serra do Marão's commons, traditions for the future

The “Serra do Marão” (Marão Hill) suffers from almost 100 years the transformation of the land occupation and of the using and communitarian habits, having been lost the relationship between Man and the common forest space. This monographic work shows the transforming role of Man in the common lands of “Serra do Marão”. Since 1916, the Forest Regime imposes new attitudes which took to extreme situations: on one side the rural exodus and on the other side the arborisations of the commons lands. It is made an historical report of the intervention of the Forest Administration in these 6500 ha of communitarian territories, and the nucleus of Marão commons of ACEB is presented as an experiment of mobilization of participants to invert the tendency of administration desertion.

The natural resources of Marão are enumerated and the importance they take to the different stakeholders is valued. The different risks associated to these spaces and the impacts they have in the sustainability of the ecosystem are identified.

Key-words: Serra do Marão, Forest Regime, commons, natural resources.

Índice

1. Introdução.....	1
1.1. Objecto e objectivos	2
1.2. Percurso metodológico	2
1.3. Estrutura da dissertação.....	3
2- O espaço.....	4
2.1. Caracterização biofísica	4
2.2. Caracterização sócio-económica dos Territórios comunitários.....	12
3- Os Baldios	17
3.1. Realização de entrevistas.....	17
3.2. Enquadramento dos baldios na Serra do Marão e Meia Via	19
3.3. Os compartes e os baldios	25
3.3.1. Aboadela.....	30
3.3.2. Ansiães	34
3.3.3. Canadelo	41
3.3.4. Fridão.....	46
3.3.5. Olo	49
3.3.6. Rebordelo	52
3.4. A Administração Florestal.....	55
4- Os recursos naturais da Serra do Marão.....	64
4.1. Recursos Naturais.....	64
4.1.1. Recursos Biológicos	67
4.1.2. Recursos Geológicos	76
4.1.3. Recursos Pedológicos.....	79
4.1.4. Recursos Hídricos.....	79
4.1.5. Recursos Climáticos	82
4.2- Turismo	85
5- O Universo Personalizado e os Baldios	87
6- A sustentabilidade do Sector e a articulação necessária das políticas	92
6.1. A intervenção do Estado (passado e presente)	92
6.1.1- União Europeia	93
6.1.2- Investimentos realizados	95
6.2. A Estratégia Nacional para as Florestas	99
6.3. Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF)	99
6.4. A ACEB e o Agrupamento de Baldios da Serra do Marão e Meia Via	103
6.5. Os Planos de Utilização dos Baldios	110
6.6. Riscos associados	112
6.6.1. Fogo.....	112
6.6.2. Nemátodo	113
6.6.3. Minas abandonadas	114
6.6.4. Litígios.....	115
6.6.5. Eólicas	117
7- Epílogo	118
7.1. Os diferentes cenários	118
7.2. Conclusão	121
BIBLIOGRAFIA.....	124
1- Fontes primárias	124
2- Edições.....	124
3. Webgrafia.....	129

Anexos.....	130
Anexo 1: União Europeia	131
Anexo 2: Acta de Fridão, 1917	133
Anexo 3: Espécies botânicas mais relevantes com presença na Serra do Marão.....	134
Anexo 4: Gráfico de intervenções	135
Anexo 5: Minas, datas de concessão e seus concessionários	136
Anexo 6: Guião das entrevistas	137
Anexo 7: Conteúdo dos PUB e PGF	138
Anexo 8: Acta de Ansiães, de 1916	139
Anexo 9: Edital do inquérito de submissão.....	141
Anexo 10: Publicações do “Flor do Tâmega” dos dias 13.05.1917 e 24.06.1917	142

Índice de Quadros

Quadro 1: Jovens e idosos na área de estudo	13
Quadro 2: Distribuição populacional dos habitantes por freguesia.....	14
Quadro 3: Dados sobre a população.....	14
Quadro 4: Entrevistas realizadas	18
Quadro 5: Número de compartes recenseados por Unidade de Baldio	24
Quadro 6 : Etapas fundamentais dos últimos 110 anos	56
Quadro 7: Número de trabalhadores envolvidos em trabalhos florestais	60
Quadro 8 : Classificação dos recursos naturais, segundo o conteúdo	66
Quadro 9: Exemplos de utilizações dos recursos naturais da Serra do Marão.....	67
Quadro 10: Aproveitamentos hidroelétricos do PNBEPH	81
Quadro 11: Parques eólicos em funcionamento e respectivas potências instaladas.....	83
Quadro 12: <i>Stakeholders</i> na Serra do Marão.....	87
Quadro 13: Avaliação e expectativas	91
Quadro 14: Investimentos PAF na Serra do Marão.	96
Quadro 15: Investimentos realizados no Perímetro Florestal da Serra do Marão e Meia Via ...	98
Quadro 16: Factores do arranque e não continuidade da ACEB Marão.	106
Quadro 17: Qualidade das estações florestais	111
Quadro 18 : União Europeia.....	131

Índice de Fotografias

Fotografia 1: Pormenores do Reconhecimento Florestal de 1935	23
Fotografia 2: Despedida do Administrador Florestal.	27
Fotografia 3: Covelo do Monte, Março 2005	32
Fotografia 4: Nascente da Ribeira da Póvoa, Ansiães, Amarante.....	36
Fotografia 5: Casa do Gelo, Ansiães, Amarante	37
Fotografia 6: Ansiães. Incêndio e parcela de fogo controlado.	40
Fotografia 7: Aspecto do Baldio de Canadelo.....	44
Fotografia 8: Lápide na casa da Guarda-florestal de Fridão.	47
Fotografia 9: Manchas de pragas de escolitídeos em Olo, Amarante	51
Fotografia 10: Baldio de Rebordelo	53
Fotografia 11: Administração Florestal de Amarante	55
Fotografia 12: António Lago Cerqueira	57
Fotografia 13: Parque Florestal de Amarante.....	58
Fotografia 14: Ponte da Guiné, sobre o rio Olo	61
Fotografia 15: Casa da Guarda-florestal de Rebordelo	62
Fotografia 16: Pinhal basto no Talhão 90 Carregal, Aboadela	68
Fotografia 17: Pastoreio livre em Covelo do Monte, Aboadela.....	71
Fotografia 18: Apicultura em Ansiães.....	72
Fotografia 19: Sinalização na estrada florestal em Rebordelo	77
Fotografia 20: Construção da mini-hídrica do Olo	80
Fotografia 21: Parque eólico da Serra do Marão.....	84
Fotografia 22: Pousada de S. Gonçalo, Ansiães, Serra do Marão.....	86
Fotografia 23: Inauguração do pedilúvio da Póvoa, Ansiães	97
Fotografia 24: Mina abandonada em Fridão.	115

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Distribuição da população serrana	6
Gráfico 2: Média da queda pluviométrica em Amarante no período 1961-1990.....	10
Gráfico 3: Estrutura etária da população da área de estudo	13
Gráfico 4: Distribuição da População por freguesias da área de estudo	15
Gráfico 5: Evolução da arborização da Serra do Marão, de 1919 a 1985	59
Gráfico 6: Ocupação na Serra do Marão das casas de Guarda-florestal.	62
Gráfico 7: Distribuição por distritos dos empresários de madeiras.....	69
Gráfico 8: Preços de venda de resina	73
Gráfico 9: Evolução da Produção da Resina em Portugal.....	74

Índice de Figuras

Figura 1: Localização da área de estudo.	4
Figura 2: Carta de ocupação de Solo do concelho de Amarante.....	5
Figura 3: Carta Hipsométrica do concelho de Amarante	7
Figura 4: Carta Litológica do concelho de Amarante	8
Figura 5: Carta de Declives do concelho de Amarante	8
Figura 6: Carta de Exposições do concelho de Amarante.....	9
Figura 7: Precipitação média anual de Amarante.....	10
Figura 8: Bacias hidrográficas do concelho de Amarante	11
Figura 9: Modelo Digital do Terreno do concelho de Amarante	12
Figura 10: Enquadramento dos Baldios da Serra do Marão.....	29
Figura 11: Limite do baldio de Aboadela.....	30
Figura 12: Limite do baldio de Ansiães	34
Figura 13: Parcelas de Fogo Controlado	39
Figura 14: Limite do baldio de Canadelo	41
Figura 15: Projectos AGRO, em Canadelo, Amarante	45
Figura 16: Limite do baldio de Fridão.....	46
Figura 17: Limite do baldio de Olo	49
Figura 18: Limite do baldio de Rebordelo	52
Figura 19: O funcionamento sistémico dos recursos naturais.....	65
Figura 20: Impacto das novas Barragens na Região Norte de Portugal	81
Figura 21: Localização das altitudes superiores a 700 m em Portugal	82
Figura 22: Sítio Alvão-Marão	93
Figura 23: Regiões Homogéneas previstas no PROF Tâmega.....	101
Figura 24: Incêndio Florestal de 15 de Setembro de 1985.....	113
Figura 25: Áreas de litígio dos Baldios da Serra do Marão	116

1. Introdução

A Serra do Marão que hoje conhecemos resulta da interacção dos aspectos edafo-climáticos com a acção sistemática e plurissecular do Homem, através da sua acção transformadora e destruidora do ecossistema em que se integra.

O Homem interferiu na serra com diferentes propósitos que resultaram da vontade de dominar a natureza em prol do desenvolvimento económico (revolução agrícola e industrial), desenvolvimento social (lugares, caminhos e estradas), desenvolvimento agrícola (com o pastoreio intensivo, e o aproveitamento de matos) e medidas de política florestal (programas de fomento florestal, medidas de protecção dos recursos e dos arvoredos) que se desenrolaram ao longo da nossa história.

Se os Homens moldaram a Serra do Marão, também a Serra do Marão moldou os seus habitantes.

Os lugares que hoje conhecemos na serra já são referenciados há vários séculos, e são um dos motivos deste trabalho. Os baldios, terrenos comunitariamente usados e fruídos pelos povos de determinados lugares ou freguesias, são também, na Serra do Marão e desde tempos imemoriais, recurso inesgotável para a actividade agrícola e de silvopastorícia dos habitantes serranos.

Sendo certo que os séculos XVIII e XIX apontam a tendência de desarborização das serras, já o século XX seguramente foi o que mais transformou a serra e os povos. Os planos de arborização da Serra do Marão, a presença do Estado na abertura de novas estradas, as Leis dos Baldios de 1976 e seguintes, a admissão de Portugal à Comunidade Europeia, e ainda o grande incêndio de 1985, contribuíram para que a serra seja hoje tal como a conhecemos.

Os povos, esses, sofreram com a necessidade de se desenvolverem e com maior ou menor impacto, a sua integração social passou a meados do século XX, por processos de emigração e mais tarde de retorno às origens. As novas oportunidades criadas pela admissão de Portugal à Comunidade Europeia, a maior informação e a herança ancestral fizeram desta população serrana gente esclarecida e com discernimento tal, que permite fazer deles parte activa na discussão participativa que se pretende para os territórios comunitários.

1.1. Objecto e objectivos

O âmbito deste trabalho é a Serra do Marão e os seus terrenos comunitários submetidos a Regime Florestal, no Perímetro Florestal da Serra do Marão e Meia Via, do distrito do Porto, que compreende os Baldios reconhecidos como tal perante a Autoridade Florestal Nacional.

São os baldios de Aboadela, Ansiães, Canadelo, Fridão, Olo e Rebordelo, todos no concelho de Amarante, e nas freguesias com o mesmo nome.

Com este trabalho será feito um diagnóstico dos baldios da Serra do Marão, numa abordagem monográfica, com o intuito de contribuir para novos estudos estratégicos de desenvolvimento destes baldios serranos. Será dada especial incidência para a actuação da Administração Florestal neste território, e será analisado o impacte dessa actuação e como ela moldou a história florestal da serra.

1.2. Percurso metodológico

Este trabalho assenta em grande parte na recolha de **elementos bibliográficos, documentos primários e cartográficos**, que se encontram dispersos em diferentes locais, esperando assim contribuir para uma fácil identificação e disponibilização de elementos para quem os pretenda posteriormente utilizar.

Um trabalho deste género obriga a uma grande e diversificada consulta de **legislação**, alguma dela remontando ao início do século XX, tendo ainda sido consultadas muitas peças cartográficas, que nos permitiram identificar lugares, ocupações, e distintas situações de ocupação do espaço comunitário.

Foram utilizadas algumas **fontes primárias**, nomeadamente um caderno manuscrito dos talhões dos baldios da Serra do Marão, onde desde há muitas décadas vêm sendo registadas as acções desenvolvidas na serra pelos Serviços Florestais¹. Igualmente, foram consultadas as folhas de salários dos funcionários que estiveram envolvidos em acções de arborização, abertura de estradas, construções de pontes, etc. Estes documentos do **Arquivo da AFN**, em Amarante, revelam-se de extrema importância para o conhecimento da realidade que foi a mão-de-obra do Estado nos meados do século XX, mas não se encontram catalogados, não sendo por isso

¹ Neste trabalho, ao referirmo-nos aos Serviços Florestais, entendam-se os serviços da Administração Publica florestal, que durante a sua existência já estiveram ligados a diferentes Ministérios.

referidas as suas cotas. Também foram consultados vários **jornais** locais e de tiragem nacional das datas de maior importância para este trabalho

Importa também dar nota do trabalho que foi desenvolvido junto dos órgãos directivos dos baldios, dos órgãos autárquicos e dos demais *stakeholders*, em reuniões com **entrevistas directivas** e **semi-directivas**, que permitiu fazer o levantamento e o enquadramento histórico dos compartes, assim como identificar os principais estrangulamentos de cada unidade de baldio e dos espaços comunitários da Serra do Marão.

Alguns documentos são obrigatoriamente referenciados neste trabalho, mas sendo do conhecimento geral, não será alvo de especial enquadramento. Estão neste caso a Lei dos Baldios, Lei de Bases da Política Florestal, aprovada pela Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto, o PROF do Tâmega (Plano Regional de Ordenamento Florestal do Tâmega) aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2007 de 10 de Abril e a Estratégia Florestal Nacional, entre outros. Foi entretanto aprovado o **Código Florestal**, pelo Decreto-Lei n.º 254/2009 de 24 de Setembro, que compila e actualiza as matérias enquadradoras das actividades florestais, que se encontravam dispersas, e que na matéria dos diplomas atrás referidos, apresenta algumas alterações no conceito do Regime Florestal. Este diploma só terá entrada em vigor em Março de 2011.

1.3. Estrutura da dissertação

O corpo fundamental deste trabalho assenta em 4 partes distintas.

Na primeira parte é feita a caracterização do espaço biofísico, com a evolução demográfica e socioeconómica da região de estudo.

A segunda parte caracteriza os principais agentes locais envolvidos no espaço serrano, e a forma como evoluíram no tempo e no espaço. São também avaliados os recursos que a Serra do Marão proporciona.

Na terceira parte avaliam-se os instrumentos produzidos por cada *stakeholder*, com especial incidência para o carácter de sustentabilidade de cada um.

A quarta e última parte, analisa as contradições e compatibilidades de todos os intervenientes na gestão deste espaço quer directa quer indirectamente. Deste último ponto são extraídas as expectativas destes baldios, que se traduzem em conclusões.

2- O espaço

2.1. Caracterização biofísica

A região da Serra do Marão e Meia Via sobre a qual incide este estudo abrange 6 freguesias, e engloba por completo o Perímetro Florestal da Serra do Marão e Meia Via. Reúne os baldios do concelho de Amarante já atrás referidos, ocupando uma área total de cerca 6.500 ha, e em termos da Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos, estão incluídas na NUT nível III “Tâmega”. De forma simplificada este espaço será sempre referido de apenas “Serra do Marão”, mas entenda-se que se refere sempre ao Perímetro Florestal da Serra do Marão e Meia Via. Para enquadramento, a Figura 1 apresenta a localização da área em estudo.

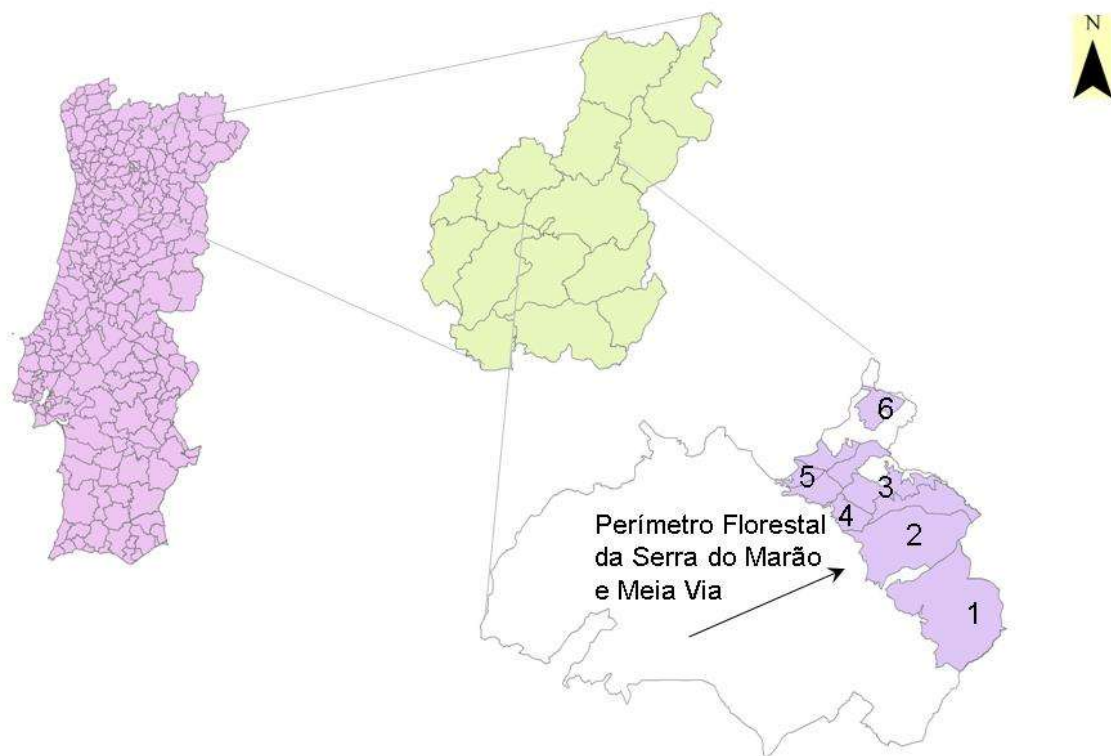


Figura 1: Localização da área de estudo.

Baldios: 1- Ansiães; 2- Aboadela; 3- Canadelo; 4- Olo; 5- Fridão; 6- Rebordelo.

A heterogeneidade dos solos, o sistema montanhoso com as suas exposições e declives, assim como a pressão humana e as próprias acessibilidades aos espaços em geral moldaram, ao longo dos tempos, a realidade de hoje da ocupação do solo na Serra do Marão (Figura 2).

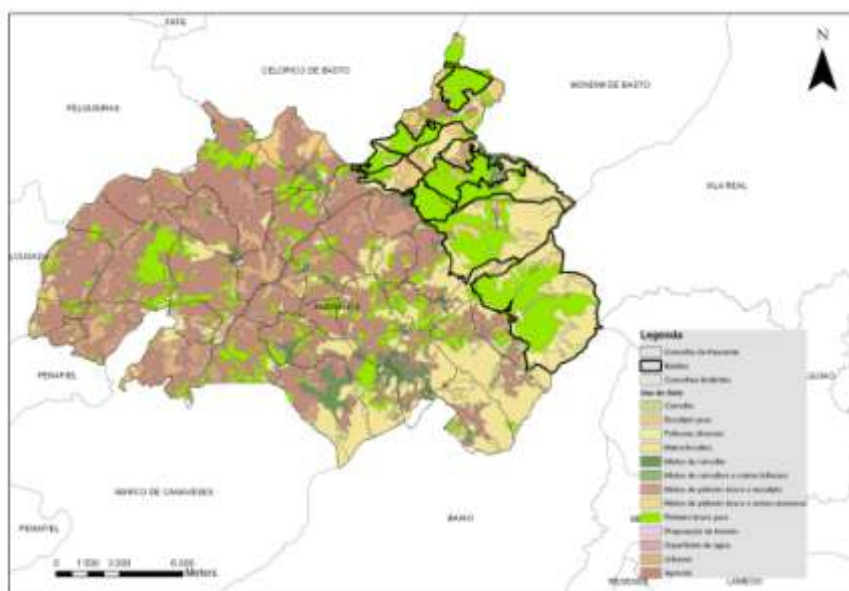


Figura 2: Carta de ocupação de Solo do concelho de Amarante (Fonte: PROF 2007)

Estas mesmas razões deixaram a agricultura nos melhores solos, que nas freguesias onde se inserem estes baldios, são normalmente os de meia encosta, tendo as populações acompanhado estes solos para se fixarem, e aí constituírem os aglomerados populacionais. Os terrenos agricultáveis estão junto dos principais lugares das freguesias, mas a agricultura que aí se pratica é do tipo familiar, com pequena dimensão e muitos deles sem possibilidade de mecanização. O espaço florestal, foi ficando com os solos de menor aptidão, quiçá marginais, e aí se desenvolveu até aos dias de hoje.

As florestas desta região comunitária ocupam, como já foi referido, cerca de 60% do espaço florestal, o que representa perto de 4 mil hectares.

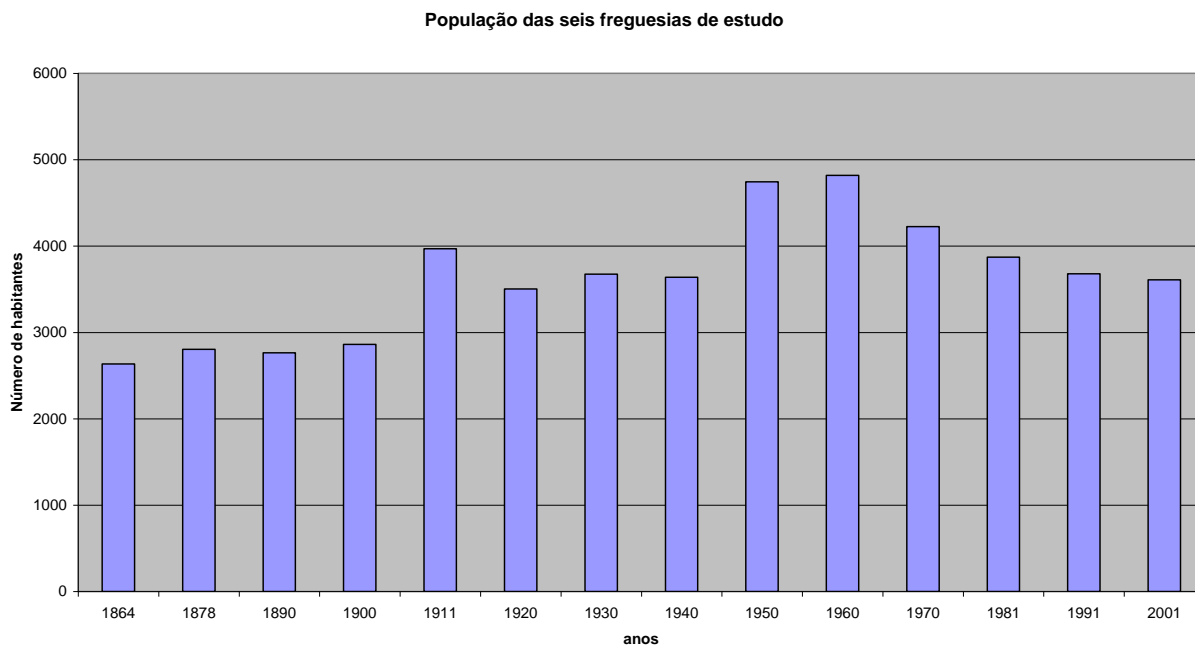
O pinheiro bravo, quer seja de introdução artificial, quer de regeneração natural, ocupa a maior parte da área arborizada em cerca de 90%, sendo as restantes espécies a marcarem presença os carvalhos, os castanheiros, os vidoeiros, os aceres e várias resinosas como o pinheiro-silvestre, o cedro do Buçaco, as pseudotsugas e os larícios. Os dados referentes aos espaços arborizados foram retirados dos Planos de Utilização dos Baldios mais à frente apresentados.

Um dos aspectos mais marcantes da ocupação do solo, em alguns dos Baldios, é a extensão da área ocupada por matos, muitas vezes erradamente apelidadas de incultos, quando na realidade se trata de comunidades arbustivas de grande riqueza em biodiversidade, e que no caso em estudo, contribuem muito para a subsistência do sector da pastorícia na Serra do Marão, sendo ainda um importante abrigo cinegético.

A variabilidade espacial do clima, a complexidade geomorfológica e litológica, e principalmente a intensa utilização humana desses espaços, fizeram com que os matos se estendessem em grandes áreas, mantendo um papel importante na conservação do solo contra os agentes erosivos.

O espaço florestal tem sofrido imensas alterações nos últimos 80 anos, essencialmente devido a uma mudança de postura perante estes espaços pela administração florestal (a arborização da serra) e acima de tudo com mudanças de estilo de vida dos usufruidores das matas (abandono de agricultura e emigração).

A isto ajudou ainda a campanha de emigração de população das aldeias, conforme se pode reparar no Gráfico 1, em que é apresentado o universo de habitantes das freguesias dos baldios, onde é notório um decréscimo populacional desde 1960.



(Fontes: INE, CENSOS 2001; Carvalho, S., 2008)

Gráfico 1: Distribuição da população serrana

O **relevo** influencia, indirectamente, a ocupação vegetal das serras através de características como o declive, a orientação em relação ao sol e, naturalmente, com a altitude.

Como já foi referida, a Serra do Marão é muito condicionada pela altitude que no seu ponto mais alto chega a atingir altitudes superiores a 1400 metros (Figura 3).

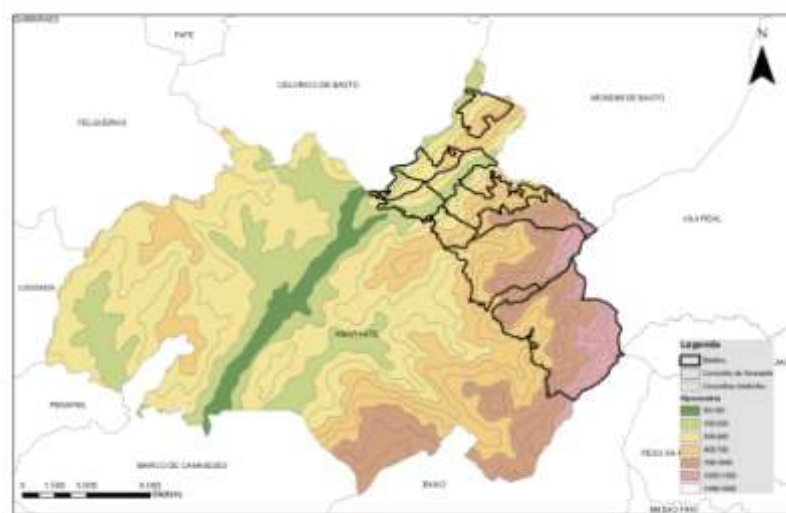


Figura 3: Carta Hipsométrica do concelho de Amarante (Fonte: PROF 2007)

Os **xistos** e seus derivados ocupam cerca de 4/5 do território, e condicionam o desenvolvimento florestal dessa região, em virtude de não permitir, aliado às características altitudinais, o crescimento de vegetação em alta densidade e porte. O restante território diz respeito a xistos e aos derivados de xisto, com diferentes graus de meteorização, com a particular e pontual presença de xisto-grauváquico na partilha de Aboadela com Canadelo (Figura 4). Deste tipo de rocha mãe, derivam os **solos** da região, predominando na Serra do Marão os *Antrossolos* (solos profundamente modificados pelas actividades humanas) nas baixas agrícolas, os *Leptossolos* (solos caracterizados por terem espessura inferior a 30 centímetros) na maior parte dos terrenos baldios e os *Regossolos* (solos incipientes e profundos derivados de outros materiais que não sedimentos fluviais ou arenosos) junto às linhas de água.



Figura 4: Carta Litológica do concelho de Amarante (Fonte: PROF 2007)

O **declive**, característica das mais importantes num relevo, pois determina, em grande parte, a possibilidade ou não da existência de solos profundos, apresenta valores mais acentuados no baldio de Ansiães próximo dos baldios de Teixeira e Teixeiró (Baião) (Figura 5). Existem aí, por isso mesmo, solos mais sensíveis à erosão causada pela escorrência superficial da água das chuvas, estando directamente relacionada com a dificuldade de estabelecimento de estados de vegetação mais evoluídos, tais como a ocupação florestal, dado ser um processo mais demorado.

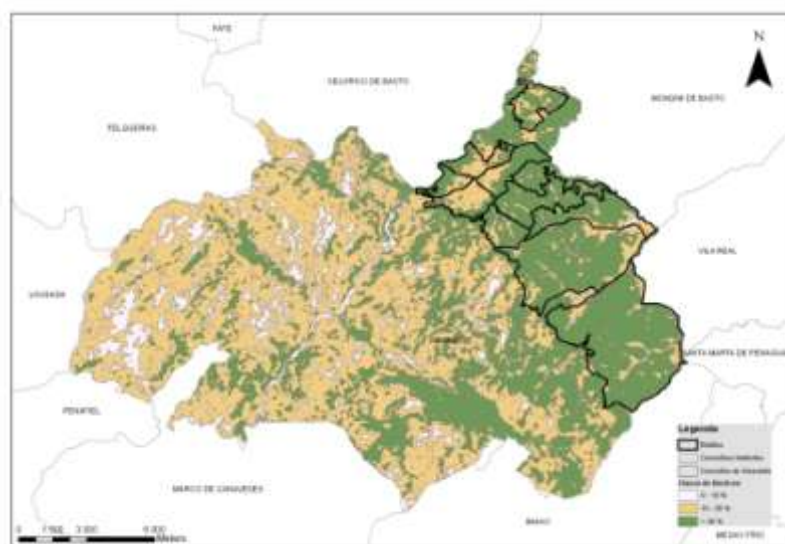


Figura 5: Carta de Declives do concelho de Amarante (Fonte: PROF 2007)

A **orientação das encostas** em relação ao Sol determina, também, a distribuição das espécies, já que cada uma apresenta necessidades diferentes desta fonte de calor e luz.

As exposições do sistema montanhoso da Serra do Marão são determinadas pelas orientações das suas encostas, sendo a exposição Noroeste a que predomina, sendo ainda pontuais as exposições Sul (Figura 6). Nas regiões de menor altitude, as exposições são perfeitamente aleatórias, em função dos pequenos maciços que se formam de uma forma dispersa.

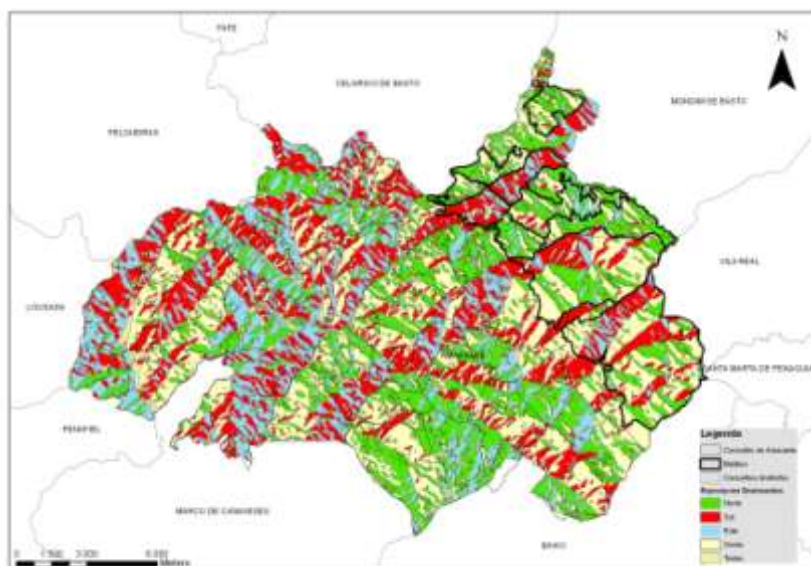
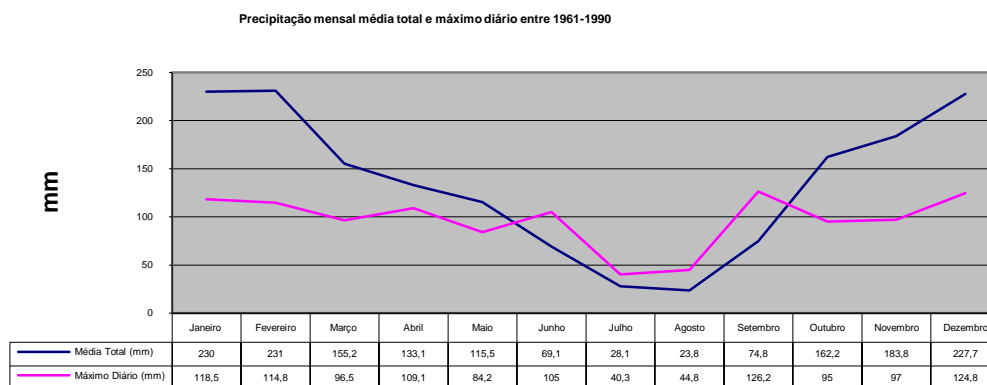


Figura 6: Carta de Exposições do concelho de Amarante (Fonte: PROF 2007)

Em termos **climáticos**, segundo os dados do Instituto de Meteorologia, para o período entre 1961 e 1990, (Gráfico 2), constata-se que os meses mais secos no concelho de Amarante são os de Julho e Agosto com valores médios inferiores a 30 mm, e que os invernos, conforme é usual na região onde se insere, são bastantes húmidos, com vários meses com médias superiores a 150 mm.

Juntando esta informação, à que é disponibilizada pela figura 7, verifica-se que a distribuição da precipitação é mais intensa nos pontos mais elevados da Serra do Marão com valores de precipitação média superior a 2200 mm, principalmente nos terrenos fronteiriços com o distrito de Vila Real.



(Fonte: IM, GTF 2009)

Gráfico 2: Média da queda pluviométrica em Amarante no período 1961-1990

A abundância de chuva nesta região produziu uma evolução dos solos que, nos casos extremos de altitude do Marão, com maior queda pluviométrica, confere ao solo desse local um pH inferior a 4,5. Tirando os pontos de maior altitude, o **pH** encontra-se situado entre valores de 4,6 e 5,5. Este valor, que pode ser limitante para várias culturas agrícolas, não afecta contudo as culturas florestais tradicionais da região, que normalmente preferem solos ligeiramente ácidos.

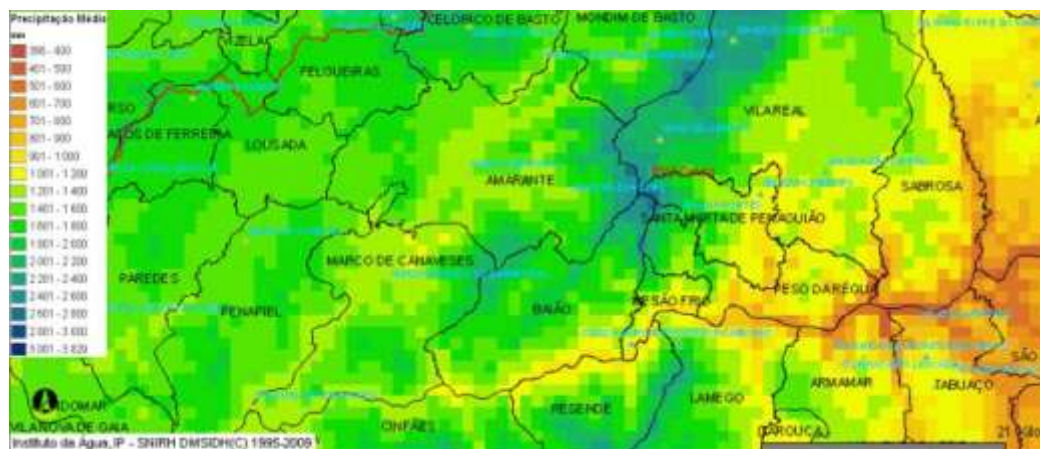


Figura 7: Precipitação média anual de Amarante.

Os **cursos de água** constituem, em geral, verdadeiros ecossistemas dulçaquícolas com extrema importância na manutenção e regulação dos fluxos da água e dos nutrientes, para além da sua riqueza, que advém da diversidade biológica que transportam as suas águas. Toda a região de estudo está inserida na bacia hidrográfica do Douro, mas para uma melhor caracterização desta zona, fez-se o ensaio em subdividir o concelho em pequenas bacias hidrográficas, tendo em conta as vertentes das encostas, resultando o mapa da Figura 8.

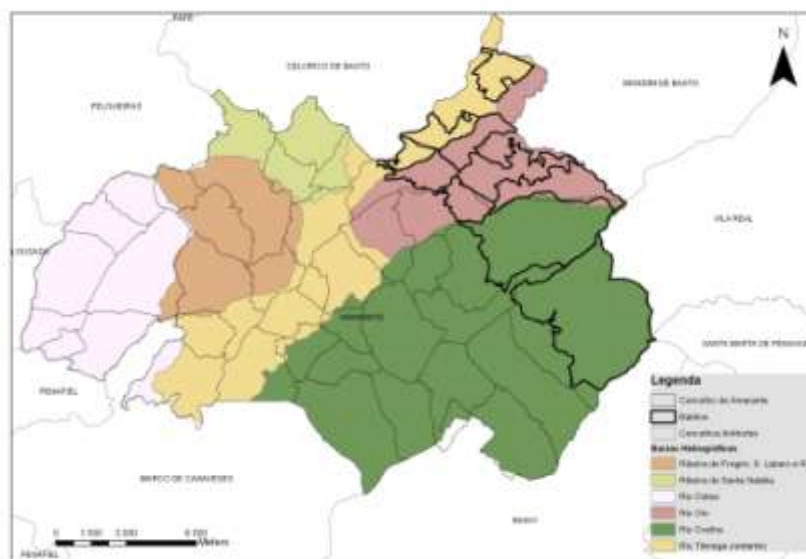


Figura 8: Bacias hidrográficas do concelho de Amarante (Fonte: PROF 2007)

O Rio Tâmega, a principal massa hídrica desta região, forma um vale que caracteriza a região e condiciona a temperatura e humidade da sua bacia, merecendo destaque, pois a massa de água que transporta condiciona o clima local, criando condições propícias para o desenvolvimento de espécies como o pinheiro bravo. Conforme a figura anterior, destacam-se nesta área de territórios comunitários as bacias do rio Tâmega e dos rios Olo e Ovelha, e dentro deste último ainda se poderia considerar as bacias dos ribeiros da Póvoa, Marão e Ramalhoso, que influenciam em muito as espécies florestais e arbustivas que aí vegetam².

Por último, tendo já sido referida a relação entre o relevo e o clima, apresenta-se na Figura 9 o modelo digital do terreno do concelho de Amarante, realçando o maciço montanhoso em que estão inseridos os territórios comunitários em estudo.

² Estas três bacias formaram no incêndio de 1985 com a sua vegetação exuberante, uma barreira natural, tendo mantido a sua flora quase intacta.

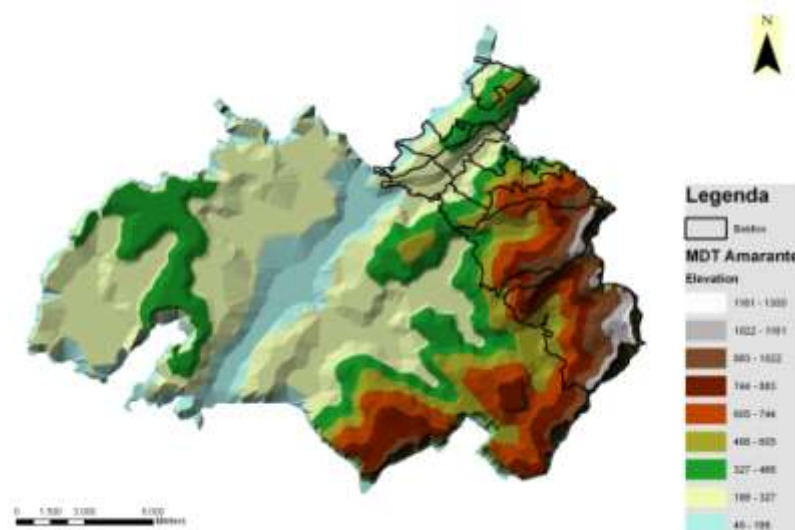


Figura 9: Modelo Digital do Terreno do concelho de Amarante (Fonte: PROF 2007)

2.2. Caracterização sócio-económica dos Territórios comunitários

Para a análise sócio-económica das freguesias com baldios, na Serra do Marão, recolhemos os dados ao nível de cada uma das 6 freguesias, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Os valores do INE, mais precisamente dos *Censos 2001*, permitiram caracterizar estes espaços, e em alguns casos aferiu-se a evolução do território com os dados de 1991.

Com cerca de 9150 ha de área ocupada pelas freguesias onde se encontram terrenos comunitários, obtemos uma **muito baixa densidade populacional** de 39,4 Hab/ km², muito abaixo, como seria de esperar, da densidade populacional média do concelho e país, que são, respectivamente, de 197 e 107 Hab/ km². De referir, que algumas das freguesias deste estudo apresentam densidades inferiores a 30 Hab/ km² (Ansiães, Canadelo e Rebordelo). Neste espaço vive apenas 6 % da população do concelho de Amarante, sendo que o território em causa representa cerca de 22% do território concelhio (dados do INE).

Entre 1991 e 2001 a população das freguesias pouco evoluiu, havendo apenas um insignificante decréscimo (-0,2%), o que mais uma vez diverge da evolução nacional que teve um aumento de

5% na população residente em Portugal. O balanço individual é de acréscimo de população em duas freguesias (Olo e Aboadela) e um decréscimo nas restantes 4 freguesias.

Dos censos de 2001 retira-se ainda a distribuição etária da população das freguesias em estudo (Gráfico 3).

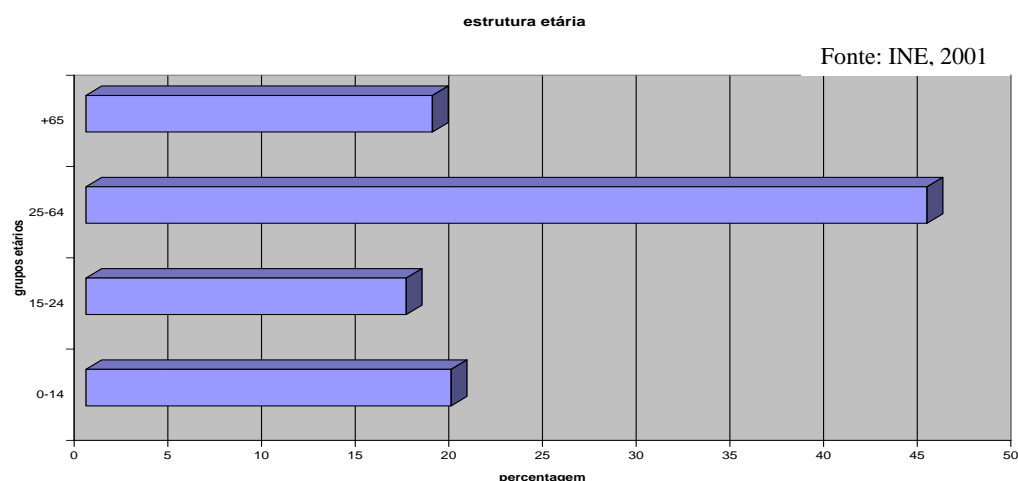


Gráfico 3: Estrutura etária da população da área de estudo

Da leitura deste gráfico verifica-se o **envelhecimento da população** nestes espaços, também verificado para o total nacional. O grupo etário de 25-64 anos é o predominante e os grupos jovens, dos 0 aos 24 anos, não representam mais do que 37% da população.

Encontramos valores caracterizadores para outras análises que se possam fazer. Atente-se, por exemplo ao Quadro 1:

Quadro 1: Jovens e idosos na área de estudo

(Fonte: INE, 2001)	BALDIOS	NACIONAL
JOVENS	17,1%	16,0%
IDOSOS	18,5%	16,4%

O que facilmente se verifica quando visitamos um baldio é comprovado com estes valores: muitos idosos e poucos jovens. Apesar dos valores de jovens nos baldios serem superiores aos valores nacionais, a percentagem de idosos é superior ao total nacional. A manterem-se estas tendências, poderemos dizer que a “*desertificação humana*” destes espaços será uma realidade num prazo não muito longínquo.

O Quadro 2 mostra-nos a distribuição da população por grupos de habitantes.

Quadro 2: Distribuição populacional dos habitantes por freguesia

Freguesias			
(Fonte: INE, 2001)	-300 Hab	-500 Hab	-800 Hab
1991	1	3	4
2001	1	3	3

Organizámos a distribuição dos habitantes por 3 categorias de número de habitantes: menos de 300, menos de 500 e menos de 800. Somos levados a concluir que 50% das freguesias tem menos de 500 habitantes havendo uma que tem um valor inferior a 300 habitantes. Deste quadro pode-se inferir que grande parte do território onde os baldios se encontram inseridos apresentam baixa ocupação populacional.

Atendendo agora ao Quadro 3, aprecia-se não só a distribuição etária da população e sua evolução, como também outros dados sobre o grau de escolaridade e emprego.

Quadro 3: Dados sobre a população.

Freguesia	População		Distribuição etária (2001)				Fogos	Analfabetos		Desempregados		Agricultura
								Analf	Analf	Despg	Despg	
	1991	2001	0-14	15-24	25-64	+65		1991 %	2001 %	1991 %	2001 %	
Aboadela	776	887	209	119	397	162	240	30,1	18	2,6	7,9	49
Ansiães	888	815	122	148	365	180	233	27,2	23,9	5,5	10,8	25
Canadelo	254	217	26	51	89	51	56	35,4	27,6	-	3,8	19
Fridão	884	845	173	146	412	114	236	13,4	9,7	8,2	9,1	14
Olo	441	446	103	70	193	80	118	26,8	19	5,2	8,5	25
Rebordelo	436	398	71	83	165	79	97	21,4	17,5	7,2	9,9	30

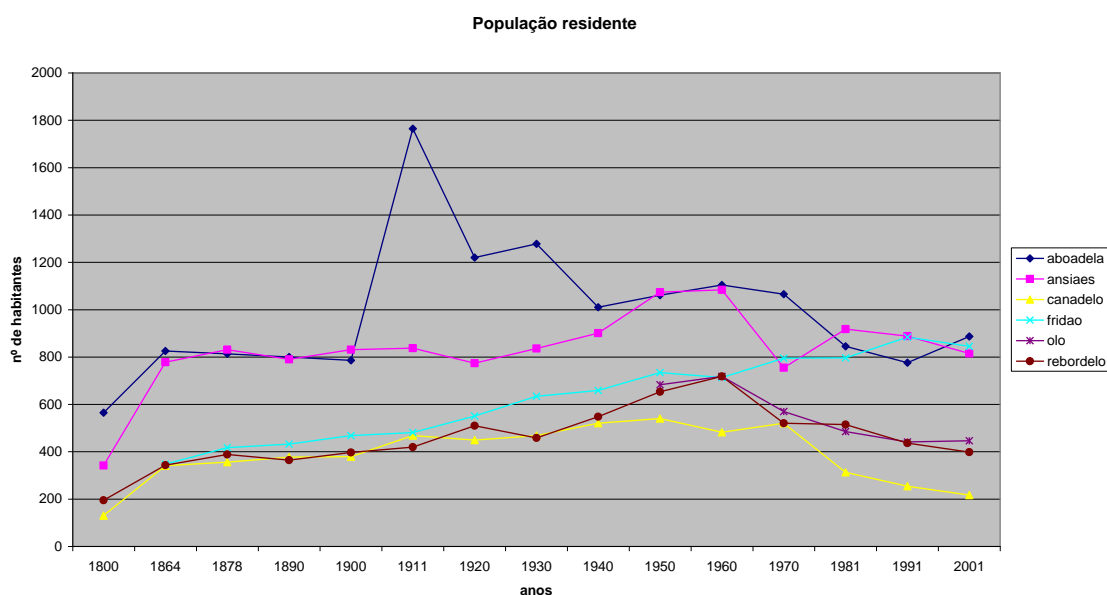
A taxa de analfabetos para estes territórios foi medido sobre a população com idade de 10 ou mais anos que não sabe ler e escrever, e encontraram-se valores surpreendentes. Enquanto o valor nacional no continente é de 9%, verifica-se nestas freguesias valores compreendidos entre os 9,7% e os 27,6%. Pode ser associado a este valor o isolamento a que constantemente estes espaços são votados.

A taxa de desemprego nestes espaços também acompanha as tendências que apontam para o seu isolamento. Este índice que mede a relação entre população desempregada no universo de

população activa tem um valor nacional no continente de 6,8%, enquanto nestes espaços o valor em 2001 variava entre os 4 e os 11%. Referente a 1991 verificamos que esta taxa aumentou pois os valores que se verificavam situavam-se entre os 3 e os 8% nesse ano.

Com os dados de 2001 do INE, verificamos também para estes espaços que a actividade da população empregada do sector primário corresponde a cerca de 12%, o que, como seria de esperar se afasta da média nacional que é de 4,5%.

O Gráfico 4 apresenta a evolução da população dentro de cada uma das freguesias de estudo. Sobre este gráfico importa explicar algumas das tendências pontuais que ocorreram. Assim, o caso mais flagrante é o de Aboadela que tem um pico populacional em 1911, e uma descida desse índice em 1940, variação esta que está relacionada com a anexação da freguesia de Várzea por Aboadela, situação que se manteve até 1934, após o que Várzea se individualizou de novo até aos dias de hoje.



Fonte: INE; Carvalho.

Gráfico 4: Distribuição da População por freguesias da área de estudo

O ano de 1920 também apresenta alguma diminuição de população relativamente ao ano de 1911, e que poderá estar relacionado com a I Guerra Mundial de 1914-1918.

Podem-se distinguir neste gráfico duas tendências: uma até 1960 em que a população de uma forma geral cresceu, e outra após 1960 em que a tendência, não generalizada, é de diminuição de população. Esta evolução estará certamente relacionada com factores de ordem social e económica, nomeadamente o êxodo rural e a emigração. A única freguesia que apresentou evolução positiva após 1960 foi Fridão, devendo este facto estar associado à proximidade desta freguesia ao centro urbano de Amarante. Como mais à frente será referido, também a actividade

mineira contribui para a fixação de alguma população, entre 1970 e 1980, em alguma freguesias como Rebordelo e Ansiães.

3- Os Baldios

De acordo com o Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Tâmega, foi identificado no território da sua abrangência um local a que se chamou Floresta Modelo, que constitui um espaço para o desenvolvimento e a demonstração de práticas silvícolas que os proprietários privados podem adoptar, tendo como objectivo a valorização dos seus espaços florestais.

No âmbito do PROF do Tâmega, foi seleccionada a área de Baldios da Serra do Marão, no concelho de Amarante, pois é representativa de grandes manchas florestais bem apetrechadas do ponto de vista das infra-estruturas de defesa da floresta contra incêndios, com dominância do pinheiro bravo, interrompido localmente por outras espécies, nomeadamente ao longo das linhas de água.

3.1. Realização de entrevistas

Tendo em vista o objectivo que se perseguia de um melhor conhecimento do estado em que se encontram os baldios submetidos ao Regime Florestal, realizamos visitas e posteriores entrevistas com diferentes actores que interagem com os baldios, a seguir designados por stakeholders. Igualmente, fomos ao encontro de informadores qualificados³, pois seriam um salto qualitativo nas entrevistas a realizar e nas respostas obtidas. Desta forma pretendíamos dos nossos entrevistados que nos dessem conhecimento da sua visão do estado dos baldios, assim como consideravam a sua gestão, e nos relatassem momentos-chave que tivessem marcado a evolução histórica dos baldios.

Durante os meses de Maio e Junho de 2009, realizaram-se várias reuniões com os diferentes stakeholders em entrevistas directivas e semi-directivas de modo a poder abranger o mais possível.

Para estas reuniões, seguiu-se de perto as orientações de Ghiglione e Matalon (1997), tendo optado por utilizar preferencialmente a entrevista directiva e semi-directiva. Fixamos uma orientação para o início da entrevista, mas ao avançar, e porque se pretendia obter respostas concretas e objectivas por se tratar de um diagnóstico qualitativo, direccionavam-se as entrevistas para obter respostas a um questionário aberto referente aos objectivos desta dissertação. (ver guião da entrevista em anexo 6)

Desta forma, os nossos interlocutores puderam exprimir os seus pontos de vista de uma forma aberta e tão pormenorizados quanto a sua vontade. O resultado destas reuniões contribuiu para a

³ Costa (1986) refere a importância destes “informadores qualificados” por se tratar de “*permanente fonte de informação sobre outras pessoas, aspectos do contexto social em estudo e acontecimentos que nele se vão passando.*”

definição das oportunidades e estrangulamentos que se perfilam para estes territórios, que são um contributo para as conclusões deste trabalho.

Foram realizadas entrevistas aos órgãos gestores de todas as unidades de baldio (6 entrevistas), aos responsáveis das principais unidades de restauração da Serra do Marão (3), aos principais empresários de exploração lenhosa que adquirem madeira na Serra do Marão e Meia Via (3), a uma associação de eventos desportivos na natureza de Amarante (1), a pastores (3), a vários compartes de baldios indiferenciados (22), a um apicultor (1), a sapadores florestais (5), a um resineiro (1), e a trabalhadores dos Serviços Florestais (18), num total de 63 entrevistas, conforme o quadro seguinte.

Quadro 4: Entrevistas realizadas

Entrevistas	Número
Gestores de baldio	6
Restauração	3
Madeireiros	3
Desporto	1
Pastores	3
Resineiro	1
Apicultor	1
Sapadores	5
Serviços florestais	18
Compartes	22

Como ponto de partida, estas entrevistas mostraram-se úteis, mas a falta de sentido crítico da maioria dos entrevistados obrigou a uma constante adaptação do questionário aos entrevistados, mas apesar desse esforço muitas das respostas foram vagas o que tornou as entrevistas inúteis em determinados grupos de mais baixa instrução escolar e formação profissional (pastores, compartes, trabalhadores dos Serviços Florestais)⁴. A esta limitação juntou-se uma outra que foi o facto de alguns dos nossos entrevistados não serem conhecedores da realidade de gestão actual, pois o processo da Assembleia de Compartes, sendo democrático por delegação, não é participativo.

Devido ao tipo de informação procurada, que se mostrou ser muito descritiva e qualitativa, o tratamento dos dados recebidos realizou-se com uma análise de conteúdo por categorias de resposta, onde foram postos a descoberto todos os subterfúgios que foram utilizados pelos

⁴ Fernando Pessoa caracterizava em 1932 as camadas sociais portuguesas de tal forma que vai ao encontro do que aqui é descrito sobre parte dos entrevistados. “O que caracteriza [o povo] é, aqui e em toda a parte, a incapacidade de reflectir. O povo, saiba ou não saiba ler, é incapaz de criticar o que lê ou lhe dizem. As suas ideias não são actos críticos, mas actos de fé ou de descrença, o que não implica, aliás, que sejam sempre erradas. Por natureza, forma o povo um bloco, onde não há mentalmente indivíduos; e o pensamento é individual”. (Pessoa, F., 1932)

entrevistados para explicar o menos claro.

No caso das entrevistas com os compartes, estes foram escolhidos de forma aleatória e voluntária, sendo por vezes realizadas em grupo, provocando mais discussões e dificuldade de anotar todas as opiniões. Neste caso os registos de um grupo ficaram ligados a um só comparte. O registo das entrevistas em papel mostrou-se limitante, percebendo-se agora a importância de um gravador de voz, que nunca foi utilizado.

3.2. Enquadramento dos baldios na Serra do Marão e Meia Via

Os diplomas que consagraram as áreas florestais da Serra do Marão ao Regime Florestal tiveram por base a diferente legislação que foi concebida após a reorganização dos Serviços Florestais pelo Decreto de 25 de Novembro de 1886.

Este decreto de 1886 estabelece a criação, pela primeira vez, de três circunscrições florestais, Norte, Centro e Sul, com base num agrupamento de distritos, “*compreendendo as matas e os terrenos arborizáveis, que nos termos do presente decreto, devem ser reduzidos à cultura florestal*”. (art.º 1º), e institui nos artigos 4º e 5º um único regime florestal para os incultos das cumeadas, encostas dos montes e as dunas do litoral.

Tendo sido criadas as condições que permitiam as arborizações em grande escala dos incultos, são criados em 1888 os primeiros Perímetros Florestais serranos na Serra do Gerês (com 4.480 ha) e na Serra da Estrela (com 5.514 ha).

Mas só com o decreto de 24 de Dezembro de 1901, publicado no DG n.º 296 de 31 de Dezembro, é que o Regime Florestal foi instituído, e foram aí descritas determinadas regras e definições que vigoraram durante mais de 100 anos, até à actualização do Regime Florestal pelo novo Código Florestal, já atrás referido em 1.2.

Este Regime procurou responder às necessidades de arborização de grandes extensões de incultos, como os baldios serranos, e assim obviar à degradação acelerada dos recursos florestais e aos graves fenómenos de degradação e erosão dos solos das serras como resultado da desarborização, do sobre-pastoreio, da regeneração de pastos pelo fogo. Ou seja, procurava contrariar uma utilização predatória e indisciplinada dos solos, garantindo o proveito das populações serranas ao mesmo tempo que satisfazia as necessidades crescentes em produtos florestais, utilizadas para o desenvolvimento industrial.

O **Regime Florestal**, segundo o art.º 25º do Decreto de 24 de Dezembro de 1901, é: (...) o

*conjunto de disposições destinadas não só à criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e das areias no litoral marítimo.*⁵

Conforme previa o art.º 34 do diploma que institucionalizou o Regime Florestal, as condições e os prazos em que se haveria de proceder às arborizações serranas, seriam objecto de um regulamento específico. Esse regulamento demorou precisamente dois anos a ser anunciado, e em 24 de Dezembro de 1903 é publicado no Diário do Governo n.º 294 e fixa os procedimentos de inclusão, submissão, preparação dos projectos de arborização e a respectiva execução e modalidade de exploração. Ou seja, parecia estar tudo previsto, de tal modo que as disposições são qualificadas na época de “*sábias e maleáveis*”. (Devy-Vareta, 1993)

A Carta Agrícola e Florestal do País, do princípio do século XX, confirma as grandes possibilidades de expansão da área florestal, com base na enorme área de incultos do País⁶, pelo que foi com alguma naturalidade que, por esse período, começaram a aparecer as principais inclusões no Regime Florestal, não de uma forma continuada, pois houve vários anos com ausência total de publicação de decretos de inclusão e submissão.

Mesmo com decretos de submissão aprovados, a morosidade dos processos de arborização era tal que em 1925 apenas se encontravam arborizados cerca de 10.000 ha nas serras (Devy-Vareta, 1993). À complexidade e morosidade dos processos juntaram-se, nas três primeiras décadas do século XX, várias leis que favoreciam as alienações de terrenos, de que se destaca a fase mais liberal dos Republicanos na I República (1918 e seguintes) que promulgaram uma série de decretos que vêm acelerar o processo de desamortização dos baldios. (Devy-Vareta, 1993)

Finalmente em 1932 dá-se uma mudança de atitude no que diz respeito aos baldios, com a publicação de dois decretos chave: um que determina a realização de um inventário dos baldios (DL n.º 20968 de 28 de Fevereiro de 1932) e outro que suspende as alienações de baldios (DL 12956 de 8 de Dezembro de 1932)

⁵ Com a publicação do **Código Florestal** o conceito de Regime Florestal “*é o conjunto de incidências e de regras especiais de gestão dos espaços florestais, aplicado a territórios demarcados com o objectivo de salvaguardar os recursos presentes em áreas florestais sensíveis, os investimentos públicos ou privados ou enquadrar intervenções territoriais, garantindo a defesa do interesse público*” (art.º 26)

⁶ O estado de (des)arborização em que se encontrava Portugal foi sucessivamente avaliado no final do século XIX. O Decreto-lei de 22/04/1866 propunha a realização de um inventário pormenorizado do património florestal gerido pelo Estado, inventário esse que se encontra no Relatório da Administração-Geral das Matas do Reino de 1865 a 1867. Seguiu-se o *Relatório acerca da arborização geral do país* (1868), do *Instituto Geographico* que referenciou os incultos como a ocuparem metade do país. Este *Relatório*... é uma fotografia insubstituível do país, que vem confirmar a arborização necessária e útil do território. (Devy-Vareta, 1993)

Por força do Decreto nº 2786, de 18/11/1916, são incluídos no Regime Florestal cerca de 14.000 ha de terrenos baldios, pertencentes à Câmara Municipal do concelho de Amarante, na sua maior parte desarborizados, localizados nas Serras do Marão e da Meia Via, e que dividem as bacias hidrográficas dos rios Tâmega e Corgo. Esta inclusão acompanha os pressupostos técnicos do Regime Florestal, pois neste diploma consta que “ *a arborização das vertentes daquelas serras muito contribuirá para o bom regime das águas daqueles rios, ambos afluentes do Douro, para a defesa das suas várzeas, além das vantagens económicas que resultarão da valorização de terrenos incultos de tão grande superfície*”.

Até à submissão em Regime Florestal destes baldios, em 1939, seguiram-se outros dois diplomas em 1927 e 1934 que devolveram à Câmara Municipal de Amarante os “Baldios da Serra” com 185,33 ha e os baldios “Pisões e Forcado” com 43,92 ha (Decreto de 14/11/1927, DG nº 260, II série de 18/11) e ainda os baldios “Outeiro do Musgo” com área de 1,16 ha (Decreto de 14/4/1934, DG nº 91, II serie de 20/4).

Decorreu também neste período um inquérito aos proprietários com terrenos próximos ou nos baldios, que responderam reclamando alguns destes terrenos, em exposições que se recuperaram nos arquivos dos Serviços Florestais e de onde se extrai uma preocupação comum, em várias das reclamações apreciadas: “*(...) pretendem os reclamantes que na realização dos projectos a executar nos terrenos compreendidos nos dois polígonos de arborização, lhes sejam ressaltados os seus direitos de propriedade sobre o dito seu prédio, de modo a poderem continuar a possuí-lo como seu que é, e a colher os frutos dele*” (reclamação de um particular de Olo, em 30 de Junho de 1917).

Durante este período poucos projectos de arborização de baldios foram aprovados, pois após o golpe de Estado de 1928, com a ditadura militar que se criou, e com Salazar como ministro das Finanças, houve a necessidade de garantir em primeiro lugar “o farto pão dos pobres” para garantir a paz social, pelo que a argumentação técnica dos jovens e inexperientes silvicultores que já vinha desde 1910, não se ajustava aos anseios de integração ideológica em torno do novo regime (Devy-Vareta, 1993)

Foi com o Plano de Povoamento Florestal de 1938 (*Lei n.º 1971, de 5 de Junho de 1938*) que se implementou em larga escala e em ritmo mais intenso as arborizações nos perímetros Florestais. Ao mesmo tempo impôs um forte crescimento e autonomia dos Serviços Florestais do Estado, cuja rede de serviços regionais se concentrou preferencialmente nas regiões de maior área baldia.

O Plano de Povoamento Florestal foi um marco importante no fomento da arborização das serras do interior, quer pela sua dimensão, quer pelo rigor de concepção, tendo sido por vezes

polémico na sua concretização, mas sem dúvida que marcou uma época e um estilo de intervenção dos Serviços Florestais. Tinha como objectivos a continuação do revestimento florestal das dunas até ao seu termo (14.500 ha) e o povoamento florestal dos terrenos baldios a norte do Tejo com uma superfície a arborizar de 420.000 ha, a instalação de reservas de vegetação em 33.000 ha e a instalação de pastagens em 60.000 ha⁷. O Plano estava elaborado para vigorar durante 30 anos (1938-1968) e previa a criação de inúmeras administrações florestais e consideráveis infra-estruturas: 2.455 km de caminhos, 26 casas de administração, 1.000 casas de guarda, 140 postos de vigia, 1.159 telefones e 5.800 km de rede telefónica.

Só após a publicação do Plano de Povoamento Florestal de 1938 é que se seguiram as principais submissões ao Regime Florestal, um pouco provocado pela pressão que estava a ser exercida pela Junta de Colonização Interna (JCI), que pretendia a colonização de Baldios, de forma a torná-los agricultáveis e assim aumentar a riqueza agrícola do país. Esta pressão foi atenuada por Salazar que procurou assegurar um equilíbrio conjuntural entre complexos interesses políticos e institucionais, decidindo-se pela arborização dos baldios pelos Serviços Florestais em detrimento da actuação da JCI (Devy-Vareta, 1993).

A submissão ao Regime Florestal Parcial do Perímetro Florestal das Serra do Marão e Meia Via, foi publicada em 9/8/1939 com o Decreto de 5/8/1939 no DG nº 184, II série, que considera cerca de 6167 ha situados nas serras do Marão e Meia Via a serem sujeitos à arborização e exploração por conta do Estado, tal como previa o art.º 219 do decreto de 1903 que regulamentava a execução do Regime Florestal.

Prevê o diploma de submissão que *“a partilha de lucros líquidos entre o Estado e a Câmara Municipal será feita proporcionalmente às despesas custeadas pelo Estado e ao valor atribuído aos terrenos, que se estipulou ser de 10\$ por hectare”*.

Dos direitos das comunidades refere o diploma que *“são concedidas aos povos limítrofes, sem prejuízo dos trabalhos de arborização e devidamente regulamentadas pelos serviços florestais, as seguintes regalias: o apascentamento de gados e a roça de matos nos locais para esse fim indicados, o aproveitamento de águas, a concessão de lenhas secas até 0,06 m de diâmetro e dos despojos das primeiras limpezas, no todo ou em parte, conforme as necessidades locais, a manutenção de serventias indispensáveis para o trânsito de pessoas, veículos e gados, podendo no entanto o seu traçado ser alterado como se julgar mais vantajoso.”*

Finalmente, mereceu parecer ministerial favorável em 18/03/1939, o projecto de arborização da

⁷ Do Plano de Povoamento Florestal (1938): *“Não deverá cobrir-se de arvoredo o que der maior rendimento explorado de pastagens, salvo se houver razões de outra ordem, como a correcção de torrentes e defesa das terras que devam considerar-se dominantes. (...) Além dos referidos terrenos (pastagens) tem de deduzir-se ao total a arborizar a extensão dos bosques de flora espontânea. A sua reserva impõe-se por motivos de ordem científica, para regalo da vista e atracção das migrações turísticas.”*

Serra do Marão, que incide sobre toda a área submetida ao Regime Florestal, e previa a arborização de 2.374 hectares com um custo total aos preços da época de Esc. 1.640.000\$00.

A diferença entre este valor de área e o valor da área submetida ao Regime Florestal deve-se à fase adiantada em que iam os trabalhos de arborização da Serra do Marão, que estava a ser arborizada desde 1919. Isto pode ser comprovado com a cartografia que está anexa ao Plano de Povoamento Florestal, do qual se extraiu a imagem da Fotografia 1.



(in “Memória sobre o reconhecimento...” anexado ao Plano de Povoamento Florestal, 1940)

Fotografia 1: Pormenores do Reconhecimento Florestal de 1935

Em Dezembro de 1961, já com uma área de arborização superior ao projectado, num total de 2783 hectares, foi aprovado uma revisão e actualização do Orçamento, pois o projecto inicial teve uma “derrapagem” de cerca de Esc. 1.400.000\$00. Este saldo negativo foi então justificado com o facto de se ter arborizado uma área superior, de não se ter entrado em conta com valores para as limpezas e desbastes dos povoamentos (havia a expectativa dos povos fazerem isso gratuitamente a troco da lenha, mas a produção excedeu a procura), reconhecendo e confirmando-se assim a falta de experiência e conhecimentos, pelos Serviços Florestais, em grandes acções de arborização como foi esta.

Com o 25 de Abril de 1974, verificou-se uma nova abertura na gestão dos baldios, abrindo o Estado mão de uma gestão totalitária que vinha fazendo.

Desde logo, o Programa da Reforma Agrária incluía a restituição dos baldios aos seus utentes, sendo o prenúncio de mudança que se veio a concretizar com a primeira Lei do Baldios, publicada pelo Decreto-lei 39/76 de 19/1, que estabeleceu os mecanismos e modalidades de restituição dos baldios às comunidades locais: os compartes. “*Dizem-se baldios os terrenos comunitariamente usados e fruídos por moradores de determinada freguesia, ou freguesias, ou parte delas*” (art.º 1º).

Para que se pudesse operar a devolução efectiva dos baldios da Serra do Marão aos seus compartes, foi necessário que se realizassem uma primeira reunião da assembleia de compartes para que fosse solicitada a efectiva devolução do baldio: *“a entrega aos respectivos compartes do uso, fruição e administração dos baldios, operar-se-á, em cada caso, por efeito de recepção no Ministério da Agricultura e Pescas, de cópia autêntica da acta de reunião ou reuniões da Assembleia de compartes, em que tenha sido escolhida a forma de administração e eleitos os membros do conselho directivo, através do qual se verifiquem terem sido preenchidos os requisitos estabelecidos por este diploma.”* (art.º 18º).

No Perímetro Florestal da Serra do Marão estas assembleias decorreram de uma maneira geral de forma democrática, resultando duas situações distintas: em 5 baldios a administração passou a ser feita por uma assembleia de compartes constituída para o efeito (Fridão, Rebordelo, Olo, Canadelo e Ansiães), enquanto que em Aboadela os poderes foram delegados na Junta de freguesia. Esta situação alterou-se entretanto, como mais à frente se descreve, com a delegação de competências da Assembleia de Compartes de Canadelo na respectiva Junta de Freguesia. Acresce ainda um episódio recente de uma pretensa individualização de um baldio, em Covelo do Monte, Aboadela, processo que ainda decorre.

A actual Lei dos Baldios (Lei 68/93) definiu e regulou a forma como proceder ao recenseamento dos compartes. Na Serra do Marão o processo de recenseamento dos compartes foi ordeiro, e curiosamente o número de compartes recenseados não tem sofrido grandes alterações desde a sua constituição inicial. O Quadro 5 apresenta a evolução dos compartes recenseados nos diferentes baldios do Perímetro Florestal da Serra do Marão.

Quadro 5: Número de compartes recenseados por Unidade de Baldio

	Habitantes por freguesia (CENSOS 2001)	Compartes recenseados (PUB's, 2007)
Aboadela	887	500
Ansiães	815	1056
Canadelo	217	284
Fridão	845	730
Olo	446	400
Rebordelo	398	300

3.3. Os compartes e os baldios

Nos finais do século XIX, à semelhança do que se passava nos restantes espaços comunitários, e tendo em conta que o país em geral e os baldios em particular, tinham sofrido uma “campanha” de desarborização, a riqueza e a usufruição destes territórios limitava-se na recolha de matos e lenhas, do pastoreio, do fabrico de carvão em alguns locais, e noutros a exploração de cal.

Os matos garantiam não só a fertilização dos campos com a maceração em currais, como também serviam para atapetar os caminhos nos interiores dos povoados (Oliveira Batista, 2009). Nesta região ainda havia o hábito de recolha de carqueja para os fornos de Amarante, principalmente proveniente de Olo e Fridão (Cunha, 2005), e em alguns locais onde existia vime, impulsionava o trabalho de cestaria.

Com a inclusão no Perímetro Florestal da maior parte dos terrenos serranos, conforme já foi atrás referido, foi realizado em 1917 um inquérito à população⁸ no sentido de se averiguar o impacto que tal submissão trazia às populações, e acima de tudo o impacto da arborização que se anunciava⁹.

Para uma maior divulgação, chegou mesmo a ser publicitado nos jornais “*Primeiro de Janeiro*” (do Porto) e “*Flor do Tâmega*”¹⁰ (de Amarante) o que permitiu a um grande número de pessoas e comunidades apresentarem os seus argumentos a favor de uma não florestação. Este princípio de promover a participação dos povos foi mais tarde descrito por João da Costa Mendonça (1961) como sendo feita com especial cuidado, pois tinham a finalidade de “*averiguar dos usos, costumes e regalias dos povos relativamente ao trânsito, aproveitamento das águas, fruição das pastagens, utilização de lenhas, madeiras ou outros produtos florestais e explorações mineiras, de forma a promover, tanto quanto possível, a conciliação destes interesses, com o interesse geral da arborização*”. O mesmo autor refere na sua obra de 1961, “*75 Anos de actividade na arborização de serras*”, que os povos não têm direito de utilizar os baldios até ao seu aniquilamento, e que se o fizessem deixariam atrás de si ruínas desertas. Este foi, aliás um dos argumentos para se avançar com a submissão ao Regime Florestal, pois era necessário contrariar o processo de destruição das florestas e erosão dos solos, e para tal teria forçosamente de se impor restrições ao uso dos baldios. Assim, foi possível a Mendonça, 1961, enumerar as razões que levaram as populações a voltar-se contra as arborizações:

⁸ Cópia do Edital de Maio de 1917 encontra-se no anexo 9 (Arquivo AFN - Amarante).

⁹ Existe nos Arquivo dos Serviços Florestais em Amarante uma série de cópias das sessões das Juntas de Paróquia e ofício da Câmara Municipal de Amarante, que relatam as reclamações apresentadas e as posições tomadas por cada instituição ou particulares.

¹⁰ Anexo 10.

- a) Redução dos efectivos pecuários, em consequência da contracção das áreas pascigosas;
- b) Falta de lenhas, matos e estrumes, provocada pela proibição de extracção desses produtos;
- c) Agravamento das condições económicas locais originado pela impossibilidade de se continuar a fazer a cultura agrícola nos baldios;
- d) Incorporação nos perímetros florestais, como baldios, de terrenos particulares;
- e) Deficiente e incorrecta actuação do pessoal florestal.

Mas na Serra do Marão tudo parece ter corrido sem grandes problemas, não havendo registos de situações de violência como noutras regiões, nem grandes tumultos contra a gestão dos Serviços Florestais, para além de episódios isolados de contestação contra a retirada de matos em alguns baldios. Este clima pacífico poderá estar associado à figura do primeiro Administrador dos Serviços Florestais em Amarante, **Miguel Reimão Barbedo Pinto**. Na homenagem de que foi alvo em 6 de Fevereiro de 1955, foi unanimemente reconhecido que *“a faceta notável e modelar da sua actuação foi a de ir ao encontro dos costumes seculares destas ciclópicas montanha e de superar as resistências iniciais com compreensão, dignidade e aprumo, culminando por conquistar para si e para a sua obra as simpatias que este acto tão exuberante e justamente demonstra.”*¹¹ (in *Flor do Tâmega* de 20 de Fevereiro de 1955). Este técnico promoveu ainda a arborização de forma cadenciada, não repetindo muitos anos sucessivos de arborizações nos mesmos baldios¹², tendo com isso talvez quebrado algumas das animosidades para com este processo por parte das populações, e permitiu aos Serviços Florestais irem ajustando as vontades técnicas com as vontades dos povos.

A Fotografia 10 representa a passagem de testemunho que se verificou em 1955, com a saída de Miguel Reimão Barbedo Pinto (à frente, ao centro) e a entrada de António Gravato (à frente, o terceiro à direita).

¹¹ Do discurso do Director Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, Eng.º Mendes Frazão, na sessão solene de homenagem a Miguel Reimão Barbedo Pinto na Câmara Municipal de Amarante, a 6 de Fevereiro de 1955. (*Flor do Tâmega*, Fevereiro 1955)

¹² Por exemplo no baldio de Aboadela a sequencia das arborizações verificou-se nos seguintes anos: 1919, 1920, 1924, 1929, 1933 e 1938 (Arquivo AFN, Amarante).



Foto do arquivo AFN Amarante

Fotografia 2: Despedida do Administrador Florestal. Pousada do Marão, 13-02-1955

A fim de se cumprir com o que estava previsto no Regulamento do Regime Florestal, realizou-se em Amarante a 10 de Junho de 1917, na sala das sessões da Câmara Municipal de Amarante, o inquérito que diz respeito à submissão ao Regime Florestal dos terrenos da Serra do Marão e Meia Via. Estiveram presentes além dos representantes da Câmara, os técnicos dos Serviços Florestais os eng.^{os} Silvicultores Júlio Mário Viana, chefe do 1º Grupo, e Luis Guilherme Barros Virgolino, Delegado do Director dos Serviços Florestais e ainda os representantes¹³ das freguesias de Fridão, Aboim, Rebordelo, Canadelo, Aboadela, Candemil, Ansiães, Bustelo, Várzea, Carneiro, Sanche e Vila Chã do Marão.

Foi nesta reunião apresentado uma planta cartográfica das Serras do Marão e Meia Via, que ficou anexada à acta final. Nesta Sessão, o presidente da Comissão executiva da Câmara Municipal de Amarante, Dr. Lago Cerqueira, convidou o Eng.º Barros Virgolino a “*fazer uma exposição sumária da natureza, fim e utilidade dos trabalhos de arborização a realizar*”. Este reconheceu “*que os povos limítrofes aproveitam os baldios para pastagem dos seus gados, roças de matos, aproveitamento de águas, direitos de trânsito e produção de cal*” e que “*a aplicação do Regime Florestal nos terrenos das Serra do Marão e Meia Via não traz*

¹³ Os representantes das freguesias eram na sua maioria os Regedores, os presidentes de junta e alguns vogais. (Arquivo AFN, Amarante)

inconvenientes algum para os povos das freguesias deste concelho”¹⁴.

Aproveitando este inquérito e tendo em conta o resultado das entrevistas realizadas, para além do conhecimento do autor sobre o terreno e das suas pesquisas bibliográficas, é em seguida descrita cada Unidade de Baldio da área de estudo, respeitando a seguinte estrutura:

- Antecedentes
- Recursos
- Organização
- Conflitos.

Para um melhor enquadramento dos territórios comunitários na Serra do Marão, a Figura 10 apresenta os 6 baldios em estudo, com as respectivas áreas litigiosas.

¹⁴ Conforme acta da sessão “*Auto de Inquérito motivado pela Submissão ao Regime Florestal das serras da Meia Via e Marão*”, de 10 de Junho de 1917 (arquivo AFN, Amarante)

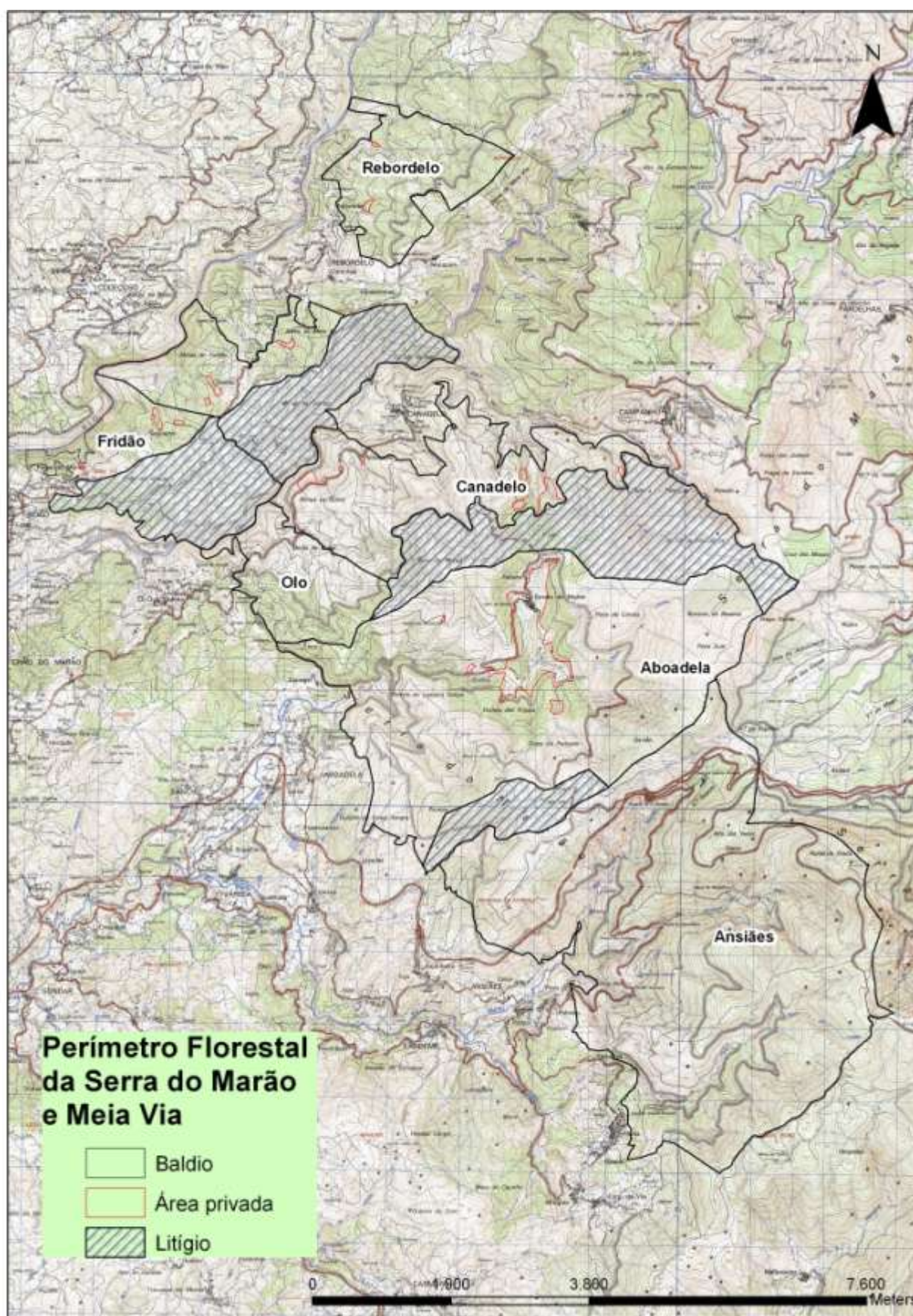


Figura 10: Enquadramento dos Baldios da Serra do Marão. (Fonte: PUB's, 2007)

3.3.1. Aboadela



Figura 11: Limite do baldio de Aboadela (PUB, 2007)

Na data de inclusão no Regime Florestal, 1916, a Junta da Paroquia de Aboadela, que era quem exercia a função de gestor deste baldio de Aboadela começou, à semelhança dos demais baldios da Serra do Marão, por concordar com a arborização (Carvalho, S. 2008, p.33), reconhecendo a utilidade de tal obra. Porém, também à semelhança de outros baldios vizinhos, após a realização do inquérito à população sobre a submissão ao Regime Florestal, esta mesma junta decidiu apresentar uma reclamação, conforme acta de 20 de Junho de 1917, antevendo os prejuízos que resultariam das obras de arborização, referindo três aspectos essenciais: um relacionado com a posse dos ditos baldios, outro com os prejuízos que decorrem da arborização em termos dos recursos pastoris, lenhosos e hídricos, e por ultimo os direitos dos compartes. Aliás, tais receios mostraram-se com fundamento logo em 1921, quando a população se insurgiu contra a retirada de lenhas do seu baldio, contra a sua vontade.

O relato é feito na acta da Junta da Paroquia de Aboadela¹⁵ sobre a forma de protesto:

¹⁵ Acta de 19 de Abril de 1921, da Junta da Paroquia de Aboadela (Arquivo da Junta Freguesia de Aboadela)

“(…) A violência de que foram vítimas os habitantes desta freguesia, seriam onze horas do dia de hoje quando eles reunidos no sítio da Esturrinheira, no caminho que vai para Covelo tratavam de impedir o corte da lenha do logradouro comum desta freguesia, foram por uma força armada obrigados a deixar seguir a referida lenha, sob a ameaça de ser “decegados” os braços de qualquer dos habitantes que deitassem alguns dos molhos ao chão.” E na conclusão dessa sessão da Junta refere que “pelo presidente foi dito que esta freguesia, com vista a não poder reagir contra a mesma força armada, cede e consente a saída da sua lenha, considera-se esbugalhada pela força e não pela Lei.”

Da consulta das *Memórias Paroquiais*¹⁶ da freguesia de Aboadela, de 1758, percebe-se que a freguesia não mudou muito, em termos biofísicos e humanos. Refere este documento que em Aboadela a serra «*nam se cultiva, só tem algumas colmeas com as suas abelhas*» e que a «*qualidade do seu temperamento é frigidíssima*». Sobre a fauna refere que “*pastam nela cabras e gados e há bastante caça de coelhos e perdizes*” e sobre o Rio Ovelha que nasce em Covelo do Monte menciona que «*nam nasce caudelozo, corre todo o ano, hé quieto em todo o seu decurso, e cria trutas em abundância e mais castas de peixes.*» (*Memórias Paroquiais* de 1758, in Capela, 2009). Nesta data, Aboadela tinha 189 vizinhos e moravam 565 pessoas.

O actual baldio de Aboadela situa-se na freguesia do mesmo nome, e tem uma área de cerca de 2000 ha, não tendo o seus limites perfeitamente definidos, por causa de litígios que detêm nesta data com os baldios vizinhos de Ansiães e Canadelo (PUB, 2007). A área baldia representa cerca de 95% da área da freguesia, tendo uma ocupação florestal muito baixa, a que estará associada a prática de pastorícia extensiva, principalmente em Covelo do Monte, onde a desordem do pastoreio local, associada aos rebanhos que recebe de freguesias e baldios vizinhos, transforma, desertifica e compromete o futuro de todo um ecossistema agro-florestal, dominado pela pastorícia. A Fotografia 3 é disso reflexo, e apresenta a vandalizada Casa de Guarda-florestal de Covelo do Monte e todo o baldio envolvente, praticamente despido de qualquer vegetação.

¹⁶ As *Memórias Paroquiais* de 1758 são um dos mais importantes documentos de estudo corográfico e que nos transporta à paróquia rural portuguesa do século XVIII, e com elas pretendeu o governo régio inquirir sobre um vasto e minucioso leque de questões para compor e organizar o seu conhecimento “estatístico” e geográfico do território. (Capela, 2009)



Fotografia 3: Covelo do Monte, Março 2005 (Foto do autor)

Esta Unidade de Baldio foi constituída em 1977, com a formação de um Conselho Directivo que se manteve em funções até Setembro de 1980. Por essa altura e devido à existência de conflitos na comunidade (Carvalho, S. 2008), a órgão gestor foi destituído e foram delegados poderes na Junta de Freguesia para assegurar a gestão dessa área, em associação com o Estado.

Os problemas levantados nessa data relacionavam-se com as situações de pastoreio e de novas arborizações em Covelo do Monte, iniciativas incompatíveis, e que tem principal razão de ser neste referido lugar, pois é aqui e em mais nenhum lado desta freguesia que existem pastores e rebanhos.

Os poderes da Junta de Freguesia viriam a ser reforçados recentemente em 2006, quando a Assembleia de Compartes autorizou diversas obras pela Junta de freguesia: zona de caça associativa, projectos de fundos comunitários e do Fundo Florestal Permanente¹⁷.

Actualmente, os compartes recenseados e em plenos poderes de usufruição de direitos e deveres dos baldios são 500.

Estão localizados principalmente neste baldio as mais antigas infra-estruturas de aproveitamento eólico do norte do País, principalmente nas cumeadas de Pena Suar. Por terem sido das primeiras, foram celebrados contratos com pagamento de prestação única, que permitiu à Unidade de Baldio a aplicação de avultadas verbas em prol da comunidade.

Dos inquéritos realizados aos Órgãos Directivos dos Baldios, percebe-se um grande desinteresse

¹⁷ Acta da Assembleia de Compartes dos Baldios de Aboadela de 18 de Setembro de 2006.

dos compartes pelos problemas de gestão corrente dos baldios, manifestando contudo uma grande preocupação com os recursos naturais dos quais dependem, tais como a água e o material lenhoso, sendo facilmente mobilizados para solucionar problemas com os recursos relacionados. Este baldio, de grandes recursos e potencialidade, é muito procurado para turismo e desporto em espaços naturais, sendo frequentes os grupos de excursionistas de montanha quer a pé quer de bicicleta. Como potencializador do turismo, as duas casas de Guarda-florestal existentes (Carregal e Covelo) apresentam-se como elementos fulcrais para um desenvolvimento integrado de toda a região de montanha, sendo a sua alienação uma vontade já demonstrada pela Junta de Freguesia à Autoridade Florestal Nacional.

De acordo com o Plano de utilização dos Baldios apresentado em 2007, as opções de futuro para este baldio em nada se diferenciam das opções que têm sido tomadas nos últimos anos, confirmando-se as potencialidades a explorar neste baldio, que são essencialmente lenhosas.

Da análise do plano, destaca-se as prioridades descritas com o sendo a produção a primeira prioridade e o apoio à silvopastorícia e à cinegética a segunda prioridade. Apresenta-se como justificação da primeira prioridade o facto de o baldio estar ocupado maioritariamente por pinheiro bravo adulto e bastante regeneração natural do mesmo, enquanto a justificação da segunda prioridade é dada pela existência de muitas cabeças de gado principalmente no lugar de Covelo do Monte, tendo que obrigatoriamente definir áreas para o pastoreio de forma a preservar as zonas arborizadas (PUB de Aboadela, 2007).

Actualmente este baldio confronta-se com alguns conflitos para além do litígio já atrás referido com Ansiães e Canadelo. Um dos maiores conflitos que poderá comprometer todo o futuro florestal deste baldio é interno e está relacionado com o desregrado pastoreio que se pratica nas imediações de Covelo do Monte, apesar de se encontrar regulamentado o uso e fruição do baldio pelos compartes locais e pelas populações vizinhas.

Também de Covelo do Monte poderá advir outro conflito que está relacionado com a criação de uma nova unidade de baldio, dessa aldeia, mas que não é totalmente pacífico com a actual co-gestora, a Junta de Freguesia de Aboadela. Do que foi tornado público e de acordo com as entrevistas realizadas, é questionada a actuação da Junta de freguesia em relação à aldeia de Covelo do Monte, e a respectiva aplicação de receitas do baldio neste lugar.

Esta ingerência da Junta de Freguesia em assuntos de Covelo do Monte também traz problemas relacionados com a concessão do espaço das antigas Minas do Pedrado a uma empresa de pirotecnia, que não reúne o consenso entre as entidades internas e externas ao baldio. Internamente os compartes não têm um único sentido de voto pois levanta-se questões sobre o

livre acesso àquele local. Estas e outras dúvidas estão a ser apreciadas na análise que tem de ser feita pelas entidades licenciadoras deste empreendimento (AFN, ICNB e a própria Câmara), e que ao fim de algum tempo ainda não se pronunciaram.

3.3.2. Ansiães



Figura 12: Limite do baldio de Ansiães (PUB, 2007)

O baldio de Ansiães tem uma área de cerca 2300 ha e está totalmente inserido na freguesia do mesmo nome, no concelho de Amarante. Os seus limites não se encontram de todo estabilizados, por haver determinado local, na zona da Lameira, que é também reclamada pelo vizinho baldio de Aboadela. Ainda assim, sendo este o maior baldio do distrito do Porto, representa 85% do território da Freguesia.

Apesar de só se ter constituído a Assembleia de Compartes após o 25 de Abril, já no início do século XX se reuniam os compartes da freguesia para decidir sobre a utilização dos baldios por

peças de fora. Assim, era frequente o aforamento de determinadas partes do baldio, a particulares, sendo feita a abertura de propostas em cada arrematação, onde era esclarecido que aos compartes da freguesia continuava reservado o direito de apascentar o gado, independentemente de autorizar ou não o pasto, o corte de mato e lenha, e feitorias de carvão a estranhos à freguesia¹⁸.

Para além deste tipo de arrematações, este baldio criou outras formas de receita para realizar obras necessárias à população. Assim em 1923, a Junta de freguesia decidiu¹⁹ vender um monte no lugar do Eido, para assim poder realizar as obras necessárias para garantir o abastecimento de água a este lugar: *“abastecer de água potável o povo de Eido que é um dos maiores da freguesia e mais mal servido em águas... o que também iria também servir para o caso de incêndios e para os gados beberem”*.

Esta freguesia foi, desde a submissão ao Regime Florestal, favorável à arborização das suas serras, conforme se pode verificar nas actas do junta da paróquia de Ansiães (Anexo 7) de onde se tira que *“ não intenta a junta por qualquer obstáculo à arborização que espera ser de grande benefício não só pelo aumento da riqueza em madeira e lenha, mas também para o bom regime das águas e sobretudo pela melhoria do clima, atenuando sem dúvida a violência dos ventos que muito danificam a agricultura e casas de habitação.”*²⁰

Apesar de não se opor, a Junta não deixaria de *“ressalvar os seus interesses e direitos adquiridos, auferindo o Estado tão-somente aquela parte que lhe pertence do produto florestal para as despesas de arborização, pagamento de vencimentos e alojamento dos Guardas-florestais”*²¹.

Esta unidade de baldio foi legalmente constituída após a publicação da Lei dos Baldios de 1976, e o primeiro Conselho Directivo tomou posse logo em 1977. Actualmente possui 1056 compartes recenseados (PUB de Ansiães, 2007), número superior ao de habitantes, 815 apenas, (CENSOS, 2001), mas que estará relacionado por um lado à falta de actualização do recenseamento dos compartes, mas por outro lado às tentativas de promover o regresso de habitantes à freguesia, conferindo o estatuto de compartes àqueles que não habitam regularmente na freguesia, mas possuem lá uma segunda habitação.

Terá sido o baldio que mais sofreu com o incêndio de 1985, mas qual *Fénix* renasceu das cinzas e hoje apresenta uma cobertura arbórea rica em quantidade e qualidade. Com as bacias dos

¹⁸ Actas da Junta de Paróquia Civil de Ansiães de vários anos, de 1911 a 1917. (Arquivo AFN, Amarante)

¹⁹ Acta da Junta de Paróquia Civil de Ansiães de 20 de Fevereiro de 1923. (Arquivo AFN, Amarante)

²⁰ Acta da Junta de Paróquia Civil de Ansiães de 17 de Dezembro de 1916. (Arquivo AFN, Amarante)

²¹ Acta da Junta de Paróquia Civil de Ansiães de 27 de Maio de 1917. (Arquivo AFN, Amarante)

pequenos rios arborizadas com diferentes folhosas, este baldio é farto em aproveitamento de outros recursos não lenhosos. A Serra do Marão oferece condições naturais para a manutenção de ricos caudais de água (Fotografia 4), que permitem não só a rega dos terrenos agrícolas de Ansiães, mas também o abastecimento a toda a freguesia. O recurso água é desde há muito tempo um dos mais preservados na generalidade dos baldios da Serra do Marão, salvaguardando sempre o interesse comunitário (levadas, regos foreiros, entre outros.) sobre o interesse particular. Por isso, já em 1916, um morador de Ansiães requereu e foi autorizado a explorar uma mina de água existente no baldio para uso agrícola, com a responsabilidade de assegurar os prejuízos que adviessem dessa exploração (Carvalho, S., 2008).



Fotografia 4: Nascente da Ribeira da Póvoa, Ansiães, Amarante. (Foto do autor)

Os recursos florísticos da serra permitem ainda as condições para o aparecimento de cogumelos em alguns locais, sendo a sua grande procura um sinal das potencialidades locais. Também a apicultura assume em Ansiães um papel muito importante, tendo só em Ansiães mais de 400 colmeias e pelo menos 13 apicultores (PUB, 2007).

As altas cotas altitudinais que se encontram em Ansiães permitiu que também neste baldio se instalassem várias infra-estruturas para aproveitamento eólico e com as mesmas condições do que se verificou em Aboadela. Mais recentemente, novos aerogeradores foram instalados nas imediações dos baldios de Baião, com recolha de melhores e novos dividendos para os baldios de Ansiães. Também as grandes altitudes associadas à exposição norte do local da Lameira permitiram o desenvolvimento de uma outra actividade no início do século XX, a comercialização de gelo. Não existem registos documentais sobre este negócio, mas vários

testemunhos que passaram de geração em geração referem a existência de uma “Casa da Neve”, onde se acumulava neve para depois ser levada para os grandes centros urbanos para diversas utilizações. Essa infra-estrutura só no início deste século XXI é que foi descoberta no interior de um silvado, sob um denso coberto arbóreo de Videiros (Fotografia 5).



Fotografia 5: Casa do Gelo, Ansiães, Amarante (Foto do autor)

Neste baldio encontra-se instalada desde 1950 a truticultura do Torno, junto ao rio Marão, e teve como objectivo a produção de alevins para repovoamentos dos rios, tendo em conta a dificuldade de obter ovos embrionados na Europa, por causa do conflito mundial que foi a II Grande Guerra. Esta unidade produtiva é gerida pela Autoridade Florestal Nacional, que mantém em actividade todos os tanques, recentemente beneficiados com um projecto financiado pela Comunidade. As produções anuais são superiores a 1.000.000 ovos/alevins, provenientes de espécies autóctones de Truta Fario (*Salmo trutta fario*) para recuperação das populações das Bacias Hidrográficas dos Rios Douro, Minho, Lima e Cávado. Produz ainda cerca de 1.500.000 de ovos/alevins de Truta Arco-Íris (*Oncorhynchus mykiss*), para efeitos do seu fornecimento ao sector produtivo privado.

A freguesia de Ansiães já era obviamente referenciada em 1758, e da leitura das *Memórias Paroquiais* desse ano verifica-se que o território possui hoje a mesma riqueza que detinha naqueles tempos. Das menções à Serra do Marão e à sua flora, refere que «a serra nam cria ervas, plantas de estimaçam, as que cria são inúteis. (...) é incultivável.» Sobre o clima, tal como hoje, também em 1758 «a qualidade do temperamento da serra é frigidíssimo com muitas

neves, motivo pelo qual falecem muitos homens na mesma, no tempo hiemal (...) No tempo estival os moradores deste país criam nela seu gado vacuum e miúdos. É povoada a serra de animais bravos como são os lobos, raposas, jabalizes; cria a serra coelhos, lebres e em maior abundância perdizes.» (Memórias Paroquiais de 1758, in Capela, 2009). Nesta data Ansiães tinha 90 fogos e moravam 342 pessoas.

Dada a dimensão deste baldio, e tendo em conta as obras de arborização que se realizaram nos últimos 100 anos, foi necessário dotar este espaço de casas de Guarda-florestal, o que em Ansiães aconteceu em grande número: duas no Alto Espinho, e ainda uma no Torno, uma na Póvoa, e outra na Estrada²².

De dividendos indirectos para o baldio, é neste espaço que se encontra instalada a Pousada de S. Gonçalo, verdadeiro *ex-libris* da hotelaria em pleno coração da Serra do Marão, construída em 1942. Deste local saiem, inúmeras vezes, viajantes à descoberta da serra, em busca dos recursos naturais de flora e fauna, sendo um dos destinos mais procurados o Parque de Merendas da Lameira, debaixo de um coberto lindíssimo de belos exemplares de larix europeu.

Outro recurso fortemente explorado no final do século XIX e durante boa parte do século XX foram as minas de Estanho, principalmente as do Ramalhoso e as da Portela da Gaiva, ainda antes da submissão ao Regime Florestal. Atente-se a um registo do final do século XIX, referente à exploração mineira do Ramalhoso, que referia que o terreno das minas de Ansiães “*é baldio, todavia abundantíssimo de inexauríveis matas de cepa e urgueira, que até 4 léguas e mais fornecem às habitações e lugarejos, para uso doméstico, óptima lenha e magnifico carvão de cepa. Este solo que tanto se presta por suas condições especiais à cultura dos pinheiros do norte, é desprezado para esse fim, o que quasi se pode dizer tem sido uma barbaridade, um desleixo inqualificável.*” (*Descrição da Mina de Estanho (...), 1865*)

Como se verifica, os terrenos deste baldio apresentam potencialidade para a cultura florestal. Vários têm sido os investimentos nesse sentido, que passam quer por iniciativas financiadas por programas comunitários, quer por iniciativas concertadas entre os Serviços Florestais e o Conselho Directivo da unidade baldia. Desde o incêndio de 1985 e do consequente projecto de arborização, este local tem sido alvo de vários trabalhos e estudos de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), que passam por acções de fogo controlado e por iniciativas de silvicultura preventiva, com introdução de espécies florestais propiciadoras de maior defesa da floresta contra os incêndios.

Em 2006 foi elaborado um plano de fogo controlado para a Serra do Marão (Figura 13), como

²² Esta ultima casa da Guarda-florestal, a da Estrada, foi mesmo adquirida pelo Estado, em 1959, e está situada na Estrada Nacional N15 na Póvoa.

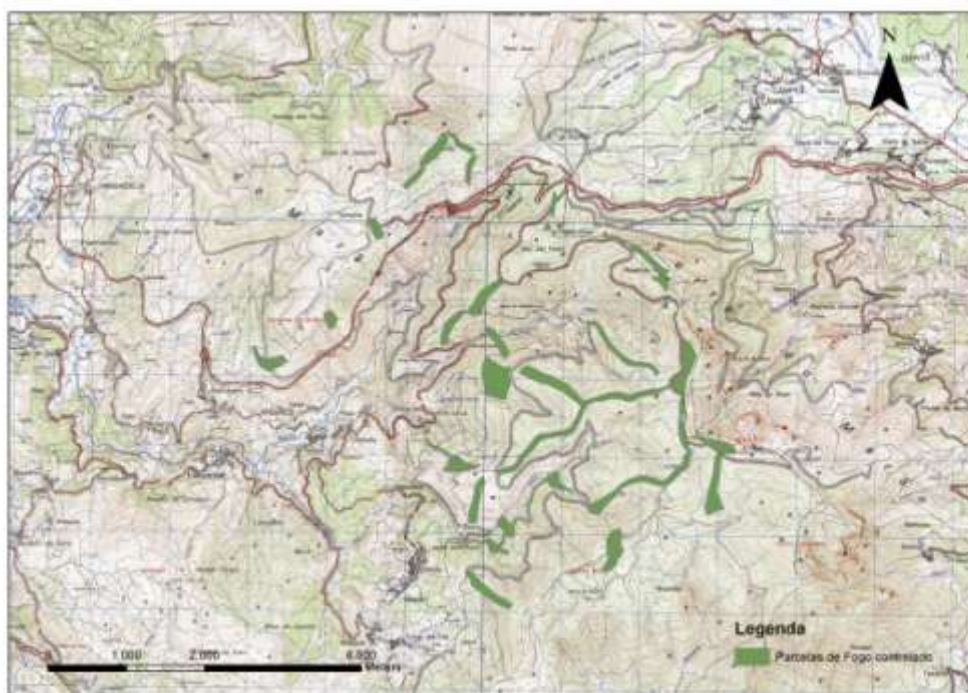


Figura 13: Parcelas de Fogo Controlado (Fonte: Arquivo AFN Amarante)

medida de protecção dos povoamentos florestais com elevado valor, a diminuição da extensão afectada por incêndios florestais, dotando aquele espaço de faixas com descontinuidade de vegetação, para obstar o avanço de fogos florestais, e ao mesmo tempo instalar uma faixa de Rede Secundária que satisfaça quer as necessidades de produção e protecção da floresta contra os incêndios, como a compartimentação dos povoamentos. Estas medidas preventivas tiveram o seu efeito no incêndio de Junho de 2006, tendo funcionado na perfeição, conforme a Fotografia 6 ilustra, no Monte Redondo.

Vão nesse sentido os projectos atrás referidos, na bacia do Ramalhoso (2004), em que predominantemente foram utilizadas folhosas adaptadas às altitudes elevadas, assim como a arborização com meios próprios concretizada no Monte Redondo e Lameira (2008), onde foram inclusive experimentadas novas espécies em terrenos baldios, tais como a metasequoia, o liriodendro e o liquidambar.

Em matérias de DFCI, este baldio soube aproveitar os apoios do Estado, assegurando o funcionamento de uma equipa de Sapadores Florestais desde 1999 e que tem, de forma muito valiosa, sabido defender e promover o baldio.



Fotografia 6: Ansiães. Incêndio e parcela de fogo controlado. (2006) (Foto do autor)

De acordo com o Plano de Utilização dos Baldios apresentado em 2007, as opções de futuro para este baldio pouco se diferenciam das opções que têm sido tomadas nos últimos anos, confirmando-se as potencialidades a explorar neste baldio, que são essencialmente lenhosas.

Da análise do plano, destacam-se as prioridades descritas como sendo a produção a primeira prioridade e a protecção a segunda prioridade. Apresenta-se como justificação da primeira prioridade o facto de as áreas ardidas anteriormente cobertas por floresta de produção terem todas as condições de voltarem a ser ocupadas pelo mesmo tipo de floresta, mas com compartimentação dessas áreas, seja através de espécies folhosas seja através de rede divisional quando possível. A justificação da segunda prioridade é a existência de declives acentuados que apresenta em grande parte da sua área (PUB de Ansiães, 2007).

Dos inquéritos realizados durante o primeiro semestre de 2009, percebe-se facilmente que este baldio possui uma dinâmica diferente dos restantes da Serra do Marão, que se pode atribuir, em primeiro lugar, a uma estabilidade financeira e directiva, e ainda a uma correcta gestão de fundos e recursos. Assim, não mostra esta unidade de baldio qualquer necessidade em alterar profundamente a conduta de gestão que tem sido seguida após o 25 de Abril, estando contudo atenta às modificações que se encontram em curso no outro co-gestor dos Baldios, o Estado, podendo em qualquer altura posicionar-se como gestora exclusiva desta extensa área.

3.3.3. Canadelo



Figura 14: Limite do baldio de Canadelo (PUB, 2007)

Os inquéritos das Memórias Paroquiais tornam bem evidente a extrema ruralidade desta freguesia na época, ao que não é indiferente o isolamento geográfico a que este povo está votado. Deste documento do século XVIII pode-se fazer uma caracterização local, que em muito ainda se compara aos tempos actuais.

«Os fructos que dá a terra são pam, vinho, azeite e castanhas»

«Nesta freguesia à criassois de cabras e nada mais e também há coelhos e perdizes»

«O rio olo nasse muito caudaloso e corre todo o ano, mas de Veram pouca agoa leva. E cria de todos os peixes, a saber, trutas, barbos, bogas e escalos, mas os que mais em abundância são bogas»

E remata o Cura da freguesia em 4 de Março de 1758: «E não tenho mais que advertir pois é má terra, por não dar cousas boas». Da leitura deste documento do século XVIII, permitiu localizar também neste baldio a desarborização que as serras tinham já em 1758, que se manteve então até ao século XX. Nesta data a freguesia de Canadelo tinha 30 fogos e moravam 130 pessoas,

entre maiores e menores. (Memórias Paroquiais de 1758, in Capela, 2009)

Canadelo sempre foi uma freguesia vocacionada para a pastorícia, que foi, durante muitos anos, a principal fonte de receita dos compartes serranos. Esta relação com a pastorícia trouxe, principalmente após o 25 de Abril de 1974, uma grande agitação aos compartes que se dividiam sobre a presença de rebanhos na serra. As primeiras reclamações apareceram em 1978, feitas pelos próprios compartes que reclamam contra a destruição que os animais provocam nas sementeiras e arborizações que os Serviços Florestais fazem (Carvalho, S. 2008). As actas das Assembleias de compartes de 1978 e 1979 referem esse mau estar que teve como principal consequência a elaboração de um Regulamento de Uso e Fruição do Baldio em 1979 (Carvalho, S., 2008). Este regulamento esclarecia os locais onde era permitido a prática de pastoreio e onde deveria ser feita a protecção às sementeiras e plantações. Previa ainda o pagamento de multas pelos compartes que prevaricassem²³.

E apesar de em 1982 ter sido deliberado em assembleia de compartes²⁴ que determinada área do talhão n.º 50 ficaria para pastoreio após o corte raso, e em 1990 ter sido definida em assembleia de compartes²⁵ outra área de pastoreio perto do lugar da Barroca do Barro, o descontentamento da população com o pastoreio desordenado, e os prejuízos que essa actividade traz para o baldio, ficaram bem marcadas numa reclamação feita na assembleia de compartes de 2000, que exigiu que se regulamentasse o pastoreio (Carvalho, S., 2008, p. 44).

A pressão do pastoreio neste baldio diminuiu bastante com a ausência dos pastores da freguesia, mas continua a existir o pastoreio vindo dos baldios vizinhos de Aboadela (Covelo do Monte) e de Campanhó e Pardelhas (Mondim de Basto).

Os recursos hídricos da Serra do Marão são também em Canadelo, desde há muito tempo, um dos mais preservados, prevalecendo sempre o interesse comunitário sobre o interesse particular. Porém houve no mesmo baldio tomadas de posição distintas em diferentes tempos, conforme se verifica pela autorização de exploração de uma nascente por um particular em 1983²⁶, e com a recusa de um outro aproveitamento das águas de Ribeiro do Rebeijado em 1986²⁷.

A acção dos Serviços Florestais ao longo do século XX contribuiu em muito para quebrar este isolamento, quer seja com a ligação de estradas e caminhos aos lugares da aldeia, como também

²³ As multas variavam entre os 50 escudos (por cabeça de gado bovino e ovino) e os 200 escudos (por cada cabeça de gado caprino). (Carvalho, S., 2008, p.44)

²⁴ Acta da Assembleia de compartes dos baldios de Canadelo de 10 de Janeiro de 1982.

²⁵ Acta da Assembleia de compartes dos baldios de Canadelo de 16 de Setembro de 1990.

²⁶ Acta da Assembleia de compartes dos baldios de Canadelo de 12 de Junho de 1983.

²⁷ Acta da Assembleia de compartes dos baldios de Canadelo de 9 de Novembro de 1986.

com o emprego de pessoas desta freguesia nos trabalhos de arborização das Serra do Marão e Meia Via.

O baldio de Canadelo possui uma área de cerca 1390 ha, mas não se encontra estabilizada por causa dos litígios que detém em grandes áreas com Aboadela (524 ha) e com Rebordelo (285 ha) (PUB de Canadelo, 2007).

Esta unidade de baldio foi constituída em 1976, logo após a publicação da lei dos baldios, tendo sido constituída a respectiva assembleia de Compartes, com os respectivos órgãos de gestão. Esta assembleia, em 1977, delegou competências na Junta de Freguesia, que até hoje tem gerido o baldio em co-gestão com os Serviços Florestais, possuindo nesta data 284 compartes (PUB Canadelo, 2007)

Trata-se de um baldio também com enormes potencialidades e recursos variados.

Desde há bastante tempo que, neste baldio, são explorados recursos minerais. Por um lado o calcário, na Pedreira do Sobrido, que é aproveitado há várias décadas, tendo tido uma grande importância no final do século XX, quando certo número de cooperativas do Douro²⁸ vinhateiro se associaram para garantir a exploração e o transporte, pois este produto é de grande importância para a cultura da vinha por ter a particularidade de conter magnésio (calcário dolomítico).

Por outro lado, Canadelo é farto em minas que tiveram o seu auge de exploração na primeira metade do século XX. O minério explorado era o estanho e as principais minas que laboraram foram as da Guiné, de Ordes, da Fonte Sapa e as do Seixo.

Hoje em dia, estes coutos mineiros estão desactivados, constituindo, em muitos casos, motivos de perigo, pois possuem a céu aberto ou as entradas, ou os “*respiros*” das mesmas.

Em matéria de exploração lenhosa, este baldio apresenta potencialidades para várias espécies florestais, estando contudo, e em grande escala, ameaçada por invasoras lenhosas, nomeadamente a *Hakea sericea*, espinheiro bravo

²⁸ A Empresa Cooperativa de Calcário de Vila Real celebrou um contrato com os baldios em 1984 com um valor de cerca 6 cêntimos por metro cúbico, prevendo uma exploração de dez mil metros cúbicos por ano (Actas do Conselho Directivo dos baldios de Canadelo de Fevereiro e Março de 1984)



Fotografia 7: Aspecto do Baldio de Canadelo (2008) (Foto do autor)

Nos terrenos limitados pelas duas estradas (a que liga a Canadelo e a que liga a Covelo do Monte), realizaram-se três projectos de arborização, que inicialmente previam quase exclusivamente o pinheiro bravo, mas com o desenrolar dos trabalhos preparatórios, rapidamente se percebeu que o solo permitiria a introdução de outras resinosas e ainda algumas folhosas (Fotografia 7).

Assim em cerca de 300 ha, implantaram-se em 2006 três projectos, onde foram plantados, além do pinheiro bravo, outras essências resinosas tais como o cedro atlântico, o cedro do Buçaco e o pinheiro manso, e nos locais mais apropriados, várias folhosas, tais como o carvalho nacional e o carvalho americano e ainda em menor numero, o acer pseudoplatano, a tramazeira, a bétula e cerejeira brava.

Volvidos apenas 3 anos, estes projectos estão abandonados e o pastoreio desordenado já destruiu grande parte das plantas, assim como o abandono do controlo da *Hackea* permitiu o avanço da sua colonização.

Este baldio sofre as consequências do abandono da fiscalização pela Guarda-florestal, e acima de tudo da retirada das equipas de trabalhadores dos Serviços Florestais, pelo que estes 3 projectos estão condenados ao insucesso, se não se retomar a fiscalização permanente do pastoreio desordenado, de baldios externos a Canadelo, e se não se intervier de forma inequívoca no controlo das infestantes lenhosas. Na figura 15 são apresentados os 3 projectos realizados em Canadelo, ao abrigo do programa AGRO do III QCA.

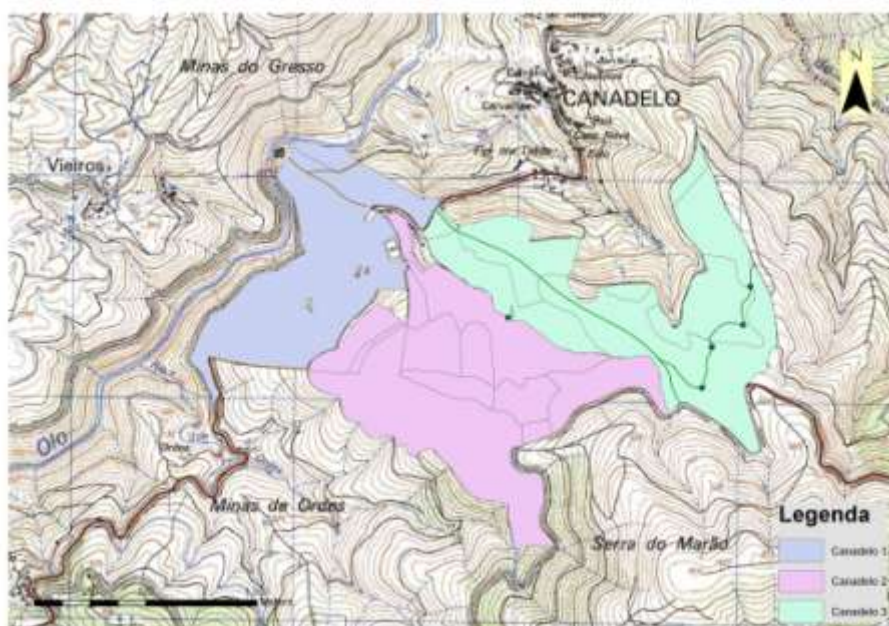


Figura 15: Projectos AGRO, em Canadelo, Amarante. (Fonte: AFN Amarante)

A presença do Estado e das autoridades com competência para fiscalização do pastoreio é reclamada pelos órgãos co-gestores dos baldios de Canadelo, que defendem uma maior presença do Estado de modo a recuperar o baldio e voltar a ganhar o apoio e confiança dos agora desinteressados compartes.

O baldio de Canadelo é banhado pelo rio Olo, onde foi criada recentemente uma concessão de pesca, dadas as potencialidades deste troço do rio. O rio Olo tem em grande extensão potencialidades para várias espécies piscícolas, sendo já referida nas Memórias Paroquiais de 1758 a abundância de trutas, barbos, bogas e escalos.

O Plano de Utilização dos Baldios apresentado para esta unidade de baldio pouco traz de novo à gestão florestal que se vem praticando nos últimos anos, assumindo como prioridades de acção a Produção e a Protecção. As justificações para a opção de primeira prioridade à Produção prendem-se com a qualidade do solo e ao histórico florestal do baldio. A segunda prioridade para o baldio de Canadelo é a Protecção e esta opção relaciona-se com existência de declives acentuados.

3.3.4. Fridão



Figura 16: Limite do baldio de Fridão (PUB, 2007)

Fridão é o baldio mais próximo da cidade de Amarante e tal como nos restantes terrenos comunitários, não deixou de fazer as suas reservas sobre a arborização preconizada com a submissão ao Regime Florestal.

Assim, em 1917 e de acordo com Carvalho, S., 2008, (p.36) com o intuito de reforçar a ideia de que os baldios de Fridão eram paroquiais e não municipais, o corregedor informou que a população concordava com a arborização dos maninhos paroquiais da Serra da. Mia Via, salvaguardando os direitos ancestrais à apascentação de gados e servidões de água e ainda ao corte de matos (ver anexo 2).

A Unidade Baldia de Fridão também se constituiu logo após a publicação da Lei dos Baldios de 1976, e em 1977 já se encontrava em funcionamento um Conselho Directivo, que se mantém até hoje em co-gestão com os Serviços Florestais, tendo actualmente 730 compartes recenseados (PUB de Fridão, 2007).

De forma a marcar posição e de se distanciar do Estado em algumas matérias relacionadas com os usos e costumes deste baldio, foi elaborado em 1980²⁹ um regulamento de uso e fruição dos baldios de Fridão, tendo especial incidência na cedência de lenha aos compartes. Este procedimento veio a ser alterado³⁰, em 1992, em concordância com os Serviços Florestais, ficando a cedência de lenhas só possível quando estas fossem provenientes de limpezas ou desbastes de arvoredos do baldio. Esta atitude levou a perda de interesse pelos baldios, já que, depois do pastoreio, perdiam mais um dos proveitos directos de que usufruíam, a recolha de lenhas (Carvalho, S., 2008).

O Baldio seria dos poucos com coberto arbóreo no início do século XX, já que é referido no Projecto de Arborização de 1939 que as “*serras de Meia-Via e Rebordelo se encontravam arborizadas com pinheiro bravo, essência essa que serve para os povos vizinhos se abastecerem de lenhas e carvão.*”

Aliás, só assim se entende que tenha merecido as honras de visita de um membro do governo, o Ministro da Agricultura Gaspar de Lemos, em 18 de Setembro de 1925, da qual existem não só



relatos nos Jornais de Amarante (*Flor do Tâmega*, Setembro 1925), como também foram descerradas 2 lápides em locais da serra que visitou, tendo sido uma delas na Casa da Guarda Florestal da Feiteira, em Fridão (Fotografia 8).

Fotografia 8: Lápide na casa da Guarda-florestal de Fridão. (Foto do autor)

Fridão não é um baldio de grande dimensão, mas por motivos de litígios já com vários anos, pode-se dizer que este órgão co-gestor se encontra numa situação insustentável.

A área baldia reclamada por Fridão é de cerca 420 ha, e tem os limites definidos entre dois rios: o Tâmega e o Olo. Porém, estes limites têm sido postos em causa pelos compartes do baldio vizinho de Olo, que levou a situações litigiosas com o próprio Estado, com situações de endividamento ao fisco, que cada vez mais se torna difícil repor, tal a carga de juros já acumulada.

O baldio de Fridão é um baldio de imensos recursos, hoje tal como há 70 ou 80 anos. Já nos

²⁹ Acta da Assembleia de Compartes dos baldios de Fridão de 27 de Outubro de 1980.

³⁰ Acta da Assembleia de Compartes dos baldios de Fridão de 6 de Dezembro de 1992

finais do século XIX José Augusto Vieira escreveu³¹: “*Tem a freguesia de Fridão, assim como todas as freguesias das abas do Marão, grandíssimos baldios, o que aqui dá lugar a uma pequena indústria. É o transporte de carqueja e da urguela ou urze, da Serra da Meia Via para Amarante, por uma magra quantia de 40 reis a 12 reis o máximo, que apesar de tudo, é a receita mais importante e mais certa da gente pobre da freguesia. A serra da Meia Via que se estende de Fridão a Rebordelo e do Tâmega ao Olo é abundantíssima de lenha*”.

Encaixado entre dois rios, criam-se aqui óptimas condições para o desenvolvimento do pinheiro bravo, que por sua vez permite a exploração intensa da resinagem, que assume aqui, como no baldio vizinho de Rebordelo, grande importância. Infelizmente também reúne condições óptimas para o desenvolvimento de outras espécies não desejadas, como as invasoras lenhosas que alastram um pouco por toda a parte, principalmente a *Acacia longifolia* e a *A. dealbata*.

Das potencialidades deste território já se aperceberam os órgãos directivos do Baldio, e tendo em conta a proximidade de Fridão ao centro urbano de Amarante, tendo ainda em consideração as boas acessibilidades, apoiaram desde o início a transformação do desactivado Viveiro Florestal das Felgueiras em parque de Lazer e Merendas. Este parque, construído ao abrigo do programa comunitário AGRIS em 2007, já é uma referência de visita, sendo um ponto de partida para incursões na Serra do Marão, pois juntamente ao parque de merendas foi reabilitada uma casa de apoio ao Viveiro, e que serve actualmente para receber pequenos grupos de escolas e de excursionistas.

Actualmente, com o Plano Nacional de Barragens³² (2007-2020), este baldio verá reduzida substancialmente a sua área, pois será construída uma nova barragem em Fridão, que está projectada para atingir a cota dos 130 metros e que afectará directa e indirectamente os baldios de Fridão e Rebordelo.

Do que atrás foi dito, de nada serve a este baldio as potencialidades que ele detém, se não forem resolvidas as questões judiciais e litigiosas com os baldios vizinhos, que comprometem a co-gestão participativa que se pretende para esta unidade baldia.

³¹ Citado no site do agrupamento de escolas de Amarante em http://www.agrup-eb23-amarante.rcts.pt/dossie_patrimonio.htm

³² Ver capítulo 3.5.4. Recursos Hídricos

3.3.5. Olo



Figura 17: Limite do baldio de Olo (PUB, 2007)

A freguesia de Olo constituiu-se apenas em 1934, estando até essa data ligada à freguesia de Sanche, de onde foi desanexada por decreto de 25-1-1934. Sendo Olo a freguesia mais pequena de todas no que diz respeito a este estudo, também o baldio será o de menor dimensão dos baldios da Serra do Marão e Meia Via. Mas mesmo sendo um território pequeno, nem por isso esmoreceu o interesse dos povos por que usufruíam deste terreno baldio, e quando se realizou o inquérito à população sobre a submissão ao Regime Florestal, em 1917, várias foram as reclamações no sentido da impossibilidade de os povos perderem os seus direitos ancestrais (Arquivo AFN).

Como outros, também este baldio não tem os seus limites perfeitamente estabilizados, principalmente por causa de um diferendo que mantém com os seus compartes vizinhos de Fridão, que conforme já atrás foi referido, já tem várias décadas de litígio.

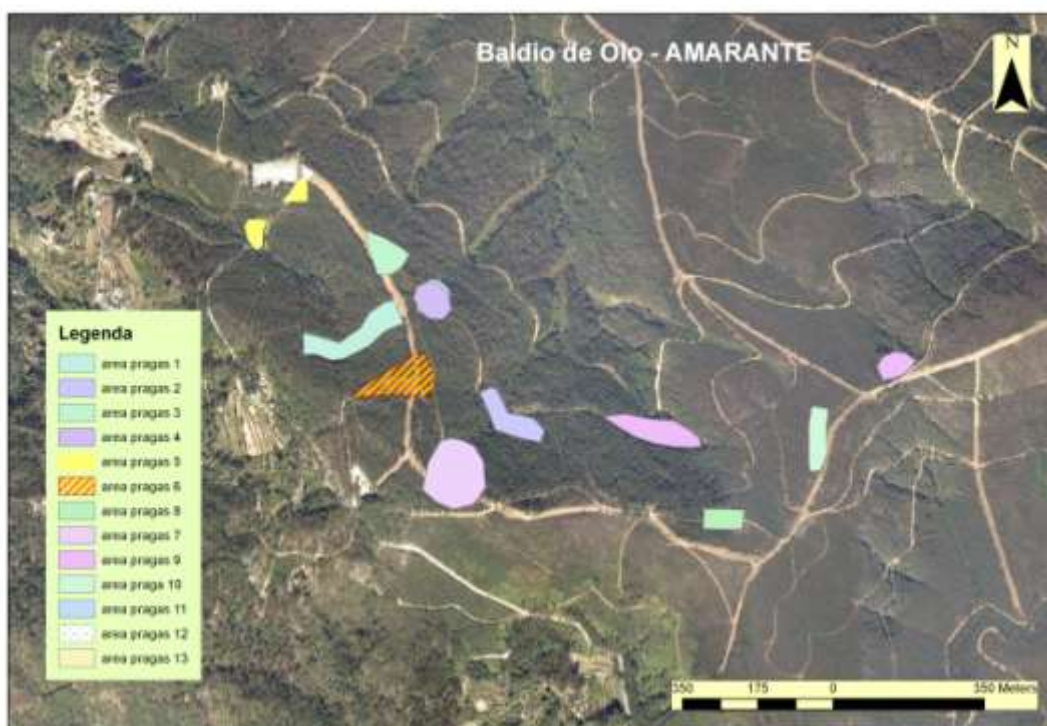
Maioritariamente situado na margem esquerda do rio Olo, este baldio reclama uma área baldia de 532 ha (PUB de Olo, 2007), que se encontra organizado desde 1977 por uma assembleia de 400 compartes recenseados, e com gestão de um Conselho Directivo em parceria com os Serviços Florestais.

Digna de referência, porque é um marco da historia dos Serviços Florestais no território, é a construção nos anos 70 da Casa da Sapinha, conhecida por “*Quartel*”, onde os se aquartelavam os funcionários do Estado em acções de vigilância e acima de tudo, em funções de combate a incêndios, numa altura em que competia aos Serviços Florestais o combate e rescaldo dos fogos florestais.

Outra marca dos Serviços Florestais neste baldio, e por reconhecer a necessidade de salvaguardar o que já existia arborizado desde 1937, foi a construção de um dos mais emblemáticos caminhos florestais realizado pelo Estado na Serra do Marão, e que liga a Sapinha ao Alto de Espinho, em cerca de 12 km. Este caminho, que demorou dois anos a ser construído, teve o seu início em 1958.

Da leitura das *Memórias Paroquiais* de 1758, relembra-se que esta freguesia não existia naquela data, e que estava associada à freguesia de Sanche, sendo Olo um lugar dessa freguesia. Nas ditas *Memórias Paroquiais*, são várias as referências à aldeia de Olo e à ocupação da serra: «*Na serra nem junto della, não há villas, nem lugares nem fontes de propriedades raras, nem minas de estimação. Nesta serra ou vezinhanças da mesma se cultiva centeio, o matos o que produz. (...) Na serra pastam alguns gados domésticos há caça de coelhos, perdizes e rapozas. (...) O (rio) de Olo produz barbos, bogas, escalos, algumas trutas e de mais abundante dos ditos barbos e bogas.*» (*Memórias Paroquiais* de 1758, in Capela, 2009)

Sendo este um baldio também com muito interesse para a exploração florestal, encontra-se com uma boa taxa de arborização, e tem sofrido ao longo dos tempos diferentes intervenções do Estado, ao que não é indiferente o facto de muitos dos funcionários do estado serem das aldeias desta freguesia. Porém, tantas intervenções por vezes mal conduzidas trouxeram alguns desequilíbrios que se manifestaram em perdas de produtividade e de morte de arvoredos, causado por ataques de insectos sob-corticais escolitídeos, em 2005 (Gazo, *et alli*, 2005).



Fotografia 9: Manchas de pragas de escolitídeos em Olo, Amarante, (Gazo, *et alli*, 2005).

Deste inconveniente resultou mais uma intervenção, em parceria com a Escola Superior Agrária de Bragança, no sentido de dotar de novas defesas o território afectado, através da aplicação do meio de luta cultural designado por salvamento (Gazo, *et alli*, 2005), com a posterior introdução de folhosas (Fotografia 9). Passados 4 anos, e após visitas daquele estabelecimento de ensino, não parece haver indícios da manutenção deste insecto na zona intervencionada, presumindo-se que as práticas realizadas e as mudanças introduzidas surtiram o efeito desejado. Em relação às folhosas introduzidas, elas aparentavam em Outubro de 2009, vigor e um bom desenvolvimento vegetativo, e salvo um excesso de competição de matos, poderão desenvolver-se com boas taxas de produção.

O Plano de Utilização dos Baldios apresentado em 2007 para os baldios de Olo aponta para opções de futuro que em nada se distanciam das assumidas pelo Estado nos últimos anos, confirmando-se as potencialidades a explorar neste baldio, que são essencialmente lenhosas e de qualidade para a maioria das espécies florestais.

As prioridades para este baldio são apresentadas em primeiro lugar a Produção e em segundo a Protecção, sem serem explicadas estas opções. (PUB de Olo, 2007).

3.3.6. Rebordelo



Figura 18: Limite do baldio de Rebordelo (PUB, 2007)

A toponímia³³ desta freguesia está associada a uma espécie florestal, o carvalho, que ainda ocorre com alguma frequência nas matas e linhas de água de todo o vale do Tâmega e Olo, rios que banham este baldio.

Consultadas as *Memórias Paroquiais* desta freguesia, e no que diz respeito ao espaço florestal e à ocupação de fauna e flora, são várias as referencias à Serra da Meia Via: «*tem de comprido huma legoa e meia. Tem urzes que servem de lenhas e matos e para a parte do rio Olo, muitos cascalheiros, ervedeiros e giestas, tudo montes bravos. Há nella poucos coelhos e menos perdizes. Não tem ervas, nem fontes de propriedades raras e tem foças que dizem eram dos Mouros, aonde chamam a Meia Via.*» Nesta data a freguesia de Rebordelo tinha 39 fogos e

³³ O topónimo principal, Rebordelo, é um diminutivo arcaico, mediévico – pensa-se que por *Reboredello*, do singular do latim *roburetu* (de *Quercus robur*, espécie de carvalho espontâneo no NW do país) significando um terreno onde proliferavam carvalhos. A formação do diminutivo fez deslocar o acento e a vogal pré-histórica caiu normalmente: *roburetellu* → *robordelo* > *rebordelo* (com dissimilação) (*Corografia Portuguesa*, P. António Costa)

moravam 195 pessoas, *maiores e menores*. (*Memórias Paroquiais* de 1758, in Capela, 2009)



Fotografia 10: Baldio de Rebordelo, Setembro 2005 (Foto do autor)

Já se sabia que os baldios da Meia Via estavam com boa cobertura florestal, mas apreciando algumas das actas da Junta de Freguesia de Rebordelo, facilmente se apercebe da qualidade do pinhal aí existente (Fotografia 10). A cobertura arbórea de pinhal seria já frondosa no início do século XX que em 1911³⁴ os compartes de Rebordelo se decidem pela venda de pinhal da **Serra da Fonte Fresca**, para fazer receita de modo a possibilitar determinadas obras necessárias à freguesia (obras de cemitério). Das condições de venda constava o pagamento de 600 mil reis em duas prestações, e estava proibido de cortar pinheiros com diâmetro abaixo de 22 cm (perímetro de 70 cm). Deveriam deixar todas as lenhas incluindo pinheiros secos, e o prazo do corte dos pinheiros não poderia ir para além dos 3 anos após a data de arrematação. Mais tarde, em 1919, é feita nova venda e às condições de venda acrescentou-se ainda a responsabilização pelo comprador dos prejuízos causados às nascentes e poços, que garantam o abastecimento de água à população.

A pastorícia foi no início do século XX um recurso importante no baldio de Rebordelo. O pastoreio era uma actividade que era rentável e para apascentar gado era necessária uma autorização. Em 1916 foi concedida a dois cidadãos do lugar de Cortinhas, para apascentar 70 cabras nos maninhos dos limites de Rebordelo, Canadelo e Fridão, do rio Olo ao rio Tâmega (Carvalho, S. 2008).

³⁴ Acta da Junta de Freguesia de Rebordelo de 10 de Fevereiro de 1911

A presença dos Serviços Florestais em Rebordelo foi posta em causa por condicionar o pastoreio livre, conforme Assembleia de Compartes³⁵ de 1958 em que alguns compartes acusavam a Administração Florestal de Amarante de tomar medidas contrárias aos usos, costumes e posse que os compartes sempre detiveram deste baldio.

Dos documentos consultados, nomeadamente actas da Junta de Freguesia, verifica-se também aqui ter havido uma concordância generalizada com a arborização dos baldios desta freguesia. Num documento de 27 de Junho de 1917 que foi assinado por um grande número de paroquianos, estes mostravam-se a favor da arborização (Carvalho, S., 2008). Não obstante, dois anos mais tarde em 9 de Setembro de 1919 saíram em defesa dos seus interesses reclamando os direitos de pastorear gado, colher matos e lenhas, madeira e ainda a extracção de pedras para as suas obras, ressaltando ainda a necessidade da preservação de água das suas nascentes serranas. No início do século XX, eram explorados em grande força diferentes minas de Estanho, tendo sido consultados diversos diplomas sobre a legalização da descoberta das jazidas em Vieiros, no Fontão, entre outras. As minas de Vieiros são uma incontornável referência pelo impacto que teve na freguesia de Rebordelo, já que, de acordo com testemunhos ainda vivos, e ouvidos nas entrevistas realizadas, o lugar de Vieiros atingiu no período áureo das minas entre 1970 e 1973, a população de 402 pessoas, que justificou entre outras iniciativas a construção de um campo de futebol para os jogos de uma equipa das minas. Hoje, tal como noutros locais, estas minas são um foco de preocupação para quem trabalha na serra, pois os perigos das minas estão escondidos entre vegetação densa.

O baldio de Rebordelo encontra-se no limite do concelho de Amarante, fazendo limite com o baldio de Paradança, em Mondim de Basto a quem, curiosamente, cede parte do território administrativo de Amarante.

Após a publicação da primeira lei dos baldios em 1976, este baldio individualizou-se, com cerca de 850 ha, e criando um Conselho Directivo para assegurar a sua gestão, logo em 1977.

Actualmente tem cerca de 300 compartes recenseados (PUB de Rebordelo, 2007), que gerem este baldio em co-gestão com os Serviços Florestais, numa parceria que se pode classificar de muito boa, pois trata-se de um grupo de compartes que se entregam a grandes e justas causas. Este empenho tem-se traduzido em colaboração a vários níveis, que passa pelo combate e erradicação de invasoras lenhosas, por novas arborizações e ainda por colaboração em despesas de manutenção

Também neste baldio o Plano de utilização dos baldios apresentado em 2007 não se destaca da

³⁵ Acta da Junta de Freguesia de Rebordelo de 13 de Fevereiro de 1958.

gestão actual, pelo menos em termos das prioridades gerais de gestão. Também aqui as prioridades são a de produção e de protecção, sendo a justificação destas opções as relacionadas com a grande ocupação de pinheiro bravo no território baldios e ao mesmo tempo a susceptibilidade de erosão e de invasoras lenhosas causada pelos sucessivos incêndios que ocorreram nos últimos 5 anos.

3.4. A Administração Florestal

Dos intervenientes que há mais tempo asseguram presença na Serra do Marão e com maior impacto ao nível da transformação do território, são sem dúvida os Serviços Florestais, que de uma forma geral compreendem os serviços da administração pública que tutelam as florestas. O Quadro 6 apresenta mais de 100 anos de factos históricos relacionados com a presença dos Serviços Florestais não só na Serra do Marão, mas também no concelho de Amarante.



Fotografia 11: Administração Florestal de Amarante (Foto do autor)

Quadro 6 : Etapas fundamentais dos últimos 110 anos relacionadas com os Serviços Florestais em Amarante.

DATA	DIPLOMA/FONTES	DESCRIPTIVO
24 de Dezembro de 1901	DG n.º 296 de 31 de Dezembro	Regime Florestal foi instituído
24 de Dezembro de 1903	Diário do Governo n.º 294	Fixa os procedimentos de inclusão, submissão preparação dos projectos de arborização, a execução e modalidade de exploração.
1916		Presença do administrador Miguel Reimão Barbedo Pinto
18 de Novembro de 1916	Decreto n.º 2786	Inclusão no Regime Florestal
10 de Junho de 1917	Arquivo AFN	Inquérito à população sobre a submissão ao Regime Florestal
1919	Arquivo AFN	Início da arborização da Serra do Marão e Meia Via
14 de Novembro de 1927	Decreto de 14/11/1927, DG n.º 260, II série de 18/11	Devolução à Câmara Municipal de Amarante os “Baldios da Serra” com 185,33 ha e os baldios “Pisões e Forcado” com 43,92 ha
26 de Julho de 1930	Decreto 18676	Reestruturação da Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas
14 de Abril de 1934	Decreto de 14/4/1934, DG n.º 91, II serie de 20/4	Devolução à Câmara Municipal de Amarante do baldio “Outeiro do Musgo” com área de 1,16 ha
5 de Junho de 1938	Lei n.º 1971,	Plano de Povoamento Florestal
1938	Arquivo AFN	Projecto de instalação do Viveiro Florestal de Amarante
18 de Março de 1939	Parecer ministerial favorável	Projecto de arborização da Serra do Marão,
9 de Agosto de 1939	Decreto de 5/8/1939 no DG n.º 184, II série	Submissão ao Regime Florestal Parcial do Perímetro Florestal das Serra do Marão e Meia Via
1945		Instalação do viveiro de trutas
1955		Presença do Administrador António Maria Gravato
28 de Dezembro de 1961	Parecer do Secretário de Estado da Agricultura	Revisão e actualização do orçamento do Projecto de arborização
1962		Presença do Administrador Jorge Pinheiro de Magalhães
19 de Janeiro de 1976	Decreto-lei 39/76 de 19/1	Lei do Baldios
15 de Setembro de 1985		Incêndio de 2600 ha
1988		Presença do Administrador António José Trigo
4 de Setembro de 1993	Lei 68/93	Lei dos Baldios
17 de Agosto de 1996	Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto	Lei de Bases da Política Florestal
Agosto de 2003		Presença do Gestor Luis Côrte-Real
10 de Abril de 2007	Decreto Regulamentar n.º 41/2007 de 10 de Abril	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Tâmega
24 de Setembro de 2009	Decreto-Lei 254/2009	Código Florestal

Ao longo dos últimos 100 anos, estes Serviços Florestais já conheceram diferentes denominações e já estiveram ligados a diferentes Ministérios.

Não foi possível recolher documentos que precisem com exactidão a data do início da presença dos Serviços Florestais em Amarante mas tudo indica que esteja relacionado com a data da submissão ao Regime Florestal do Perímetro da Serra do Marão, ou seja 1916. Também com pequena margem de erro, se poderá associar este facto com o então Presidente da Comissão Executiva do Município de Amarante, **António do Lago Cerqueira**³⁶ (Fotografia 12).

Aliás, esta associação entre os Serviços Florestais e António Lago Cerqueira está reforçada com o discurso do Eng.º Pedro Alvelos³⁷, em 1955, na sessão de homenagem ao primeiro administrador florestal, já atrás referida. No seu discurso referiu que Miguel Reimão Barbedo Pinto “*começou a trabalhar no recuado ano de 1916, e nunca será demais recordar o grande amarantino, Dr. Lago Cerqueira, então presidente da Câmara que conseguiu trazer para aqui a 6ª Administração dos Serviços Florestais, à frente da qual, desde então ficou o nosso homenageado.*”



Fotografia 12: António Lago Cerqueira (Amarante, 1880-1945)

A referência a este presidente da Câmara impõe-se, por se tratar de uma personalidade concelhia e nacional, já que António do Lago Cerqueira foi o grande responsável pelo lançamento cultural, agrícola e florestal da região, e que posteriormente viria a ocupar o lugar de Ministro do Trabalho e dos Negócios Estrangeiros, da 1ª República.

A *causa* Republicana sempre promoveu o culto da árvore, tendo incluído os republicanos no mês de Março de cada ano um programa educativo que se intitulava “*Amar as Árvores*” (Pinto, P., 2004). Foi com este espírito que Lago Cerqueira sempre apoiou as iniciativas de arborização

³⁶ António Joaquim do Lago Cerqueira (1880-1945) obteve o grau de Bacharel formado na Faculdade de Filosofia de Coimbra (1904) e tirou o Curso de Viticultura e Vinificação do *Institut National Agronomique*, de Paris (1929). Com 30 anos foi eleito presidente da Comissão Administrativa do Município de Amarante, e assim ficou até 1925, com algumas interrupções. Foi deputado da Nação de 1925 a 1926 e ocupa os cargos de Ministro do Trabalho e dos Negócios Estrangeiros em 1925. (Pinto, P. 2004)

³⁷ Engenheiro Pedro Alvelos, agrónomo, em 1955 era Vereador da Câmara de Amarante do pelouro de arborização e ainda Presidente do Grémio da Lavoura de Amarante.(Pinto, P., 2004)

e de fomento da árvore³⁸. O empenho desta figura amarantina foi tal que quando se deslocou à capital em 1916, reuniu com o Ministro do Fomento, Dr. Germano Martins, com quem conferenciou sobre a arborização da Serra do Marão, cujos trabalhos ainda iam começar naquele ano, e também sobre a possibilidade de se criar um posto agrário na área 43 da 23ª região agrícola (Amarante) (*Flor do Tâmega*, 24 de Dezembro de 1916).

Pela Câmara, nessa data, foram dadas todas as facilidades para que em Amarante se constituísse o património que ainda hoje existe, com cuidados requintes quer na construção dos edifícios para o seu administrador e serviços, quer na arborização do parque florestal daquela cidade (Fotografia 13), e mais tarde, em 1938, o Viveiro Florestal. O interesse da presença do Estado naquele concelho justificou a cedência pela Câmara de energia eléctrica para as instalações dos Serviços Florestais, inicialmente *ad perpetuam*, conforme registo documental dos arquivos dos serviços. (ofício n.º 171 de 14 de Julho de 1926 da Câmara de Amarante ao Administrador Florestal)



Fotografia 13: Parque Florestal de Amarante, 1920. (Foto do Círculo Lago Cerqueira)

Com a presença da Administração Florestal naquela cidade, desde logo se preconizava a arborização da serra, que se encontrava completamente desarborizada.

As primeiras intervenções do Estado nos terrenos baldios, e conforme os registos existentes, datam de 1919, apenas dois anos após a presença dos Serviços Florestais em Amarante. As

³⁸ “As árvores são mensagens de paz, abrigando o amor e produzindo benefícios de toda a ordem. As árvores são a alegria da paisagem, vestindo a terra com a verdura das suas folhas, dulcificando-a com o perfume das suas flores e dando, como bondosas mães, frutos delicados e nutritivos. Seja qual for, de folha caduca ou persistente, frutífera ou não, toda a árvore é bela, de uma estética potente e poderosa e de uma utilidade máxima. Cada árvore é uma nascente de amor e devotado afecto”. (António Lago Cerqueira, in *Jornal de Amarante*, 5 de Dezembro de 1979)

primeiras intervenções foram feitas em 1919, na freguesia de Aboadela, com 50 hectares de arborização de pinheiro bravo, por sementeira. Depois, mesmo sem existir o Projecto de arborização do Perímetro Florestal da Serra do Marão e Meia Via (aprovado apenas em 1938), a arborização continuou a um bom ritmo, de uma maneira geral com arborizações anuais, até ficar praticamente concluída a arborização da serra em 1980 (Gráfico 5).

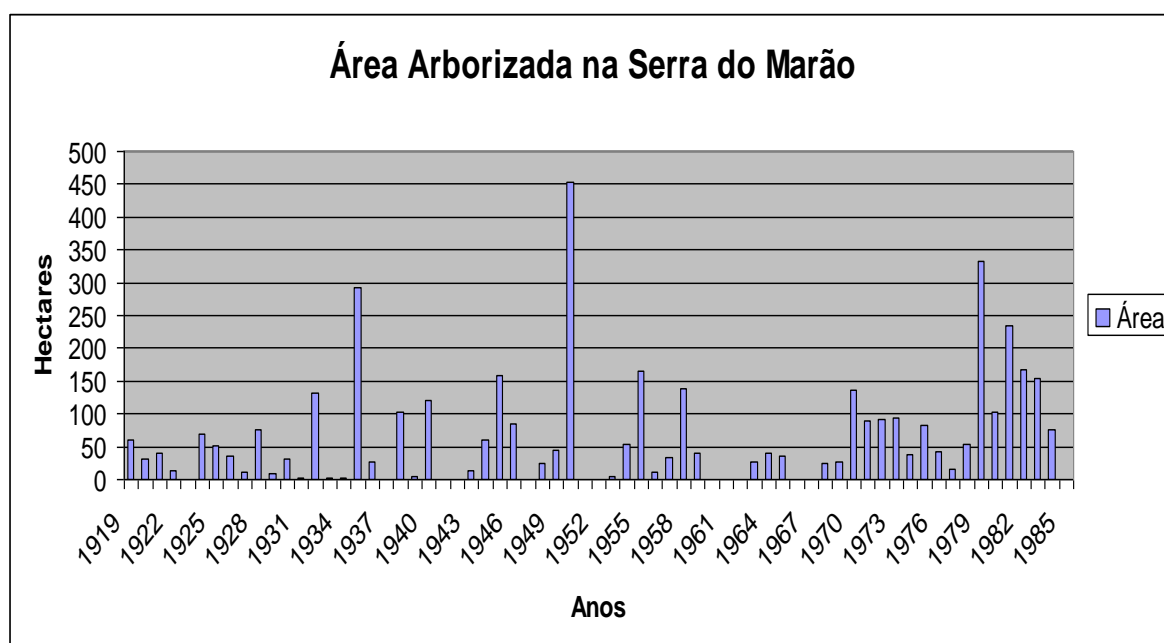


Gráfico 5: Evolução da arborização da Serra do Marão, de 1919 a 1985
(Registos do Arquivo da AFN- Amarante)

A presença do Estado enquanto forte empregador das populações locais não se resumia às acções de arborização. A abertura de estradas florestais, a construção de pontes e casas de guarda-florestal, a construção de aceiros, e mais tarde as acções de desbaste e resinagem, em muito contribuíram para a fixação de população e para o emprego local. Alguns trabalhos recentes (Devy-Vareta, 1993 e 1994, Batista, 2009) referem e evidenciam o quanto os trabalhos de florestação contribuíram para a riqueza da população local e permitiram que o êxodo rural não se verificasse de um modo imediato

Das pesquisas realizadas nos registos das folhas de Jornaleiros dos Serviços Florestais, que se encontram disponíveis as que existem desde o ano de 1939, no Arquivo da AFN, verifica-se que o Estado, na arborização das serras e na construção de Pontes e Caminhos, mantinha em actividade muitas pessoas nas principais obras. Atente-se aos valores que constam no Quadro 7, onde se apresentam os valores encontrados nos anos de 1938 e 1939, e ainda no ano de 1959.

Quadro 7: Número de trabalhadores envolvidos em trabalhos florestais em alguns anos.

<i>Nº de jornadas</i>	<i>ANO</i>		
<i>OBRA</i>	1937	1938	1959
Colheita de sementes	54	51	258
Estradas e Caminhos	23.036	30.541	26.901
Parques e jardins	1.263	1.633	2.374
Plantações	9.918	10.262	23.106
Prédios Urbanos	234	539	543
Replantações	703	977	3.232
Sementeiras	2.895	6.338	
Tratamentos de Povoamentos	7.344	2.469	11.358
Viveiros	2.839	5.678	29.236
Ressementeiras		428	
Outras	14	461	1.608
Reparação de barragens			19
Assalariados			2.868
Viaturas			332
Animais			265
Plantas e sementes			4.090
Ponte da Guiné			3.570
DFCI			1.264
Total Geral	48.298	59.375	111.022
(Fonte: Arquivo AFN, Amarante)			

Nestes anos em causa, realizaram-se duas importantes obras nos baldios da Serra do Marão: uma na abertura do caminho florestal da Sapinha ao Alto do Espinho, e outra na construção da ponte sobre o Rio Olo, a Ponte da Guiné (Fotografia 14).

Sabemos hoje, por relatos de Guardas Florestais ou no activo ou entretanto reformados ou falecidos, que os trabalhos na Serra do Marão foram sempre muito intensos, e que quando foi aprovado o projecto de arborização da Serra do Marão em 1939, e conforme já atrás foi referido (Capítulo 3.2.), já se encontravam arborizados umas boas centenas de hectares da serra, uns quilómetros de caminhos novos, assim como edificadas várias casas da Guarda Florestal, não sendo de todo esclarecedor de onde provinham as verbas para estas obras.

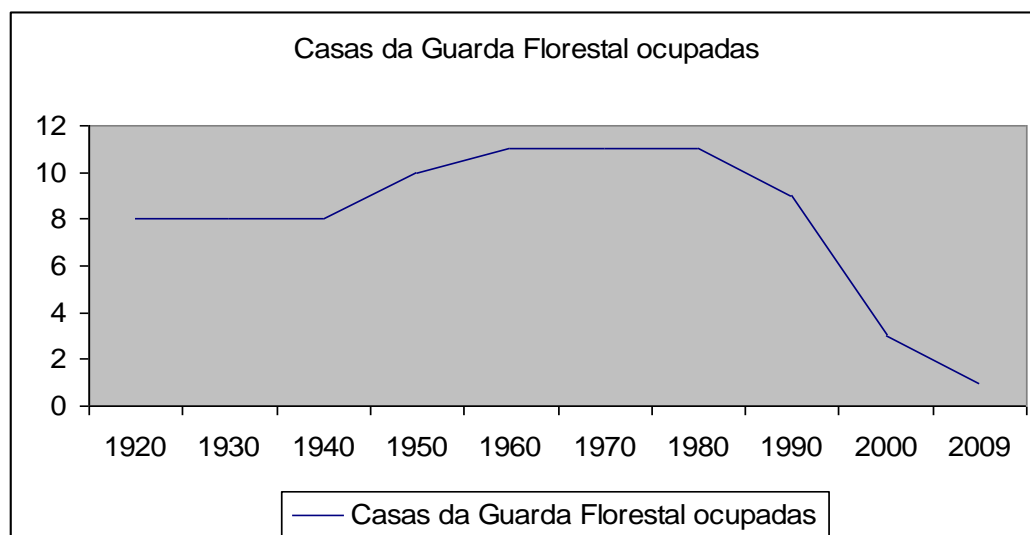
Existem vários indicadores, em troca de correspondência do Arquivo da AFN que possa ter existido uma forte ligação entre o Administrador Florestal de então, Miguel Reimão Barbedo Pinto, um amarantino, e o poder local, da Câmara Municipal.



Fotografia 14: Ponte da Guiné, sobre o rio Olo. Março 2005 (Foto do autor)

As obras de povoamento florestal das serras tiveram também a componente de humanização, pois deram emprego a muita gente carenciada, das aldeias baldias e de aldeias vizinhas, resultando muitas vezes numa promoção social que era reflexo da formação (resinagem, por exemplo) e até do emprego como trabalhadores do Estado, no quadro de pessoal dos Serviços Florestais. Igualmente, foram construídas inúmeras casas dos Guardas-florestais, onde habitavam aqueles a quem competia localmente a defesa e manutenção da floresta (Batista, 2009). Os Guardas-florestais eram nessa data os responsáveis pelo acompanhamento dos trabalhos na serra, a quem eram confiados as principais tarefas de logística, e inclusive as que envolviam dinheiro para pagamentos de salários e de bens para as obras da serra.

Esta presença de agentes de autoridade florestal começou na Serra do Marão antes de 1925, pois nessa data já existiam 8 casas construídas e ocupadas no espaço Baldio (Arquivo AFN). No Gráfico 6 pode-se verificar a evolução da ocupação destas casas ao longo do século XX, onde facilmente se constata que a protecção dos arvoredos e a defesa do espaço florestal comunitário tem sido depreciada com a retirada consecutiva e irreversível do ex-Corpo Nacional da Guarda-florestal.



(Fonte: Arquivo AFN Amarante e Inquéritos realizados)

Gráfico 6: Ocupação na Serra do Marão das casas de Guarda-florestal.

Nenhumas destas casas foram integradas no processo de devolução dos baldios às comunidades e mantiveram-se, com futuro incerto, como património dos Serviços Florestais, estando num avançado estado de degradação, na expectativa de novas tomadas de posição do Estado sobre este património (Fotografia 15).



Fotografia 15: Casa da Guarda-florestal de Rebordelo. (Foto do autor)

Entretanto decorrem há alguns anos na Serra do Marão e perante os Serviços Florestais vários

processos de aquisição das casas de Guarda-florestal para uso dos conselhos directivos e compartes, sendo o destino sucessivamente adiado. Das casas existentes, apenas a Casa do Torno tem um protocolo de cedência com os baldios de Ansiães, para aí funcionar um centro de apoio aos apicultores da Serra do Marão. Os povos reclamam a ocupação das casas de Guarda-florestal, sendo uma alternativa à ausência do Estado na conservação destes edifícios históricos. Ainda referentes às infra-estruturas que o Estado construiu, e igualmente com futuro de conservação incerto, estão os inúmeros quilómetros de caminhos e estradões florestais que servem a Serra do Marão, e que deixaram de ter apropriada manutenção desde 2008.

4- Os recursos naturais da Serra do Marão

4.1. Recursos Naturais

O conceito de desenvolvimento sustentável tem que ter a si associado a definição da gestão sustentável dos recursos naturais, pelo que se torna necessário a sua inventariação e a avaliação da sua repartição espacial no território.

Os recursos naturais são habitualmente considerados, de acordo com três critérios (Pereira, 2005):

- **Conteúdo** que podem ser geológicos, pedológicos, hídricos, biológicos, climáticos, e ainda, mais subjectivamente, culturais, estéticos e/ou ambientais. Todos eles são susceptíveis de gerar ou induzir o desenvolvimento de actividades económicas e de promover o enriquecimento dos seus utentes.
- **Disponibilidade** (renováveis e não renováveis; finitos ou esgotáveis, consoante possam ser, ou não, regenerados num horizonte temporal economicamente significativo, independentemente de qualquer intervenção humana). A capacidade de regeneração dos recursos pode, todavia, ser posta em causa de modo irreversível, se não forem utilizados de forma sustentável (conceito de capacidade de resiliência dos sistemas biofísicos).
- **Importância estratégica** (global, supranacional, nacional, regional e local). A importância estratégica decorre, em grande medida, da fase de desenvolvimento das sociedades, que se manifesta em diferentes procura e distintos níveis de capacidade de intervenção; essa importância pode ser avaliada confrontando o universo potencial de utilização do recurso com a sua abundância e ocorrência conhecidas.

A exploração de alguns recursos gera muitas vezes conflitos com outros usos estabelecidos. Deve, por isso, estar sempre presente a interdependência e o funcionamento sistémico dos recursos naturais na avaliação desses conflitos (Figura 19)

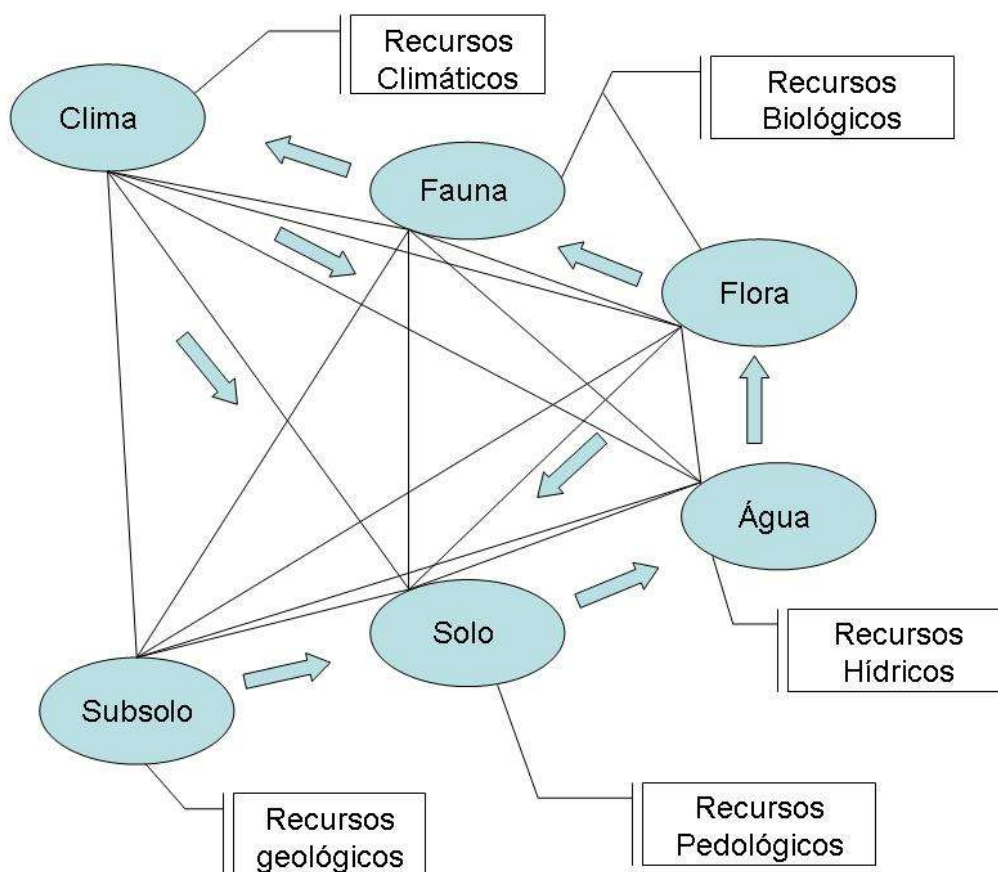


Figura 19: O funcionamento sistêmico dos recursos naturais (adaptado de Pereira, 2005)

A Serra do Marão apresenta uma repartição de diferentes recursos, que evidenciam diferentes vocações territoriais, sendo uns transversais no espaço, como a caça e a apicultura, enquanto outros são muito restritos a alguns locais, como a energia eólica e a pesca. Igualmente, alguns recursos são também transversais no tempo, como a pastorícia e a caça, enquanto outros são emergentes, como o aproveitamento dos ventos para energia eólica. Os recursos naturais podem gerar outros, não menos importantes para a Serra do Marão, tais como o turismo e o lazer.

Na impossibilidade de uma avaliação global dos recursos da Serra do Marão por falta de dados disponíveis, nomeadamente em formato digital e georreferenciado, bem como a diversidade de dados com tratamento muito desigual, optou-se por identificar a informação dos recursos de forma parcelar que, no entanto, esboça algumas das vocações e dos conflitos que a exploração dos recursos gera.

Seguindo o trabalho de Pereira (2005), esta autora identifica os recursos, em função do conteúdo, conforme se encontra descrito no quadro 8.

Quadro 8: Classificação dos recursos naturais, segundo o conteúdo

<i>RECURSO</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>
Geológico	Rochas, minérios e depósitos minerais, águas minerais naturais e minero-industriais, e fluidos e formações geológicas do subsolo, que pela sua raridade, alto valor específico ou importância na aplicação em processos industriais, se revestem de valor para a economia.
Pedológico	Solos (categoria que inclui os elementos minerais, matéria orgânica, organismos vivos, ar e água presentes na camada superficial da Terra) que, pelas suas características naturais ou modificadas, se revestem de interesse agro-florestal.
Hídrico	Água nos seus diferentes estados e reservatórios (incluindo os aquíferos), disponível ou potencialmente disponível, susceptível de satisfazer, em quantidade e em qualidade, uma dada procura num local e período de tempo determinados.
Biológico	Organismos, populações ou qualquer outro tipo de componente biótico dos ecossistemas de valor ou utilidade actual ou potencial para a humanidade.
Climático	Elemento do clima ou combinação de elementos do clima (nomeadamente, radiação solar, vento, precipitação e temperatura) que pela regularidade e intensidade da sua ocorrência é susceptível de aproveitamento económico.

(Fonte: Pereira, 2005)

Adoptando esta sistematização, destacam-se dos recursos naturais da Serra do Marão os seguintes aproveitamentos que, com maior ou menor tempo de exploração, se praticam neste espaço de montanha. (Quadro 9)

Dos recursos biológicos associados aos espaços florestais da Serra do Marão, destaca-se em primeiro lugar o recurso Madeira, por ser aquele que maior riqueza directa proporciona aos gestores deste espaço. Da utilização não lenhosa dos baldios segue-se, de forma não generalizada geograficamente, a pastorícia, a apicultura, a resina e a caça e pesca.

Quadro 9: Exemplos de utilizações dos recursos naturais da Serra do Marão

RECURSOS	UTILIZAÇÃO
Biológicos	Exploração lenhosa dos baldios; pastorícia; zonas de caça e zonas de pesca reservada; aquicultura do Marão; medicina; produção de energia (biomassa); regulação química da atmosfera; regulação da biodiversidade; protecção dos solos.
Geológicos	Ornamental; extracção inertes; minérios.
Pedológicos	Suporte dos sistemas agrícolas; suporte dos sistemas florestais.
Hídricos	Produção de energia (hidroeléctrica); suporte dos ecossistemas; abastecimento público e privado.
Climáticos	Produção de energia eólica.

4.1.1. Recursos Biológicos

4.1.1.1. Madeira

Potencialmente a Serra do Marão é um forte atractivo para a exploração lenhosa, reunindo, num futuro próximo, condições para serem o garante de madeira para o mercado, assim estejam os Planos de Gestão Florestal devidamente concretizados e implementados.

Todo o vale do Tâmega reúne condições muito boas para a produção lenhosa, particularmente para o pinheiro bravo, sendo apontado por vários autores, como uma das regiões de excelência para esta resinosa no norte do país. Na Serra do Marão, o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*, L.) encontra iguais potencialidades, pois as condições edafo-climáticas repercutem-se ao longo de toda a serra, garantindo índices de produtividade idênticos ao do Vale do Tâmega com valores perto dos 10 m³/ha/ano.



Fotografia 16: Pinhal basto no Talhão 90 Carregal, Aboadela, Maio 2005 (Foto do autor)

Dos indicadores de qualidade da estação, assume principal destaque a regeneração natural, que é farta e significativa, não só após fogo mas também nas clareiras e após exploração, ao ponto de se questionar a sua reconversão, pois a intensidade com que normalmente ocorre, é comprometedora do sucesso de outras espécies que se introduzam. Estas condicionantes foram tidas em conta nos projectos de arborização que adiante se descrevem de Canadelo (Canadelo 1, 2 e 3).

Neste contexto assume especial interesse as empresas de extracção de madeiras que vulgarmente absorvem as madeiras exploradas nos baldios.

A participação em actos de compra de bens ao Estado tem sofrido nos últimos anos grandes transformações, com uma tendência forte para a transparência de processos, quer pela parte do Estado quer pela parte dos empresários, de modo a contrariar a suspeita que recai sempre sobre o negócio em si, mas particularmente sobre o conluio promíscuo que parece existir entre os diferentes empresários.

Este processo de venda era feito tradicionalmente em *Praças*, que eram processos de venda, ao jeito de leilões, onde os empresários apresentavam as suas propostas, havendo a hipótese de subirem o valor em lances individuais, mas que raramente ultrapassavam os valores de mercado. Ou seja, quando parecia haver lugar a uma sã concorrência, estas *Praças* resultavam apenas na venda àqueles que antecipadamente já sabiam ir adquirir determinado lote.

Em 1999, uma nova legislação (Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho) impôs novas regras, não trazendo nada de novo à transparência deste processo. Não tanto pela parte do Estado, mas continuava a existir a possibilidade de conluio entre empresários, que num ciclo de conhecimento mais ou menos alargado, parecendo conseguir “controlar” as vendas, que muitas

vezes se traduzia em preços particularmente baixos, caso o lote não interessasse muito, ou em vendas desertas (ausência de propostas) em casos de lotes considerados interessantes.

O Código de Contratação Pública, publicado em 29 de Janeiro de 2008 no Decreto de Lei 18/2008, entrou em vigor a 1 de Julho desse ano e revogou o decreto de lei 197/99 atrás referido, abrindo um vazio para as vendas dos bens do Estado, já que não ficou legislado sobre esta matéria. Assim, foi necessário “recuperar” o já esquecido Decreto-lei 307/94, de 21 de Dezembro, conhecido como o “*das sucatas*” (era por este diploma que se vendia a sucata do Estado), completado pela Portaria nº. 1152-A/94 de 27 de Dezembro, que define as condições da venda. Não tendo sido ainda revogado, serve os propósitos do Estado para a venda de madeira dos baldios, sendo contudo penalizador para os empresários, pois não se adapta ao tipo de vendas que normalmente se estendem por períodos de tempo alargados a vários meses.

A região de estudo deste trabalho não foi muito profícua em termos de empresários deste ramo, pois das vendas realizadas pelos Serviços Florestais de material proveniente da Serra do Marão foram na sua maioria (mais de 90%), nos últimos anos, realizadas ou adquiridas por agentes económicos externos à região. A maior parte dos empresários que geralmente adquirem material lenhoso na região são da região de Basto, distrito de Braga, conforme se pode aferir pelo Gráfico 7 que representa o universo dos empresários que geralmente são convidados a apresentar propostas para aquisição de material lenhoso. Deste gráfico observa-se também que a dispersão geográfica destes empresários abrange a totalidade dos distritos que circundam a Serra do Marão, ou seja, a venda de material lenhoso da Serra do Marão não ficará nunca comprometida pela falta de empresários na região.

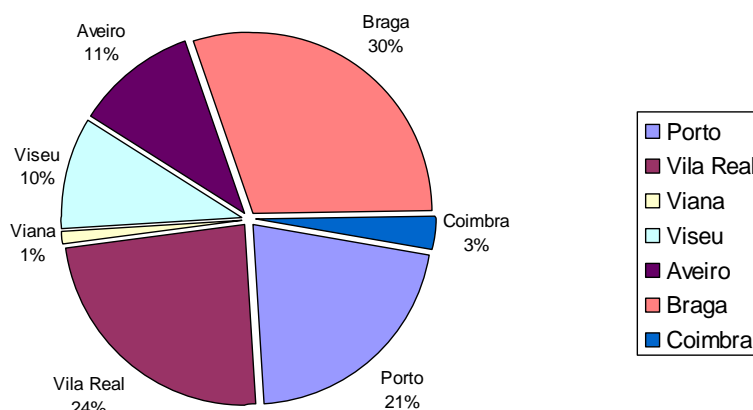


Gráfico 7: Distribuição por distritos dos empresários de madeiras

Das entrevistas realizadas aos empresários deste sector, é unânime reconhecer que as vendas de madeira do Estado são de grande e vital importância para regular o mercado, sendo ainda um

garante de quantidade e qualidade no fornecimento de madeira. Alguns empresários referiram que existe excesso de burocracia nos processos de venda, que afasta alguns madeireiros, e que os grandes volumes de madeira em determinados lotes não promovem a equidade nas oportunidades de adquirir madeira.

4.1.1.2. Pastorícia

O pastoreio de pequenos ruminantes e de gado bovino sempre foi o principal recurso das carenciadas populações da Serra do Marão, que no início do século XX tinham neste recurso um dos principais meios de subsistência.

O projecto de arborização do Perímetro Florestal da Serra do Marão e Meia Via (1939) refere que a população serrana tem como ocupação os trabalhos de arborização do perímetro, diversos serviços agrícolas, as indústrias de carvão e cal, e ainda as pastagens do gado. Sobre a pastorícia na Serra do Marão descreve assim o referido projecto, no capítulo IV: *“Os matos existentes nestas serra servem de pastagem às poucas cabeças de gado ali existentes. Com o fim de as tornar mais tenras na rebentação do ano seguinte, costumam os pastores lançar-lhes o fogo. Estes pastos encontram-se na parte alta das serras, e são percorridos pelos gados durante o verão; quando começam a cair as neves, descem aos currais, onde são sustentados com palhas e fenos colhidos nos lameiros. Existem ainda alguns rebanhos de cabras, dos quais – na medida do possível, se poderão convencer os proprietários a substituí-los por ovelhas que causam menos dano à arborização. Como melhoramento de pastagens nada se preconiza por ora.”*

Na Serra do Marão, os sistemas extensivos estão alicerçados na utilização de superfícies de aptidão silvopastoril, isto é, zonas pastoreadas que não são objecto de qualquer operação cultural particular destinada a melhorar a sua aptidão para a alimentação do rebanho, com excepção do pastoreio e do fogo (Pacheco, 2003). A queima de mato é uma prática agrícola que remonta há vários séculos e é feita com o objectivo de tornar o alimento mais atractivo aos animais do ponto de vista do paladar e da dureza do mesmo, e ainda permite a abertura de acesso ao gado que esteja impedido por excesso de vegetação (Fotografia 17).



Fotografia 17: Pastoreio livre em Covelo do Monte, Aboadela. Março 2005 (Foto do autor)

Podemos assim afirmar que as pastagens naturais de altitude da Serra do Marão são verdadeiros sistemas pastoris.

Estas queimas, fundamentais para a alimentação dos rebanhos, eram tradicionalmente feitas na Serra do Marão na primavera e finais do verão, pois fora destas datas torna-se difícil que o fogo se propague por causa da humidade associada a estas zonas de altitude. Foi com estas práticas erradas que, nos últimos anos, largos hectares de floresta se reduziram a cinzas, e que todos os anos se continua a fazer e a provocar os mesmos estragos. Assume aqui capital importância a renovação de pastagens feita pelo fogo-controlado, não sendo contudo de desprezar a importância que os rebanhos podem ter no controlo da vegetação e na gestão de combustíveis nos baldios. Para tal será necessário formar novos pastores e dotar estes territórios comunitários de regulamentos de pastorícia sustentável.

Das entrevistas realizadas aos pastores que utilizam a Serra do Marão para apascentar os seus rebanhos, sai reforçada a necessidade de formar novos pastores, com outra idade e acima de tudo outra mentalidade, e que interajam com a serra de uma forma sustentável, sem comprometer o futuro dos povos que tem em cada espaço florestal um pouco de si e da sua história.

4.1.1.3. Apicultura

A Serra do Marão oferece óptimas condições para o desenvolvimento da apicultura, possuindo vastas áreas de pastos, maioritariamente composto de Ericáceas, que conferem ao produto final uma cor distinta e um cheiro e sabor reveladores desta flora melífera regional.

A produção de mel é uma actividade com algum potencial em toda a sub-região do Baixo Tâmega, que na Serra do Marão encontra muito adeptos que se revelam em alguns locais de alguns baldios por uma grande proliferação de colmeias (Fotografia 18). A região serrana está inserida numa zona de Denominação de Origem Protegida (DOP), a DOP Mel das Terras Altas do Minho que está demarcado a 6 concelhos: o de Amarante e os concelhos vizinhos de Baião, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Marco de Canavezes e Mondim de Basto.

Tendo em conta o que atrás foi escrito, é com naturalidade que se regista que o mel da Serra do Marão tem tido nos últimos anos um grande desenvolvimento comercial, que motivou a criação de uma associação de apicultores, a Associação de Apicultores das serras do Marão e Aboboreira que, tem a sua sede em Ansiães, e que desde 2003 utilizam a casa da Guarda florestal do Torno para sua sede e para aí guardarem os utensílios necessários à conservação dos apiários e à extracção do mel. A casa do guarda-florestal do Torno tem um contrato de comodato celebrado entre o Estado português e o Conselho directivo de Ansiães, que por sua vez a cedeu à referida associação.



Fotografia 18: Apicultura em Ansiães, 2007 (Foto do Autor)

Das entrevistas realizadas no âmbito deste trabalho, a questão da apicultura foi abordada por vários entrevistados, sendo reconhecida a expansão que esta actividade tem tido na Serra do

Marão e a importância que tem enquanto actividade económica, que serve de complemento às actividades agrícolas e pecuária na região. Foi referida a importância da existência de uma associação de apicultores na região, como sendo um pólo de desenvolvimento e impulsionador da actividade para os apicultores da serra.

4.1.1.4. Resina

Sendo o pinheiro bravo a principal essência dos baldios da Serra do Marão, foi com naturalidade que a resinagem se desenvolveu em Amarante no início do século XX, para daí se obter industrialmente os sub-produtos da resina, o pez e a aguarás. A resina foi durante várias décadas um importante recurso, que associada aos produtos lenhosos foi uma das principais actividades dos pinhais da Serra do Marão, mas com especial incidência nos baldios de Rebordelo, Fridão, Olo e Canadelo. Nestes locais a prática de resinagem era assegurada pela venda da resina feita pelos próprios órgãos gestores dos baldios, normalmente à bica, sendo os preços praticados nos anos 80 e 90 os que constam no gráfico 8.

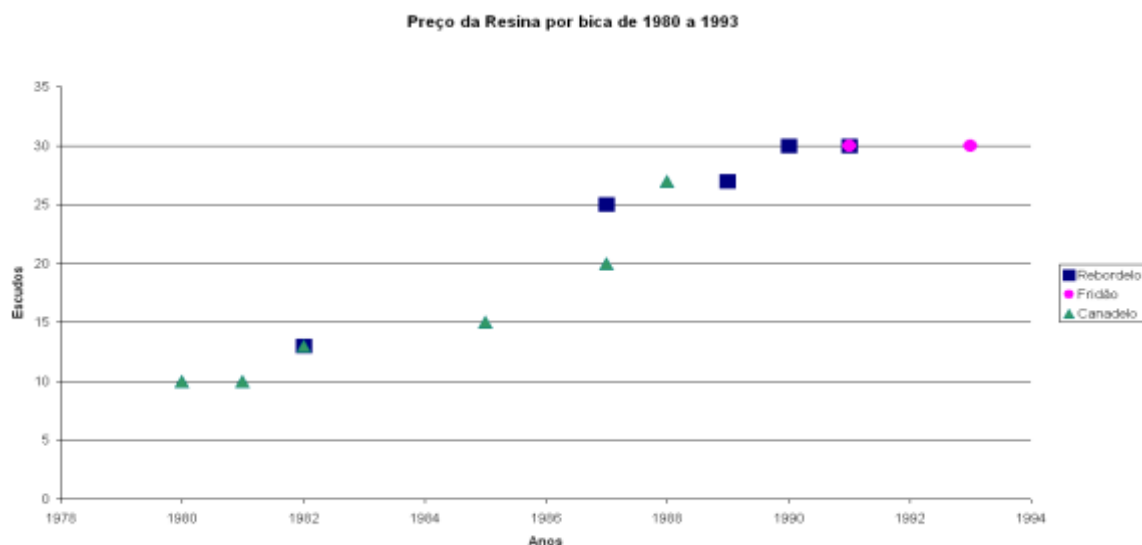


Gráfico 8: Preços de venda de resina

(Fonte: Actas das Assembleias de compartes).

Actualmente a resinagem tem vindo a conhecer uma evolução complexa ao nível nacional, ibérico e internacional, principalmente com a abertura dos mercados europeus, onde a China se impôs como sendo o maior produtor mundial de pez, com cerca de 70% da produção mundial. Os valores que se praticam actualmente (61 cêntimos por quilo em 2005) (INE, 2006) têm tornado esta exploração pouco interessante, com muitas dificuldades de se impor, face até às novas conjunturas comerciais, com a perda de quota de mercado, e acima de tudo com a

crescente utilização de resinas sintéticas. Este cenário tem reflexo na nossa produção nacional, que segundo a mesma fonte, tem vindo a decrescer, tendo-se registado em 1994 produções de 64 mil toneladas que baixaram em 2005 para um valor inferior a 5 mil toneladas. (Gráfico 9)

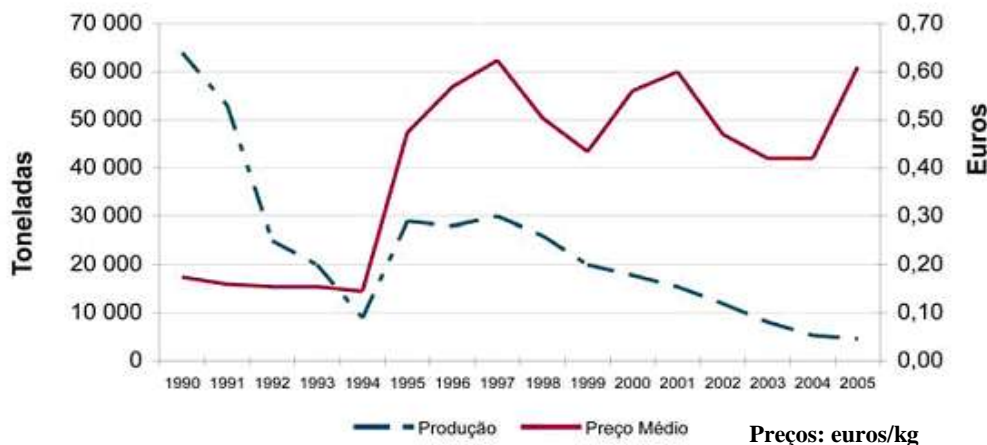


Gráfico 9: Evolução da Produção da Resina em Portugal.

(Fonte: Anastácio e Carvalho, 2008).

A resinagem e a exploração de produtos resinosos na Serra do Marão têm as suas primeiras referências nos anos 50 do século XX, com o funcionamento de uma Escola de Resina em Rebordelo³⁹, que funcionava como formação em trabalho real. Era ministrado o ensino do “Sistema Americano”, com vantagem sobre o “Sistema Português”⁴⁰ que se reflectia na produção média por ferida e na produtividade do resineiro (quase o dobro), com componente baixa no custo de produção, com maior resistência das árvores e ainda menor quantidade de impurezas na resina. Não obstante o potencial resinífero ser ainda apreciável em Rebordelo, as condições da concorrência internacional, a par da extensão da área de pinhal ardida e os quase nulos progressos verificados ao nível da rendibilidade da resinagem, determinaram uma grande baixa na exploração deste recurso.

A escola de Resina de Rebordelo funcionava já em Março de 1957, com 18 alunos, sendo as aulas asseguradas por um Guarda-florestal e um Mestre Resineiro que vinham da Marinha Grande. Esta escola manteve a sua actividade, em formação contínua, para muitos funcionários da Administração Florestal, até 1978, sendo que muitos desses, ainda se encontram no activo como funcionários públicos, tendo deixado de exercer essa actividade. A resinagem que se pratica hoje em dia nos baldios da Serra do Marão, está entregue apenas a um resineiro, de Rebordelo, que explora por sua conta e risco os pinhais da margem do Tâmega.

³⁹ Simultaneamente funcionava uma outra escola na Mata do Camarido, Caminha (Arquivo AFN Amarante).

⁴⁰ O Sistema Português era um processo de resinagem que Bernardino José Gomes introduziu em Portugal, onde as feridas eram praticadas na vertical, os entalhes eram profundos, e a resina era encaminhada para o púcaro. Este método implicou a adaptação e utilização de novas ferramentas ao processo de extracção (Anastácio, 2008).

4.1.1.5. Caça e Pesca

A Serra do Marão apresenta óptimas condições para a nidificação e permanência de diferentes comunidades cinegéticas durante todo o ano. A diversidade do ecossistema, a abundância de água em ribeiros e regatos, e uma correcta gestão deste espaço, conferem potencialidade inclusive para a implementação de outros serviços cinegéticos, tais como a caça maior e o turismo cinegético de observação.

Em termos cinegéticos, as fragilidades da Serra do Marão estão relacionadas com os incêndios, e principalmente com o furtivismo, que está associado à deficiente fiscalização. Sendo esta uma competência da GNR, a fiscalização é também garantida pelas associações de caçadores nas Zonas de Caça Municipais (ZCM) que podem assegurar essa vigilância através de policiamento e orçamento próprio.

Os baldios da Serra do Marão e Meia Via estão, na sua maioria, inseridos nas seguintes Zonas de Caça:

- ZCM de Ansiães (n.º 2860-AFN) que abrange as freguesias de Ansiães, Várzea e Candemil num total de 2.507 ha;
- ZCM de Amarante (n.º 4138-AFN) que abrange principalmente a freguesia de Fridão, num total 2200 ha;
- ZCM do Rio Olo (n.º 4644-AFN) nas freguesias de Rebordelo, Olo, Fridão e Canadelo, num total de 2.954 ha,
- Zona de Caça Associativa de Aboadela (n.º 4645-AFN) na freguesia de Aboadela num total de 1.323 ha .

As entidades gestoras destas Zonas de Caça são na sua maioria Associações de Caçadores, sendo que apenas a ZCM de Ansiães é gerida pela respectiva Junta de Freguesia.

Da análise dos resultados anuais de exploração que cada entidade apresenta, verifica-se que as espécies com mais número de exemplares abatidos são o tordo e o coelho.

Nestas zonas de caça, anualmente cerca de 2500 caçadores percorrem as encostas à procura das suas peças de caça. A sustentabilidade desta prática ancestral de controlo de populações pode-se afirmar estar em perigo, pois tem-se verificado uma diminuição, de certo modo acentuada, nas espécies migradoras de Verão e de Inverno. O equilíbrio natural de grande parte das espécies cinegéticas é assegurado com uma forte presença de raposas, que é a grande predadora principalmente do coelho e da perdiz durante a sua nidificação.

A Serra do Marão é abrangida principalmente pela bacia do rio Tâmega, sendo dignas de registo as bacias hídricas dos rios Olo, Ovelha, Marão, que cruzam a serra em várias direcções.

Nos rios Tâmega e Olo estão implantadas Zonas de Pesca Reservada, enquanto no rio Marão e

na ribeira do Murgido está instalada uma Concessão de Pesca Desportiva que é gerida pela Associação Cultural e Desportiva “Águias do Marão”. Estes tipos de ordenamento da actividade piscícola assumem grande importância que deriva da riqueza e biodiversidade de fauna e da própria flora ripícola. Das espécies mais encontradas nestes rios destaca-se o escaló, a truta e a boga.

O equilíbrio ecológico destes rios e das suas margens envolventes são sistemas muito sensíveis e que estão expostos a uma série de riscos, mas que infelizmente não são exclusivos destes espaços: poluição, abandono dos terrenos marginais, abandono dos moinhos, abandono dos açudes, incêndios na bacia hidrográfica, alterações dos caudais, entre outros.

4.1.2. Recursos Geológicos

Em Portugal continental, os recursos geológicos têm desigual repartição no território e assumem importância diversa na economia regional. No conjunto, a exploração destes recursos gerou, em Portugal e em 2000, mais de 800 milhões de euros⁴¹, assumindo principal destaque as indústrias extractivas (rochas ornamentais e industriais) com 64% do valor da produção em 2000.

Amarante, e particularmente a área de estudo, não é fértil em indústrias extractivas a céu aberto, ocorrendo apenas duas situações na Serra do Marão, sendo uma exterior ao perímetro florestal. A única exploração deste género no Perímetro Florestal verifica-se em Canadelo e já referida neste trabalho, e é conhecida pela Pedreira do Sobrido, de onde se extrai calcário dolomítico há várias décadas.

Merece também uma referência a entretanto extinta concessão de águas do Ramalhoso, que laborou durante mais de 30 anos no final do século XIX, que segundo fontes locais nunca chegou a comercializar as suas águas: de acordo com as informações disponibilizadas pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa⁴², tratar-se-ia de águas carbonatadas ferruginosas analisadas em 1898 por Ferreira da Silva e classificadas como hiposalina, carbonatada férrea e sulfatada.

Dentro dos recursos geológicos merece especial destaque a exploração mineira.

A exploração dos recursos minerais na Serra do Marão já existe há vários séculos, sendo provável que já tenha sido iniciada com os romanos, já que eles marcaram presença no território.

Tendo diminuído muito o interesse nos minérios que ali se exploram, principalmente estanho e

⁴¹ <http://www.igm.pt> acedido em 16/09/2009.

⁴² http://www.aguas.ics.ul.pt/porto_ramalhoso.html acedido em 16/09/2009.

volfrâmio, as minas⁴³ que existiam na Serra do Marão estão desactivadas, sendo o último registo de laboração nos anos 70 do século XX⁴⁴.

Porque as Minas estão inseridas em terreno do Regime Florestal, e como nesse território, era aos Serviços Florestais que incumbia a manutenção e sinalização dos caminhos florestais, são várias as placas sinalizadoras ao longo da serra que nos lembram ainda hoje esse fenómeno de extracção que também transformou a serra. (Fotografia 19)



Fotografia 19: Sinalização na estrada florestal em Rebordelo. Junho 2009. (Foto do autor)

Esta actividade criou emprego a muitas pessoas destas aldeias serranas, das quais ainda hoje se recolhem depoimentos das condições de trabalho, que eram em muitos casos subhumanas e de baixos vencimentos. A totalidade das minas desta região eram subterrâneas, pois os jazigos eram atingidos por meio de poços, fendas, rampas ou galerias, através dos quais tinham acesso os trabalhadores e os equipamentos e por onde se extraía o minério. As minas que maior número de vezes foi referido nos inquéritos realizados foram as de Ansiães (Ramalhoso, Teixeira), Rebordelo (Vieiros, Fontão, Gresso), Aboadela (Pedrado, Carregal), Fridão (Ribeiro-do-Guimbro, Meia-Via) e Canadelo (Pedras-brancas, Ribeiro-de-Ordes).

Segundo as *Memórias Paroquiais* de 1758 (Capela, 2009), o questionário relacionado com Ansiães refere a existência no sítio denominado “Buraco do Romeiro” de uma tradição de existir uma mina de estanho e ali ter sido achado ouro. Por esta denominação não é conhecida nenhuma mina, mas poderá “Romeiro” ter evoluído para “Romeu”, e assim coincidir com uma mina referenciada na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, “mina de estanho no sítio

⁴³ Uma relação das minas em laboração nos anos 60 encontra-se no anexo 5 deste trabalho.

⁴⁴ As minas de Vieiros pararam de laborar em Julho de 1972. (Fonte: Inquéritos)

chamado Romeu”.

As minas de estanho do Ramalhoso e da Portela da Gaiva foram alvo de um estudo económico muito interessante, sobre a sua viabilidade de exploração com a data de 1865. Neste estudo, já referido neste trabalho, são expostas as enormes qualidades deste recurso na Serra do Marão, referenciando o filão como abundante e riquíssimo. Esta riqueza submersa despertou variados interesses, e existem registos nas actas da Junta que o comprovam. Em 1916, em Ansiães, e de acordo com documentos da época⁴⁵, um indivíduo residente na Guarda solicitou à Junta da Paróquia de Ansiães, licença para exploração dos montes maninhos de filões de minerais, desconhecendo-se o local da mesma exploração. Tal solicitação foi autorizada, de acordo com a acta da Junta da Paróquia de Ansiães, “*uma vez que poderia garantir emprego da população*”.

A Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, de 1945, refere que naquela data andavam em exploração estas duas minas atrás referidas, a do Ramalhoso e da Portela da Gaiva.

A Carta Geológica de Portugal para esta região, de 1980, refere inúmeros jazigos de ferro na Serra do Marão, mas são sem dúvida os jazigos de estanho e volfrâmio que merecem mais destaque. São referidas as produções das principais minas, destacando-se as minas do Teixo com médias superiores a 11 ton por ano, no período de 1956 a 1965.

Nos Mapas dos Impostos sobre Minas e Águas Minerais, relativos aos anos de 1958 a 1966, publicados em diferentes Diários do Governo⁴⁶, são apresentados algumas das minas em exploração e o valor dos respectivos impostos (Anexo 5). Não se consegue encontrar razão para o facto de várias minas que laboravam nesse período não constarem dessa listagem, como é o caso das minas do Teixo e do Ramalhoso⁴⁷, atrás referidas.

Sobre estas minas do Ramalhoso, de acordo com a informação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ver Webgrafia), a concessão da exploração das Águas do Ramalhoso⁴⁸, iniciada em 1897, terá sido abandonada em 1932 por causa do início da exploração mineira.

A Serra do Marão é farta em nascentes de água, existindo no baldio inúmeras fontes e fontanários assim como bebedouros para os animais, com água corrente, sendo a instalação deste tipo de infra-estruturas das mais procuradas pelos Compartes na realização de obras com dinheiro da exploração dos baldios.

A riqueza de nascentes tem um grande aproveitamento comercial na empresa “*Água do Marão*”

⁴⁵ Acta da Junta de Parochia Civil da Freguesia de Ansiães de 17 de Setembro de 1916.

⁴⁶ Como suplemento do Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Indústria, Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.

⁴⁷ Por recolha de informação de pessoas mais velhas da Freguesia de Ansiães, as Minas do Ramalhoso laboraram entre 1945 e 1965 na máxima força e posteriormente entraram em decadência.

⁴⁸ Alvará de concessão de 17/5/1897, publicado no DG, n.º 203, de 10/9/1897 e Decreto de Abandono de 5/12/1932, publicado no DG, n.º 297, 2ª Série, de 20/12/1932.

que explora desde 1999 no baldio de Ansiães uma grande quantidade de água, que após engarrafamento na origem, percorre os cinco continentes numa operação comercial de sucesso, como poucas na região. A exploração, sendo um negócio empresarial, ainda constitui uma receita para o baldio de Ansiães, pois a empresa paga uma receita ao baldio, em função dos lucros da mesma.

4.1.3. Recursos Pedológicos

O recurso pedológico “solo” tem vindo a ser degradado ao longo das últimas décadas, e parte desta degradação, e mesmo a perda de solo, está relacionada com a sua utilização para outros usos, como o urbano e o pastoril.

Esta última prática, a pastorícia, porque é exercida da mesma forma desde tempos ancestrais e com a utilização de práticas nem sempre correctas, levou certamente a grande perda de solo. Os fogos utilizados para renovar pastagens contribuíram para uma rápida mineralização da matéria orgânica, assim como o pastoreio intensivo também promoveu a desertificação do solo com a deflorestação e remoção da vegetação natural. Tem especial pertinência aplicar em alguns locais da Serra do Marão a sabedoria antiga que afirma que as cabras precedem o deserto.

Assim sendo a intervenção humana, directa ou indirectamente, acelerou a degradação com a realização de práticas silvícolas e agrícolas muitas vezes desajustadas às condições pedológicas. Num país em que a prática agrícola ocupa 70% do território e utiliza 87% da água consumida (ENDS, 2002), a gestão equilibrada de recursos, como o solo e a água, não deve ser dissociada da actividade agrícola deles dependente.

Na Serra do Marão, com características edafo-orográficas particulares com declives acentuados que promovem a erosão hídrica nos solos pouco espessos, a preocupação da gestão destes dois recursos (água e solo) esteve na base da inclusão destes terrenos no Regime Florestal em 1916, quando preocupante o assoreamento dos rios após os fogos e chuvadas, com a deposição de cinzas no leito dos rios.

4.1.4. Recursos Hídricos

Sobre os recursos hídricos da Serra do Marão existe muito pouca informação disponibilizada que permitisse caracterizar a situação da água superficial (recursos hídricos superficiais) e dos aquíferos (recursos hídricos subterrâneos).

Para além de ser uma componente natural imprescindível à vida, fundamental nas actividades agrícolas, florestais e industriais, a sua ocorrência, desigualmente repartida no espaço e no tempo, impõe constrangimentos, traduzindo-se muitas vezes como um factor condicionante das actividades produtivas e da conservação da biodiversidade (Pereira, 2005).

Toda a região montanhosa do Noroeste nacional, com elevados valores de precipitação que quase atingem 4000 mm, tem uma acentuada variabilidade mensal, verificando-se que cerca de 70% da precipitação se concentra no semestre húmido, entre os meses de Outubro a Maio (PNA, 2001)⁴⁹, para além de uma considerável variabilidade anual, que deve também ser tida em consideração no armazenamento, uso e gestão dos recursos hídricos superficiais.

A maior parte das aldeias e lugares da Serra do Marão são abastecidas por captações feitas nos seus próprios baldios, sendo um bem sobre o qual os compartes dedicam grande atenção e preocupação na manutenção da qualidade e quantidade dos seus aquíferos, como nos confirmaram os Inquéritos realizados.

Os recursos hídricos mereceram também especial atenção no início do século XX por parte dos órgãos administrativos de Amarante, com a construção de uma mini-hídrica no rio Olo, em 1917, que permitiu a iluminação pública da cidade (Fotografia 20). Esta mini-hídrica encontra-se abandonada, mas criou uma pequena albufeira, com envolvimento de rara beleza e difícil acesso.



Fotografia 20: Construção da mini-hídrica do Olo (Foto do Círculo Lago Cerqueira, 1917)

Actualmente decorre a implementação do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH) que prevê a construção de 4 barragens no rio Tâmega, sendo uma delas em Fridão, que irá imergir grande parte de terrenos baldios desta freguesia, dentro de um total de 800 hectares de margens do rio (Quadro 10 e Figura 20). Traduzir-se-á numa albufeira de 40 quilómetros de extensão, abrangendo os concelhos de Amarante, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena.

⁴⁹ http://www.inag.pt/inag2004/port/a_intervencao/planeamento/pna/pna_indice.html acedido em 14.10.2009

Quadro 10: Aproveitamentos hidroeléctricos do PNBEPH, 2009

Aproveitamento	Bacia	Rio	Tipo	Área da bacia (km²)	Capacidade da albufeira (hm³)	Potência instalada (MW)	Energia produzida (GWh/ano)
Foz Tua	Douro	Tua	Reversível	3 822	310	234	340
Fridão	Douro	Tâmega	-	2 630	195	163	299
Padroselos	Douro	Beça/Tâmega	Reversível	315	147	113	102
Gouvães	Douro	Torno/Tâmega	Reversível	100	13	112	153
Daivões	Douro	Tâmega	Reversível	1 984	66	109	148
Vidago	Douro	Tâmega	Reversível	1 557	96	90	114
Almourol	Tejo	Tejo	-	67 323	20	78	209
Pinhosão	Vouga	Vouga	Reversível	401	68	77	106
Girabolhos	Mondego	Mondego	Reversível	980	143	72	99
Alvito	Tejo	Ocreza	-	968	209	48	62
TOTAL					1 266	1 096	1 632

Fonte: INAG

Este empreendimento insere-se num ambicioso projecto de construção de 10 novas barragens com impactos no rio Tua (Foz Tua), no rio Vouga (Pinhosão), no rio Tâmega (Padroselos, Vidago, Daivões, Fridão e Gouvães), no Mondego (Girabolhos), rio Ocreza (Alvito), e no rio Tejo (Almourol), que se traduz num investimento total entre 1.000 e 2.000 milhões de euros e irá aumentar a capacidade hídrica instalada no país em perto de 1.100 mega watts.

**Figura 20: Impacto das novas Barragens na Região Norte de Portugal (PNBEPH)**

Para além dos impactos económicos francamente positivos que advêm da construção desta barragem de Fridão, tal empreendimento irá ter outros impactos, sendo um dos principais argumentos dos contestatários à barragem de Fridão as águas paradas que se formarão no rio, no troço que passa na cidade de Amarante que, segundo alguns Universitários⁵⁰, se traduzirá na “diminuição drástica da qualidade da água e o inevitável aparecimento de algas, algumas das quais tóxicas, para além da morte das espécies piscícolas autóctones e a sua substituição por espécies exóticas, com a mais que certa destruição dos ecossistemas existentes”.

4.1.5. Recursos Climáticos

A Serra do Marão tem boas condições para a produção de energia de fontes renováveis, sendo no elemento climatológico “vento” onde mais se investiu.

Actualmente a Serra do Marão tem, num patamar de rentabilidade de 2500 horas brutas anuais equivalentes de funcionamento, uma potência instalada de valor superior a 50 MW, num cenário de restrição ambiental moderada (Rodrigues, 2009).

A eficiência energética dos recursos eólicos é atingida quando a velocidade dos ventos são superiores a 6 m/s, o que facilmente se atinge nas serras bem expostas e com altitudes superiores a 700 metros (Figura 21).

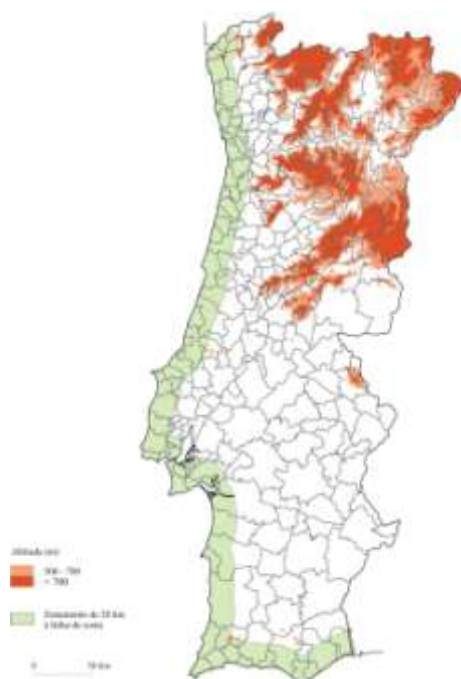


Figura 21: Localização das altitudes superiores a 700 m em Portugal (Pereira 2005)

A energia eólica resulta do aproveitamento da energia cinética do ar, que se desloca por efeito das diferenças de pressão atmosférica entre áreas distintas. Estas diferenças de pressão são de

⁵⁰ Rui Cortes, UTAD, in “O Público” de 21.04.2008 e “Jornal de Notícias” de 01.05.2008

origem térmica e estão relacionadas com a energia solar e com processos de aquecimento de massas de ar, continentais e/ou marítimas. O aproveitamento do potencial eólico processa-se a partir da recuperação da energia do vento, sob a forma de energia mecânica, no veio principal de uma turbina sendo a potência transferida, posteriormente, desse veio ao gerador eléctrico através de uma caixa de velocidades. Durante o funcionamento, o aerogerador é posicionado de modo a que o plano das pás fique perpendicular à direcção predominante do vento. (Energiekontor Portugal, 2002)

No quadro actual da crise petrolífera e do compromisso de Quioto, e ainda após a conferencia de Copenhaga⁵¹, com os novos objectivos de exploração e utilização de energias renováveis, os espaços de montanha seguramente que oferecem boas condições para a exploração destes recursos, principalmente no norte do país e na faixa litoral.

De acordo com o resumo não técnico da Energiekontor Portugal, relativo ao parque eólico de Penedo Ruivo em Ansiães (Amarante) e Teixeira (Baião), refere-se à Serra do Marão como apresentando boas características para estes fins, com velocidades médias do vento regulares da ordem dos 7 m/s, o que permitirá atingir uma boa produção anual.

Nesta data a potência instalada nos diversos parques eólicos da Serra do Marão já ultrapassa os 50 MW, está apresentada no Quadro 11.

Quadro 11: Parques eólicos em funcionamento e respectivas potencias instaladas

PARQUE EÓLICO	FREGUESIA	POTÊNCIA	NÚMERO DE AEROGERADORES	LIGAÇÃO À REDE
Pena Suar	Aboadela Ansiães	10 MW	20	1998
Teixeiró	Teixeiró	8,0 MW	4	2004
Teixeiró-Sedielos	Teixeiró	6,0 MW	3	2005
Pena Suar (ampliação)	Aboadela Ansiães	6,0 MW	3	2005
Penedo Ruivo	Ansiães Teixeira	13 MW	10	2005/2006
Seixinhos	Ansiães Teixeira	10,4 MW	8	2006

(Fonte: Rodrigues, 2009)

⁵¹ Decorreu em Dezembro de 2009 a Cimeira de Copenhaga, no âmbito das Nações Unidas, que terminou com um compromisso dos Estados presentes de limitar o aumento da temperatura global a menos de 2°C, e com objectivos de mitigação a curto prazo assumidos pelas nações industrializadas e em vias de desenvolvimento. Tratou-se de um tratado global entre 192 países sobre redução de emissões de gases com efeito de estufa.

O espaço serrano de estudo tem condições muito boas para a exploração, não só pelas altitudes como também pela orientação das cumeadas com predominância norte-sul, valorizando os ventos de sul.

A Serra do Marão recebeu desde 1998 vários aerogeradores nos pontos mais altos dos baldios de Aboadela e de Ansiães, mas nessa fase ainda este tipo de energia dava passos incertos e estava-se longe de se imaginar a importância económica que tais investimentos iriam representar para as comunidades. Só por esta razão se entende o tipo de contratos que foram celebrados com as comunidades serranas detentoras dos terrenos, em que as rendas pagas aos baldios foram de uma só tranche e “à cabeça”, ou seja, pago na altura do investimento.

As que se seguiram, passados mais de 7 anos foram já negociadas de outra forma. Trata-se então de rendas anuais e já tem em conta a produtividade do local em termos de MW produzido, para além da renda pela ocupação e inutilização do solo.

Este é um processo em que a decisão é tomada unicamente pelo órgão gestor do baldio local, sendo manifestamente posta de parte qualquer intervenção do Estado, pondo assim em causa os princípios de co-gestão, já que a escolha dos locais de colocação das torres em nada segue princípios de exploração silvícola, mas sim exclusivamente energéticos.

Actualmente a Serra do Marão já se encontra perto da lotação de torres eólicas, pois a quase totalidade das cumeadas acima dos 700 m já têm torres colocadas (Fotografia 21).



Fotografia 21: Parque eólico da Serra do Marão, Agosto 2006. (Foto do Autor)

4.2- Turismo

Os baldios são procurados para vários tipos de actividades lúdicas que têm como principal população alvo os habitantes dos grandes centros urbanos. As actividades que se enquadram neste item não se esgotam na listagem apresentada por Baptista (2009), nem têm aplicação em todas as unidades comunitárias. São assim enumeradas: passeios, piqueniques, percursos pedestres e de orientação, BTT, exploração de trilhos antigos, rally e provas de perícia todo-o-terreno, escaladas, campos de *paintball*, percursos de caça simulada, tiro com arco, recolha de cogumelos, colecta de plantas aromáticas e medicinais, pesca, canoagem, rafting, hovercraft, ultraleves, acções de educação ambiental, iniciativas de defesa do ambiente e de educação ambiental.

Conforme é referido noutro local deste trabalho, alguns baldios já investiram nesta vertente, sendo um caso interessante e em desenvolvimento, o aproveitamento da Casa do Viveiro de Felgueiras, em Fridão, que serve para apoio a escolas que visitam a Serra da Meia Via, ao lado de um interessante parque de merendas (Projecto AGRIS, 2005). Muitas das actividades desenvolvem-se nos baldios através de entidades exteriores ao baldio, que muitas vezes desconhecem a existência de órgãos gestores⁵², que muitas vezes nem sequer são informados, e que, em quase todos os casos, nada beneficiam. Gonzalez de Molina *et al*, (2000) citado por Baptista (2009), refere que o livre acesso associado às diferentes actividades de recreio, lazer, desporto e às iniciativas ambientais é uma das principais evidências da desarticulação que actualmente regista a propriedade comunitária.

Existem na Serra do Marão uma série de investimentos que dependem directamente desta, ou tem com a Serra uma relação inequívoca, pelo que é de todo o interesse que ambas as partes cumpram os seus objectivos e que todos zelem pelo mesmo património comum: a floresta.

A Serra do Marão já serviu de palco a diversas provas desportivas, com impactos muito diferentes, e serviu muitas vezes para lançamento de iniciativas culturais e de lazer, tal é a sua abrangência de potencialidades. De algumas, recorda-se o seu lado negativo, como o caso recente da queda de um ultraleve, que em Junho de 2004 participava numa prova “*Volta a Portugal*”, da qual resultou a morte do seu tripulante e a perda de cerca de 250 ha de floresta, com o incêndio que a explosão deste aparelho provocou.

A imponente da serra, associada às acessibilidades muito boas, já que é atravessada por uma estrada nacional desde o início do século XX, a EN 15, não é farta em infra-estruturas de apoio

⁵² Um dos factos que leva ao desconhecimento está relacionado com a palavra Baldio, que está associada à ideia de um terreno sem dono, sem utilização. Os Baldios enquanto terrenos comunitários têm denominações mais felizes noutros países, onde de forma inequívoca se associa a terrenos comunitários: Inglaterra *commons*, França *Communes*, Itália *boschi comunali* e Espanha *propiedad comunal* e *montes vecinales* (Galiza).

ao turismo, sendo a Pousada de S. Gonçalo, construída em 1942, a que maior impacto tem na serra, e a que concentra maior número de turistas (Fotografia 22). A Pousada do Marão é considerada um dos *ex libris* da região pelo seu traço arquitectónico e permanece aberta ao público ininterruptamente desde há 68 anos.



Fotografia 22: Pousada de S. Gonçalo, Ansiães, Serra do Marão 2006 (Foto do Autor)

Actualmente com equipamentos SPA, este empreendimento foi construído na primeira metade do século XX aproveitando as boas acessibilidades que a Serra oferecia, estando mesmo localizada junto à Estrada Nacional nº 15 que liga Amarante a Vila Real. A Pousada oferece uma série de serviços, mas principalmente pelos turistas estrangeiros são muito procurados os percursos pela montanha, havendo muita procura de turismo de trilhos de natureza, na descoberta de plantas alimentares e condimentícias. De acordo com as entrevistas realizadas, a própria Pousada oferece aos seus clientes refeições confeccionadas com recurso a plantas recolhidas na serra.

A restauração tem pouca oferta na Serra do Marão, com dois ou três restaurantes de referência, mas nenhum com serviço de excelência ou de maior requinte. Os que servem refeições diariamente, apostam no fim-de-semana para promover produtos regionais, tais como o cabrito ou a truta, e curiosamente nenhum explora a carne maronesa, apesar de se encontrar no seu solar.

5- O Universo Personalizado e os Baldios

A sustentabilidade e a evolução de um sector integrado como é o caso da Serra do Marão, é influenciado pela interacção de vários factores, entre os quais humanos, onde têm um papel activo os stakeholders directos, que tem responsabilidade social e institucional com o nosso local de estudo. São identificados e analisados mais à frente o seu relacionamento com os Baldios da Serra do Marão, qual a sua importância e poder, e qual o modo como se satisfazem as necessidades múltiplas de parte a parte. Vamos identificar os vários públicos, determinar a sua importância para a Serra do Marão, identificar o que é relevante para cada um no relacionamento com os Baldios serranos e como satisfazem as múltiplas necessidades, focando portanto os públicos e não os conceitos.

Os stakeholders são pessoas, grupos ou instituições que estão interessados num projecto e/ou que podem influenciar o resultado desse projecto. Os stakeholders chave têm uma influência ou importância significativa para o projecto (Qualman, A. 1997), e neste contexto são identificados como influentes no enquadramento da Serra do Marão os seguintes stakeholders, que se agrupam por classes de interesse e poder. (Quadro 12)

Quadro 12: Stakeholders na Serra do Marão

BALDIOS DA SERRA DO MARÃO		NÍVEL DE INTERESSE	
ANÁLISE DOS STAKEHOLDERS		Baixo	Alto
Poder	Pouco	Cidadão comum Exploradores de inertes Agricultores Utentes Comunicação social Prestadores de serviço OP Florestais OP Agrícolas	Apicultores Pastores Empresas madeireiras Sector energético Câmara Governo Civil Clubes de caça e pesca Instituições de ensino Região de Turismo GNR Energias renováveis ONGA
	Muito	Poder político ICNB CCDR	Serviços Florestais Compartes Órgãos gestores dos baldios Organizações de Baldios

Da leitura do quadro anterior, que foi realizado recolhendo as opiniões da maioria dos entrevistados e sem distinguir a sua proveniência, devemos destacar o grupo que se impõe pelo seu interesse e poder, junto do qual se deve promover a discussão do futuro dos baldios, pois são a base de uma coligação de suporte efectivo dos Baldios da Serra do Marão. Neste grupo estão incluídos os compartes, os Serviços Florestais, os órgãos directivos dos baldios e as Organizações de baldios.

Destacam-se pela sua importância os compartes que são quem tem poder máximo de decisão, cabendo-lhes a responsabilidade de aderirem aos processos participativos de decisão, e de não se deixarem influenciar, quer política quer socialmente. Infelizmente nestes territórios comunitários os compartes, na sua maioria, quer pela idade, quer pelo grau de instrução, são pessoas pouco esclarecidas e portanto pouco críticas aos processos organizativos dos baldios, e como tal facilmente manipulados. Estes diferentes factores, acrescido do facto da diminuição populacional, põe em causa a sua sustentabilidade e existência.

Com igual instabilidade encontram-se a presença dos Serviços Florestais nestes baldios, pois a sua presença tem diminuído vertiginosamente, tanto os seus recursos humanos, como a sua estrutura de equipamentos de apoio à gestão. Com sentido inverso, mas ainda com muita floresta a desbravar, encontram-se as organizações que agregam baldios, que com muitos apoios do Estado têm ocupado muitos dos lugares que estavam dantes destinados ao Estado (!), nomeadamente no apoio técnico e elaboração de projectos.

O segundo grupo a analisar é o que apresenta muito poder mais um baixo nível de interesse, onde de acordo com as entrevistas realizadas, se inclui o ICNB. Este instituto, de reconhecido interesse nas políticas ambientais é aqui relegado para um nível inferior, pois a maior parte dos entrevistados desconhecia no território a existência do ICNB, nem se lembram de alguma vez terem sido abordados por alguém daquela instituição do Ministério do Ambiente. Será de repensar o posicionamento do ICNB neste contexto comunitário da Serra do Marão. Esta instituição, juntamente com o poder político e a CCDR, estão então num grupo de stakeholders que podem influenciar o destino dos baldios, mas as suas prioridades não vão nesse sentido. De acordo com Qualman (1997), este grupo pode ser um risco ou obstáculo à prossecução de projectos, neste caso nos baldios.

Por sua vez, o grupo onde se encontra a Câmara Municipal e uma série de outros stakeholders principalmente ligados aos recursos, encontram-se classificados como de muito interesse, mas com pouco poder directo nas decisões dos baldios. Esta opinião transmitida de uma forma

generalizada pelos entrevistados deve ser vista no contexto de actuação de cada um individualmente, podendo estar relacionada com a presença esporádica junto dos baldios e sempre motivada por interesses próprios e não do baldio. Este grupo, de acordo com Qualman, 1997, actua motivado por iniciativas especiais e exclusivas de modo a que os seus interesses sejam protegidos e garantidos.

O último grupo deste quadro 12, é aquele em que os stakeholders são identificados como de pouco poder e baixo interesse, com episódios esporádicos junto dos baldios. Como tal, não são reconhecidos como de grande utilidade para a evolução dos baldios.

Desde há muito tempo que as pessoas em geral se habituaram a considerar os territórios comunitários como espaços públicos, e como tal julgam-se no direito da sua usufruição. Esta postura “obriga” os órgãos gestores dos baldios a garantir algumas necessidades a quem procura aqueles espaços, ou seja, são vários os públicos que tem de se agradar. Desde o cidadão comum que procura aqueles territórios como recreio, desporto ou lazer, até aos próprios compartes que exploram, cada vez menos, alguns recursos. Assim, é natural e aceitável que a avaliação que seja feita, ainda que em causa própria, é a de atribuir aos baldios uma grande importância pela riqueza que os espaços proporcionam, directa ou indirectamente, a quem os procura.

Na Serra do Marão, é entendimento generalizado que o processo de decisão não participativo, sendo esse o principal anseio dos órgãos de gestão, o de ver as estratégias para o baldio serem decididas por um grande numero de compartes.

Pelos compartes, como já noutros locais foi referido, as expectativas são outras, uma vez perdido o cariz comunitários dos baldios. Agora, os interesses são quase exclusivamente económicos, e de uma forma geral, nos 6 baldios em estudo, a preocupação é na obtenção de receitas para aplicar nos diferentes lugares das freguesias.

Perdido o aspecto comunitário dos territórios, as organizações de baldios zelam pelos interesses comuns dos baldios, sendo um interessante aliado à gestão que o Estado garante. No caso da Serra do Marão, a ACEB garantiu esse apoio, identificando a área como de grande potencial, reconhecendo a importância de ter uma área de gestão desta dimensão, como sendo uma mais-valia a qualquer modelo de gestão a aplicar ao território. Esta é a mesma postura do Estado que encontra nestes baldios a possibilidade de implementar medidas piloto, como alavanca de modelos de gestão para os espaços florestais.

O Estado, enquanto co-gestor destes espaços, tem um interesse adicional que resulta da

importância de que se revestem as receitas que regularmente realiza com a venda de material lenhoso.

A evolução sustentada, a conservação e melhoria destes espaços são objectivos institucionalmente seguidos por diversos stakeholders, como o ICNB e as Universidades, mas são ainda partilhados por outros que exploram os seus recursos, tais como os agentes de turismo, dos quais se destaca a Pousada do Marão, e ainda as organizações de caça e pesca, os apicultores e os pastores. Para estes, a conservação destes território, mais do que uma preocupação ambiental, é uma razão de subsistência de todo um sector que explora localmente a Serra do Marão.

No quadro seguinte, Quadro 13, resumem-se as expectativas dos principais stakeholders perante os baldios: como avaliam estes territórios e quais as expectativas que têm para esses territórios.

Quadro 13: Avaliação e expectativas

STAKEHOLDERS		COMO AVALIAM OS BALDIOS	EXPECTATIVAS DOS BALDIOS
Internos	Órgãos gestores dos baldios	Criação de riquezas para melhoria dos povos	Estratégia envolvendo comunidade
	Compartes	Exploração de produtos não lenhosos, e recursos hídricos	Receitas para aplicação nos lugares do baldio
	Organizações dos baldios	Possibilidade de criação de unidades de gestão com dimensão considerável	Comunitarismo e rentabilização dos espaços comunitários
	Autoridade Florestal Nacional	Oportunidade de receitas; unidades de gestão de dimensão	Orientações estratégicas da visão para o futuro
Externos	ICNB	Conservação de habitats e da biodiversidade	Melhoria e conservação dos habitats
	Organizações associativas	Oportunidade de gestão agrupada	Orientações estratégicas de visão
	Câmaras	Oportunidade de receita	Gestão camarária
	Clubes de caça e pesca	Potencialidade de recursos naturais	Melhoria e conservação dos habitats; riqueza faunística
	Instituições de ensino	Potencialidade de recursos florestais	Aplicação de estudos e estágios
	Empresas de comunicação	Potencialidade de recursos de comunicação	Aplicação de infra-estruturas de comunicação
	Empresas de Turismo	Potencialidade de recursos naturais	Exploração de recursos naturais
	Empresas prestadoras de serviços	Terrenos abandonados	Elaboração de projectos

6- A sustentabilidade do Sector e a articulação necessária das políticas

Já foi referido no início deste trabalho a existência de uma relação entre os povos e a Serra do Marão, sendo esta uma relação biunívoca em que cada um depende do outro.

Desta forma, tem havido várias iniciativas do âmbito silvícola que revigoram o espaço florestal, mas têm faltado estratégias que consolidem a população e devolvam o cariz comunitário a este território.

O Estado tem zelado pelas matérias da sua competência com a implementação de políticas, numa filosofia nacional ou regional, mas para estes territórios, estas políticas deverão ser integradas de forma a atingir objectivos claros de fixação de populações.

De forma a conseguir fixar os povos às suas freguesias, será necessário implementar medidas que aumentem a qualidade de vida das aldeias e que consigam devolver às populações o gosto ancestral pelos seus baldios.

Das iniciativas isoladas destacam-se os grandes investimentos em matérias de silvicultura, e em termos de ir ao encontro das necessidades sociais, destaca-se o papel da Associação de Cooperação entre baldios (ACEB) com formação profissional proporcionada aos compartes dos baldios. Estes assuntos são apresentados neste capítulo.

6.1. A intervenção do Estado (passado e presente)

Tendo sido já abordado o papel da Administração Florestal ao longo dos últimos 100 anos no capítulo 3.4, importa contextualizar as políticas em que se integram os espaços florestais nacionais em geral e os territórios comunitários em particular.

A Serra do Marão, pela sua riqueza e biodiversidade, tanto em termos faunísticos como florísticos, compreende uma importante área classificada como Zonas Especiais de Conservação (ZEC) abrangidas pela **Rede Natura 2000**⁵³: o Sítio “*Alvão - Marão*” (PTCON0003). Com uma área total de 54 530 ha, este sítio foi classificado em virtude da identificação de habitats naturais protegidos pela directiva n.º 92/43/CEE do Conselho, de 21 de Maio.

⁵³ A Rede Natura 2000 consiste numa rede de áreas designadas para conservar os habitats naturais e as espécies selvagens raras, ameaçadas ou vulneráveis e resulta da aplicação da directiva comunitária relativa à conservação das aves selvagens (Directiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de Abril de 1979) e da directiva comunitária relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagem (Directiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de Maio de 1992), e tem como principal objectivo assegurar o restabelecimento ou a manutenção dos habitats naturais e das espécies de interesse comunitário garantindo-lhes um estatuto de conservação favorável. Esta directiva foi revista e transposta para a ordem jurídica interna pelo decreto-lei n.º 140/99 de 24 de Abril. Esta rede representa o empenho dos países europeus na conservação dos seus recursos naturais a partir do ano 2000 e será constituída por dois tipos de zonas: as ZEC (Zonas Especiais de Conservação - incluem habitats naturais e espécies de flora e fauna) e as ZPE (Zonas de Protecção Especial - incluem populações significativas de aves selvagens e respectivos habitats).

Na área de estudo, os baldios que se situam na margem direita do rio Olo são os únicos que ficam excluídos desta classificação ambiental (Figura 22). O ICNB, enquanto entidade gestora desta ZEC, e dentro das diversas competências que detém, exerce no território um acompanhamento intenso de modo a promover a manutenção e, se possível, incrementar a Biodiversidade da montanha. Das entrevistas realizadas a diferentes stakeholders da Serra, foi notório um afastamento e desconhecimento da actividade do ICNB no território, e mesmo para os órgãos directivos dos baldios, a actuação deste instituto é desconhecida.

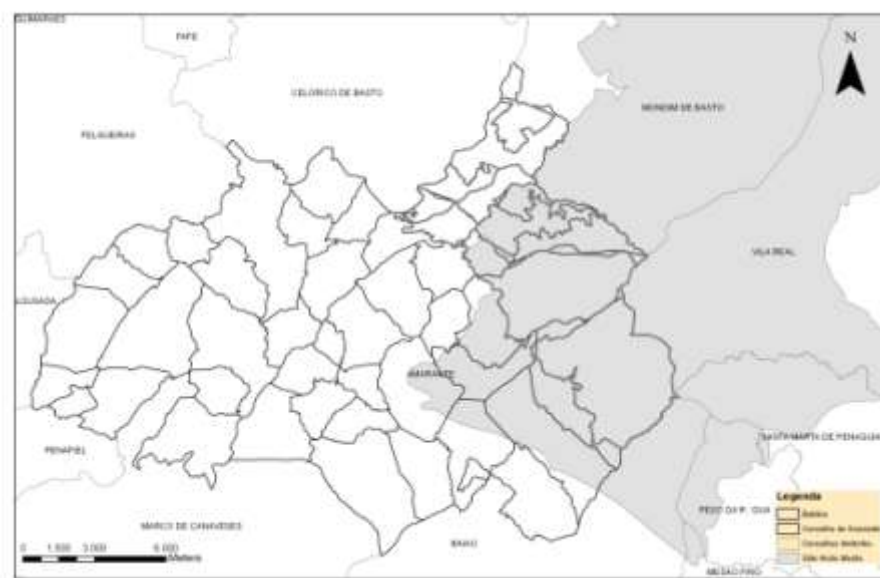


Figura 22: Sítio Alvão-Marão (Fonte: site do ICNB)

A informação relativa ao património natural foi adquirida através do Núcleo de Informação Geográfica do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), cuja informação se encontra disponível na internet e em formato vectorial.

6.1.1- União Europeia

A **União Europeia** (UE) não tem competências directas sobre o sector florestal. Ao contrário do que acontece com o sector agrícola, que é objecto de uma Política Agrícola Comum, a definição da política florestal é da responsabilidade de cada um dos 27 Estados Membros. No entanto a UE intervém num vasto número de temas com relações estreitas com a actividade florestal e que afectam determinadamente o contexto em que operam os diferentes sectores florestais de cada Estado Membro, sendo a responsabilidade da coordenação das diferentes matérias florestais da presidência da UE, sendo partilhada com a Comissão Europeia nas áreas em que a competência

é desta (como o comércio, por exemplo).

De acordo com a Estratégia Nacional para as Florestas (2007), compete à Comissão Europeia a iniciativa legislativa, tendo sido para o efeito construído estratégias, planos de acção e legislação europeia, que são de aplicação obrigatória e que têm influência directa ou indirecta no sector florestal de cada país. No Anexo 1 (Quadro 18) encontram-se esquematizadas as Direcções Gerais, Agências e Centros da União Europeia com interferência no sector florestal e as matérias mais relevantes em que interferem directa ou indirectamente.

Apesar da política florestal ser responsabilidade de cada Estado Membro, existe uma Estratégia Florestal da União Europeia desde 1998. Os princípios fundamentais que regem a Estratégia Florestal Europeia são o reconhecimento da multifuncionalidade das florestas e a gestão florestal sustentável. Em 2005 procedeu-se à sua avaliação, e apesar da Estratégia Florestal Europeia constituir uma estrutura de referência para as iniciativas e políticas europeias relacionadas com florestas, foi considerado necessário fortalecer a coerência entre essas várias políticas e iniciativas. Assim, por proposta da Comissão, foi decidido desenvolver durante o primeiro semestre de 2006 um Plano de Acção Florestal da União Europeia, plano esse que definiu uma estrutura coerente para a aplicação de acções relacionadas com as florestas tanto ao nível comunitário como de cada Estado Membro.

A Estratégia Florestal da União Europeia enquadra-se na Política Agrícola de Desenvolvimento Rural, cujos princípios base são:

1. Multifuncionalidade da agricultura, ou seja, as diversas funções que desempenha, para além da produção de alimentos.
2. Abordagem multisectorial e integrada da economia rural, a fim de diversificar as actividades, criar novas fontes de rendimentos e emprego e proteger o património rural.
3. Flexibilização dos apoios ao desenvolvimento rural, baseada no princípio de subsidiariedade e destinada a favorecer a descentralização, a consulta à escala regional e local e o funcionamento em associação.
4. Transparência na elaboração e gestão dos programas, a partir de uma legislação simplificada e mais acessível.

Esta política adopta como método, de modo inovador, a busca de uma maior integração das diferentes intervenções, para garantir o desenvolvimento harmonioso do conjunto das zonas rurais da Europa.

As matrizes desse desenvolvimento são as seguintes:

1. Reforçar o sector agrícola e silvícola
2. Melhorar a competitividade das zonas rurais,
3. Preservar o ambiente e o património rural.

6.1.2- Investimentos realizados

Conforme já foi atrás referido, a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia em 1986 permitiu que os fundos estatais passassem a ter uma forte componente dos fundos comunitários (75% na maioria das situações) que, com maior ou menor dimensão, foram aproveitados para investir nos baldios.

O primeiro instrumento financeiro desse género foi conseguido em 1985 com a criação do Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP), no âmbito do Regulamento (CEE) n.º 3828/85 do Conselho, e nomeadamente o art.º 22 criava o Programa de Acção Florestal⁵⁴ (PAF). Seguiram-se-lhe, também com aproveitamento na Serra do Marão, os II e III Quadros Comunitários de Apoio, com os financiamentos ao abrigo dos projectos PDF - Programa de Desenvolvimento Florestal (II QCA, 1994-1999) e AGRO - Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento (III QCA, 2000-2006).

Após o grande incêndio de 1985, por impulso do então Chefe da Circunscrição Florestal do Porto, o silvicultor José Moreira da Silva, foram levantados os alicerces para um projecto multidisciplinar e inovador, que respeitasse por um lado as questões técnicas de silvicultura preventiva, por outro que tivesse em conta as vontades e necessidades dos povos, e por último que integrasse todos os valores e recursos que a Serra do Marão poderia proporcionar.

Assim, estes projectos foram concretizados com a forte colaboração da silvicultora Graça Louro apoiada pelo então Administrador Florestal de Amarante, Eng.º Téc. Agrário António Trigo, que após a caracterização do espaço, subdividiram-no em diferentes bacias hidrográficas, que deram então origem aos projectos que constam no quadro 14.

⁵⁴ Art.º 22º - (...) a contribuição financeira do fundo para as medidas florestais (...) incidirá sobre um financiamento dos projectos que podem respeitar: - às arborizações e ao melhoramento de florestas degradadas com vista a uma melhoria, pela conservação do solo e das águas, da situação da agricultura de uma determinada zona; - a trabalhos conexos tais como a terraplanagem, construção de caminhos florestais e controlo das torrentes; - medidas de prevenção e luta contra os incêndios florestais; - a estudos e experiências específicas indispensáveis à preparação dos projectos dos trabalhos acima referidos.

Quadro 14: Investimentos PAF na Serra do Marão.

Designação	Bacia Hidrográfica	Área Total (ha)
PAF n.º 011/167	Ramalhoso (Ansiães)	415,7
PAF n.º 011/251	Olo e Tâmega	125
PAF n.º 011/434	Marão e Leigido (Ansiães)	798
PAF n.º 011/454	Póvoa (Ansiães)	143
PAF n.º 011/496	Olo e Tâmega	300

(Fonte: Arquivo AFN Amarante)

Para a compatibilização de usos e recursos (naturais ou edificados), formou-se uma equipa pluridisciplinar que teve entre outros técnicos de Arqueologia, Geologia, Zootecnia e Sociologia Rural. Foi possível elaborar diferentes peças cartográficas desde as técnicas (hipsométricas, declives e exposições), a cartas temáticas (arqueologia, geologia, pastorícia) e por último as cartas de aptidão florestal para cada uma das espécies teoricamente adaptáveis. A sobreposição de todas estas peças deu origem a uma carta de aptidão potencial de cada espécie. A sobreposição das diferentes cartas de aptidão permitiu a elaboração de manchas de espécies que seguidamente seriam seleccionadas como povoamentos puros ou mistos de acordo com o interesse económico, ecológico e paisagístico, mas também tendo em conta a sensibilidade ao fogo, o grau de diversidade e compartimentação que proporcionam, bem como o interesse para a cinegética e a pastorícia (Carvalho, S., 2008, p.120). O resultado destes 3 projectos de intervenção após incêndio não se traduziu num grande sucesso, pois muitas das acções preconizadas não foram executadas, faltando a este projecto uma avaliação do seu impacto. Poderão ser apontadas algumas razões para a baixa taxa de coincidência entre o projectado e o executado, sendo que a principal terá sido o deficiente acompanhamento das obras de plantação. Uma das acções inconsequentes verificou-se com a avaliação silvopastoril, que projectou no terreno algumas infra-estruturas de sanidade animal (como pedilúvios e tanques banheiros) que, após a inauguração em 1990 (Fotografia 23), nunca mais foram utilizados.

Este insucesso pode estar relacionado por um lado pelo baixo grau de instrução dos pastores, mas também com a falta de acompanhamento extensivo por técnicos dos serviços competentes do Ministério da Agricultura.



Fotografia 23: Inauguração do pedilúvio da Póvoa, Ansiães, 1990 (Foto de R. Fernandes)

Seguiu-se um outro projecto, também inovador, o PAF 011/201140, no espaço florestal entre os rios Tâmega e Olo, em 507 hectares de pinhal, onde foram feitas intervenções de compartimentação e de condução de algumas lenhosas invasoras. Consta neste projecto (pag. 5) que *“a ocupação do solo com espécies mais nobres segundo o seu potencial, a grande diversificação para uma boa compartimentação conjugada com o relevo natural, o melhoramento das espécies já instaladas capazes de proporcionar um bom coberto vegetal e de fixar solos mesmo esqueléticos, assim como a introdução de espécies fornecedoras de bagas silvestres fomentadoras da caça, são os objectivos deste projecto (...)”*

Com estes projectos de arborização, a serra ficou de novo praticamente arborizada, seguindo-se até aos dias de hoje uma série de projectos e de iniciativas, quer do III QCA, quer de orçamento próprio, que se resumem no quadro 15, e que permitiram florestar áreas de menor dimensão que se encontravam desarborizadas, ou que entretanto arderam de novo.

Quadro 15: Investimentos realizados no Perímetro Florestal da Serra do Marão e Meia Via
(Fonte: Arquivo AFN Amarante)

Projecto e ano de execução	Baldio e área de intervenção	Obras realizadas	Investimento realizado
Canadelo 1 2005	Canadelo 55 hectares	53 ha de arborização 2,10 ha de beneficiação 0,24 km abertura RV 0,85 km abertura RD	97.000 €
Canadelo 2 2005	Canadelo 150 hectares	73 ha rearborização 15,5 ha beneficiação 61 ha manutenção 1 ponto de água 2,4 km abertura RV 1,77 km abertura RD	213.300 €
Canadelo 3 2005	Canadelo 100 hectares	64 ha rearborização 11 ha beneficiação 26 ha manutenção	142.000 €
DFCI ⁵⁵ 2006	Ansiães e Aboadela 80 hectares	20 ha rearborização 60 ha Fogo controlado	---
Ramalhoso 1 2006	Ansiães 150 hectares	150 ha rearborização	210.000 €
Ramalhoso 2 2007	Ansiães 120 hectares	120 ha rearborização	175.000 €
AGRIS 2006/2008	Fridão, Olo, Canadelo e Rebordelo 165 hectares	51 ha silvicultura preventiva 60 ha arborização 54 ha limpeza faixas	388.000 €
Monte Redondo e Lameira 2007	Ansiães 12 hectares	12 ha rearborização com folhosas em compartimentação	---

⁵⁵ A partir de 2004, com a criação do Fundo Florestal Permanente, financiado principalmente por uma imposição fiscal sobre o consumo de produtos petrolíferos, permitiu que com verbas nacionais fossem tomadas medidas de protecção como esta que se realizou na Serra do Marão.

6.2. A Estratégia Nacional para as Florestas

A Estratégia Nacional para as Florestas foi publicada e apresentada em Março de 2007, e trata-se de um documento da maior importância para o sector, já que apresenta diferentes cenários para o desenvolvimento sustentável dos espaços florestais.

O documento identifica os riscos associados ao sector e as mudanças de paradigma necessárias para estes espaços. A estratégia propriamente dita pretende a curto prazo diminuir riscos associados e a médio prazo melhorar a competitividade do sector em áreas e domínios específicos que contribuam para garantir a sua sustentabilidade e para aumentar o seu valor económico total (ENPF, 2007).

No que diz respeito à organização do sector, a Estratégia Nacional para as Florestas defende a promoção da gestão profissional agrupada, e para os baldios *“será necessário rever os modelos organizativos (co-gestão ou gestão única) de modo a aumentar a sua flexibilidade, criando novas formas de parceria entre o Estado e os órgãos de gestão dos baldios e suas associações de forma a garantir a sustentabilidade económica da gestão. Dever-se-á ainda considerar a possibilidade de contratos de gestão para os baldios, isto é, a possibilidade de os compartes contratarem uma empresa ou entidade privada para executar a gestão. Este modelo justifica-se especialmente dado o processo de abandono das áreas rurais que poderá reduzir a capacidade dos compartes de executarem ou supervisionarem a gestão florestal ou multifuncional. Finalmente, tanto as Associações como as Assembleias de Compartes seriam elegíveis para os vários incentivos”* (ENPF, 2007, p.89)

6.3. Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF)

Os **Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF)** são "instrumentos sectoriais de gestão territorial" que estabelecem as normas de intervenção sobre a ocupação e a utilização dos espaços florestais, e estavam previstos pela Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96 de 17 de Agosto) e regulados pelo Decreto-Lei n.º 204/99 de 9 de Junho.

Tiveram, de acordo com o n.º 3 do Artigo 5º da Lei n.º 33/96 de 17 de Agosto, os seguintes objectivos gerais:

1. Avaliar as potencialidades dos espaços florestais, do ponto de vista dos seus usos dominantes;
2. Definir o elenco de espécies a privilegiar nas acções de expansão e reconversão do património florestal;
3. Identificar dos modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados;

4. Definir áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da sensibilidade à erosão e da importância ecológica, social e cultural, bem como das normas específicas de silvicultura e de utilização sustentada dos recursos a aplicar a estes espaços.

Os PROF fornecem o enquadramento técnico e institucional apropriado para minimização dos conflitos relacionados com categorias de usos do solo e modelos silvícolas concorrentes para o mesmo território. Por outro lado, a sua relevância também reside no facto de alguns aspectos do sector florestal nacional necessitarem ser abordados numa perspectiva regional.

Para a região em estudo foi elaborado o PROF do Tâmega, que foi aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2007, de 10 de Abril. DR n.º 70, Série I. Abrange os municípios de Ribeira de Pena, Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto, Celorico de Basto, Felgueiras, **Amarante**, Lousada, Paços de Ferreira, Marco de Canavezes, Paredes, Penafiel, Baião, Resende, Cinfães e Castelo de Paiva.

O PROF do Tâmega projecta um modelo florestal a longo prazo, com objectivos estabelecidos que se ajustam aos recursos disponíveis. Embora o seu período de vigência seja de vinte anos, o Plano é suficientemente dinâmico e flexível, incorporando com facilidade as alterações produzidas nos processos de revisão, que neste caso ainda não decorreram.

Assim, os planos regionais de ordenamento florestal constituem um instrumento de concretização da política florestal que responde às orientações fornecidas por outros níveis de planeamento e decisão política, nomeadamente os constantes da Lei de Bases da Política Florestal, da Estratégia Nacional para as Florestas e da Estratégia Europeia para as Florestas, e que procura a articulação com instrumentos e políticas de outros sectores.

Para a elaboração deste PROF, muito contribuiu a participação activa de representantes da administração central, regional e local, bem como as organizações não governamentais e com interesse directo nos recursos florestais, reunidos na Comissão Mista de Coordenação. No âmbito da fase de consulta pública, realizaram-se várias sessões de esclarecimento e foram recebidos contributos com vista a melhorar a versão final destes planos e compatibilizar os interesses em presença.

De modo a melhor definir as opções de planeamento para a região PROF, o território foi dividido em áreas mais pequenas, para melhor afectar e hierarquizar as diferentes contribuições dos espaços florestais a uma determinada zona. Estas áreas, designadas por regiões homogéneas, correspondem a grandes unidades de paisagem que integram aspectos fisiográficos e de vegetação homogéneos em estreita correlação com a altitude e o grau de influência atlântica (Figura 23).

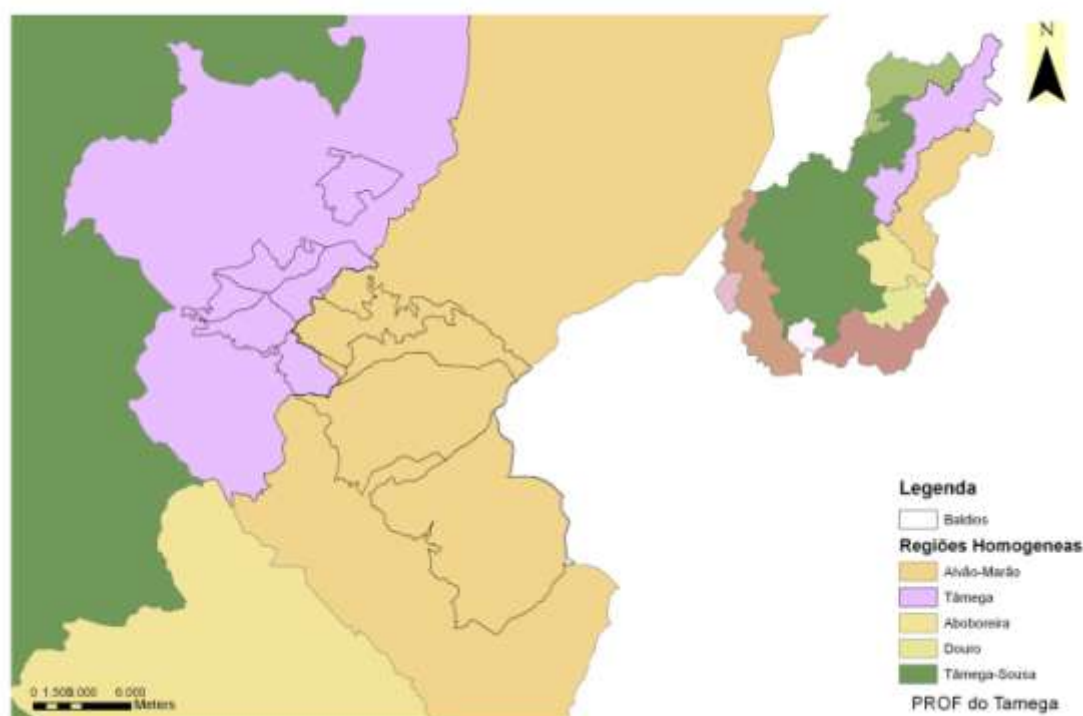


Figura 23: Regiões Homogéneas previstas no PROF Tâmega (Fonte: PROF Tâmega)

Para a área de estudo o PROF prevê duas Zonas Homogéneas: a Zona Homogénea Alvão-Marão que engloba principalmente os territórios comunitários de Amarante, Mondim de Basto e parte de Ribeira de Pena e a Zona Homogénea Tâmega que segue a margem do Tâmega até Mondim de Basto e Cabeceiras de Basto, que têm os seguintes objectivos específicos:

Região Homogénea Alvão Marão ■

1. Adaptar as práticas silvícolas e maior rigor na escolha das espécies, em situações de elevado risco de erosão;
2. Adequar a gestão dos espaços florestais às necessidades de conservação de habitats, de fauna e de flora classificada;
3. Minimizar os ataques de pragas em pinheiro bravo, nomeadamente com presença de focos de Bóstrico;
4. Aproveitar e potenciar as situações susceptíveis de uso silvopastoril;
5. Incentivar a produção de raças com Denominação de Origem Protegida;
6. Minimizar o conflito entre as actividades silvopastoril e florestal;
7. Potenciar a implementação de espécies florestais autóctones e onde possível conciliar os valores de conservação com os restantes interesses (por exemplo produção, silvopastorícia e /ou recreio);

8. Implementar nos espaços florestais sob gestão da administração pública, planos de gestão adequados e servindo de exemplos piloto para os proprietários particulares;
9. Promover a produção de produtos florestais não-lenhosos, nomeadamente as plantas medicinais e aromáticas e os cogumelos silvestres;
10. Adequar os espaços florestais à crescente procura de valores paisagísticos e de actividades de recreio e lazer.

Região Homogénea Tâmega

1. Adaptar as práticas silvícolas e ser mais rigoroso na escolha das espécies, em situações de elevado risco de erosão;
2. Favorecer a requalificação dos povoamentos florestais de forma a minimizar os problemas fitossanitários;
3. Compartimentar as áreas arborizadas contínuas e/ou mono-específicas através do aproveitamento da regeneração natural ou introdução de espécies autóctones menos susceptíveis aos incêndios ou ainda pela intercalação de áreas agrícolas ou de pastagens;
4. Promover o ordenamento da silvopastorícia;
5. Proteger os núcleos de quercíneas, e das manchas ripícolas, de elevado valor para a conservação da biodiversidade de fauna e flora;
6. Recorrer ao fogo controlado para reduzir a carga de combustível das áreas arborizadas e na gestão de matos e pastoreio; Ordenar e promover a exploração dos recursos não lenhosos como a pesca, a apicultura, os cogumelos silvestres, as plantas aromáticas e medicinais, entre outros;
7. Promover a produção de madeiras produtoras de lenho de qualidade nas áreas agrícolas abandonadas.
8. Diversificar a arborização utilizando preferencialmente espécies autóctones, que garantam áreas de baixo nível de combustível acumulado;
9. Fomentar o potencial do turismo de natureza, aliado às paisagens do Vale do Tâmega;
10. Requalificar e proteger as faixas ribeirinhas.

Fazendo uma análise a estes objectivos específicos para cada região homogénea, e restringindo-nos aos territórios comunitários da Serra do Marão podemos afirmar que em relação à primeira Região homogénea, Alvão-Marão, os 10 objectivos descritos enquadram-se na perfeição no território, sendo todos eles exequíveis ao nível da utilização dos recursos.

Em relação à segunda Região Homogénea, Tâmega, o objectivo n.º4 relacionado com a pastorícia não se aplica aos territórios comunitários envolvidos (Fridão e Rebordelo), pois a prática de pastorícia foi há muito abandonada.

6.4. A ACEB e o Agrupamento de Baldios da Serra do Marão e Meia Via

A dimensão do território, a continuidade de um espaço florestal de eleição, e o diminuto número de unidades de baldio fazem deste espaço comunitário um local privilegiado para desenvolver e implementar modelos de gestão florestais sustentáveis e que sirvam os interesses dos seus usufrutuários, os compartes dos baldios.

Foi neste pressuposto que nasceu em 2003 um agrupamento de baldios na Serra do Marão e Meia Via, ligados a uma estrutura associativa de baldios do Alto Minho, a Associação de Cooperação entre Baldios, ACEB.

A ACEB⁵⁶ nasceu no Alto Minho em 1995, juntando 27 baldios do Alto Minho e tinha nessa data, e ainda hoje mantém como objectivo a *“promoção, defesa, e desenvolvimento das áreas baldias, através do apoio aos Conselho Directivo e Assembleia de Compartes às populações que pretendam administrar os baldios que lhes pertencem, de acordo com a Constituição da República Portuguesa e a Lei”*⁵⁷.

Com o saber e experiência adquirida no Alto Minho, nasceu a ideia de fazer nascer na Serra do Marão e Meia Via igual movimento associativo de baldios e territórios comunitários, impulsionados pelos dirigentes da ACEB, que tinham a cobertura e apoio da estrutura federativa nacional da BALADI – Federação Nacional do Baldios⁵⁸.

Foi assim nascendo esta ideia de associar baldios, tendo para o efeito, na Serra do Marão e Meia Via os Conselhos Directivos e Juntas de Freguesia promovido Assembleia de Compartes para sondar a opinião sobre a constituição ou não deste agrupamento.

Realizaram-se reuniões e, da leitura das actas aprovadas, verificou-se que a aceitação foi generalizada, sendo interessante apreciar a acta da Assembleia de Compartes de Canadelo⁵⁹ realizada para este efeito. Nesta assembleia realizada após o final da missa, indagaram-se os compartes sobre a posição que tomavam perante o baldio, *“ou aderiam ao projecto da ACEB*

⁵⁶ Escritura de constituição no Cartório Notarial de Ponte de Lima de 21/12/1995

⁵⁷ Dos estatutos da ACEB de 21 de Dezembro de 1995

⁵⁸ BALADI – Federação nacional dos Baldios é uma estrutura nacional do movimento associativo de baldios, criada após a IV Conferencia Nacional de Baldios, realizada em 1 de Julho de 2001, em Vila Real, e tem o objectivo de coordenar e dirigir a acção do movimento associativo dos baldios a nível nacional, e que tem entre outros sócios a ACEB, o Secretariado de Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro, a CNA, a BALDIVEIRO, a BALFLORA e o Secretariado de Baldios de Coimbra.

⁵⁹ Assembleia de Compartes realizada a 13-05-2001, conforme a Acta nº 16 da Assembleia de Compartes de Canadelo.

procurando recuperar o baldio, ou mantinham a situação de indiferença e desinteresse tal como os Serviços Florestais estão a fazer". Os compartes presentes em elevado número votaram na sua maioria que o baldio integrasse esse projecto visando uma rápida regeneração e povoamento. *"Assim a Junta de Freguesia de Canadelo como gestora do nosso baldio, e dando seguimento à deliberação da Assembleia de Compartes hoje realizada, vai reunir em 9 de Junho em Ansiães com outros Conselhos Directivos para iniciar o processo que vai originar aquele processo"* (conforme acta n.º 16).

Igualmente a Assembleia de Compartes dos baldios de Olo reuniu em Setembro de 2001⁶⁰, tendo sido também aprovado a criação de um núcleo da ACEB na Serra do Marão e Meia Via, ficando em acta que na discussão deste assunto *"mereceu da parte dos compartes um comentário relativo à preocupação quanto ao futuro dos Serviços Florestais e dos seus trabalhadores sendo respondido que a criação deste núcleo nada interfere com esses mesmos serviços ou trabalhadores"*. Foi aprovado por maioria a inclusão deste baldio nesse agrupamento.

Como ponto comum a estas duas Assembleias de Compartes e às outras que se realizaram para a criação da nova associação, estava a preocupação da falta de operacionalidade manifestada pelos Serviços Florestais, sendo questionado igualmente o futuro desses serviços, pelo que foi entendimento generalizado que a constituição desta associação seria a garantia de uma melhoria na gestão destes espaços.

Após a alteração dos estatutos da ACEB⁶¹ em 2001, passou esta estrutura nacional de baldios a poder formar núcleos, pelo que foi com naturalidade que se desenrolaram as Assembleias de Compartes na Serra do Marão e Meia Via dos diferentes baldios aderentes, servindo essas mesmas assembleias, primeiro para concordar com a inclusão na associação de baldios e ao mesmo tempo *"aprovar as linhas gerais do projecto a apresentar para a constituição de um núcleo da ACEB, comprometendo-se a assumir todos os compromissos inerentes à sua execução"*⁶².

Desde 1 de Fevereiro de 2003, funciona um núcleo da ACEB na Serra do Marão e Meia Via ao que se vulgarizou chamar ACEB Marão, e que agrupa os baldios de Aboadela, Ansiães, Bustelo,

⁶⁰ Acta da Assembleia de Compartes dos baldios de Olo de 23 de Setembro de 2001, realizada na Escola da Torre.

⁶¹ Acta n.º 7 da Assembleia-geral da ACEB, realizada a 28-10-2001 em 3 locais distintos (distritos de Viana, Braga e Porto) que deu origem à escritura de alteração de estatutos de 21-01-2002

⁶² Conforme a Acta n.º 175 da Assembleia de Compartes dos Baldios de Aboadela, de 12 de Janeiro de 2002.

Canadelo, Fridão, Olo, Rebordelo, Teixeira e Teixeiró, sendo apenas os dois últimos do concelho de Baião e os restantes pertencentes ao concelho de Amarante.

Importa avaliar o que levou estes baldios a associarem-se e quais foram os elementos catalisadores que permitiram esta união e a sua manutenção. O pressuposto base relaciona-se com o facto de que os baldios, de uma forma individual, teriam pouca chance de se afirmarem, apesar de alguns baldios possuírem características muito positivas, mas que, por si só, não são suficientes para garantir uma correcta gestão.

Assim, no Quadro 16 analisamos baldio a baldio as características que permitiram avançar para um projecto de agrupamento de baldios, como este da ACEB Marão, e ao mesmo tempo analisam-se os factores que contribuíram para a não continuidade⁶³ do projecto. De salientar que o conteúdo do quadro resulta das entrevistas realizadas aos órgãos gestores dos baldios realizadas entre Maio a Julho de 2009.

⁶³ Optou-se por referir “*não continuidade*” do projecto em vez de “*insucesso do projecto*”, já que não foi disso que se tratou.

Quadro 16: Factores do arranque e não continuidade da ACEB Marão.

Baldio	Factores catalisadores para o arranque do Agrupamento	Factores que contribuíram para a não continuação do Agrupamento
Aboadela	Oferta de apoio técnico pela ACEB. Inexistência de Regulamento de uso e fruição do baldio. Diversificação de exploração de recursos. Necessidade de intervenções no baldio. Necessidade de regulamentar os usos do baldio, particularmente o pastoreio. Suporte financeiro.	Ausência de escritura formal de constituição do agrupamento, o que permitiu fuga às responsabilidades. Pagamento das quotas dos baldios de forma irregular e incerta, que não permitiu adquirir autonomia financeira.
Ansiães	Oferta de apoio técnico pela ACEB. Dimensão da área baldia. Necessidade de elaboração de projectos de rearboração. Estabilidade directiva. Necessidade de regulamentar os usos do baldio, particularmente o pastoreio. Envolvimento da comunidade. Suporte financeiro.	Envolvimento da ACEB não correspondeu ao esperado pelos baldios tendo esta associação tomado o mesmo papel do Estado, quando não era isso que os baldios “ <i>não emancipados</i> ” esperavam.
Canadelo	Oferta de apoio técnico pela ACEB. Diversificação de exploração de recursos. Dimensão da área baldia. Necessidade de elaboração de projectos de rearboração.	Instabilidade da equipa técnica em termos de vencimentos, que criou desmotivação e desinteresse no trabalho.
Bustelo	Oferta de apoio técnico pela ACEB. Necessidade de elaboração de projectos de rearboração.	Mau funcionamento da equipa de sapadores florestais (ESF) que se reflectiu em actividades desarticuladas.
Fridão	Oferta de apoio técnico pela ACEB. Dimensão da área baldia. Expectativa de solucionar problemas de litígio com Estado e vizinhos.	Elaboração dos PUB foi última prioridade , tendo estes sido concluídos por exigência do projecto AGRIS.
Olo	Oferta de apoio técnico pela ACEB. Dimensão da área baldia.	Envolvimento dos baldios de forma aleatória , que é exemplificado de forma inequívoca com o facto de que só no fim do processo os baldios de Baião tomaram conhecimento que faziam parte do projecto inicial.
Rebordelo	Oferta de apoio técnico pela ACEB. Necessidade de elaboração de projectos de rearboração. Dimensão da área baldia.	Ausência de apoio jurídico para resolver as situações litigiosas.
Teixeira	Oferta de apoio técnico pela ACEB. Necessidade de regulamentar os usos do baldio, particularmente o pastoreio. Necessidade de elaboração de projectos de rearboração. Dimensão da área baldia. Suporte financeiro.	
Teixeiró	Oferta de apoio técnico pela ACEB. Necessidade de elaboração de projectos de rearboração. Dimensão da área baldia.	

Fonte: Entrevistas 2009

Da análise do quadro anterior retiram-se 5 elementos catalisadores que são mais citados nos baldios em estudo:

1) Suporte financeiro

Algumas unidades de baldio possuem um seguro fundo de maneio, que lhes provêm da realização de receitas provenientes da gestão lenhosa feita pelo Estado e ainda, em alguns casos representando a maior fatia, dos contratos dos aerogeradores do aproveitamento da energia eólica. Este conforto financeiro permite a alguns baldios a aplicação de verbas em fins muito variados, que vão desde a contratação de serviços técnicos, a realização de obras florestais e civis nas respectivas freguesias.

2) Oferta de apoio técnico pela ACEB

O apoio técnico que tem sido disponibilizado aos baldios pelo Estado através dos Serviços Florestais não tem sido na relação directa da necessidade que os baldios solicitam e reclamam. O Estado não tem sido capaz de responder às solicitações técnicas mais do que aquelas que se relacionam com a exploração lenhosa, principalmente em madeira queimada ou de povoamentos em corte final. Outras acções que se relacionam com a intervenção e gestão de povoamento têm sido relegadas para um segundo plano, assim como a concretização de projectos de rearborização e de novas áreas de arborização. Assim, esta oferta de serviços especializados foi um dos factores que mais animou os baldios na concretização deste agrupamento de baldios.

3) Dimensão das unidades de baldio

O facto das dimensões de baldios se situarem entre os 500 e 2500 hectares, permite conceber modelos de gestão sustentáveis, sendo do conhecimento dos órgãos gestores dos baldios que isso é uma mais-valia para qualquer projecto de associação de terrenos. Assim, vislumbrou-se desde o início que os quase 10.000 ha de espaço comunitário poderiam trazer, com alguma facilidade, a potenciação da exploração dos recursos lenhosos e não lenhosos da Serra do Marão.

4) Conhecimentos adquiridos

A grande maioria dos órgãos gestores dos baldios deste agrupamento já exerce esse cargo há vários anos, o que lhes concede um muito grande conhecimento dos processos, tendo já vivido muitos sucessos e feitos muitos erros, que terá sido dos mais poderosos meios de adquirir conhecimentos sobre estas matérias. Igualmente a relação estreita que existe entre estes órgãos dos baldios com os técnicos e funcionários auxiliares dos Serviços Florestais, atribui uma grande vantagem aos órgãos gestores dos baldios, que sabem usar os contactos directos e personalizados para atingir os seus objectivos.

5) Reserva lenhosa

A grande maioria dos candidatos ao agrupamento de baldios era detentor de uma significativa reserva de árvores em exploração, sobre as quais recaía a esperança de uma correcta gestão, com fundamentadas expectativas de receitas repartidas no tempo, de forma a conseguir um saldo corrente que permitisse fazer face a despesas correntes e promover iniciativas que fossem ao encontro das necessidades dos povos. A ausência de receitas periódicas é sem dúvida um dos aspectos negativos que os baldios apontam à gestão dos Serviços Florestais.

Mesmo sabendo que esta experiência associativa teve vários aspectos negativos, foi possível obter dos relatos dos órgãos directivos dos baldios, vários depoimentos de aspectos positivos encontrados nestes 5 anos de convivência comunitária. Um dos aspectos referidos por mais do que um baldio foi o facto de que este processo permitiu aproximar mais entre si os baldios, tendo como resultado disso mesmo a discussão em conjunto da heterogeneidade de situações de gestão com que se deparam estes espaços, o que contribuiu para um melhor conhecimento intrínseco da realidade dos territórios comunitários da Serra do Marão.

Outro aspecto positivo está relacionado com as acções de formação que este Núcleo tem desenvolvido para a população local destes baldios, dos mais variados temas que vão desde a tecelagem até ao fabrico de queijos.

Este agrupamento apresentou uma candidatura ao programa AGRIS⁶⁴ para a instalação do Núcleo da ACEB da Serra do Marão com um investimento previsto de 251.429 € para despesas de constituição e funcionamento do núcleo do Marão da ACEB, por 5 anos de 2002 a 2006. Desta candidatura consta que *“a constituição deste núcleo da ACEB vem no sentido de colmatar as lacunas que os baldios do distrito do Porto têm no ponto de vista técnico, já que pelo grande âmbito geográfico da ACEB lhe é impossível prestar o apoio desejado. Com esta candidatura pretende-se numa primeira fase realizar o levantamento cartográfico de todos os baldios, elaborar o regulamento de uso e fruição, e elaborar os planos de utilização. Pretende-se o reforço da capacidade técnica (...)”*

A candidatura abrangeu um total de 9752 ha de territórios comunitários de baldios na Serra do Marão e Meia Via, do distrito de Porto. Das pretensões individuais de cada um dos baldios no que diz respeito à candidatura apresentada, é transversal a vontade de garantir uma melhor gestão dos recursos de forma a valorizá-los e criar mais receita para ir ao encontro das necessidades dos povos.

Todos os baldios tinham para este projecto, como tarefas prioritárias, a elaboração de um PUB e ainda a elaboração de um regulamento de uso e fruição dos baldios. Igualmente a grande

⁶⁴ Projecto apresentado a 28-02-2002

maioria dos baldios pretende implementar situações de trilhos pedestres para potencializar o turismo de montanha.

Entre as aspirações individuais de cada um destacam-se por unidade de baldio as seguintes:

Aboadela e Teixeira pretendiam o melhoramento de pastagens e a construção de um estábulo colectivo em Covelo do Monte e em Mafómedes.

Ansiães pretendia mais apoio técnico à equipa de sapadores florestais para potenciar o seu desempenho.

Canadelo solicitava o reforço do turismo de espeleologia no Sobrido e Ordes

Fridão pretendia a recuperação da Casa de Guarda-florestal para instalação de centro de prevenção de fogos florestais

Olo desejava a revitalização da casa de Guarda-florestal e do antigo “Quartel”

Rebordelo pretendia a constituição de uma equipa de sapadores florestais.

Das reuniões realizadas entre a ACEB e os órgãos gestores dos baldios ficou acordado que as verbas do auto-financiamento teriam de ser disponibilizadas pelos sócios da ACEB que constituem o núcleo. Assim as verbas a pagar pelos baldios variam com a área do próprio baldio. Tendo-se acordado nas reuniões realizadas na implementação desta candidatura, que se determinaria um valor por hectare, sendo este determinado dividindo o auto-financiamento a que corresponde a candidatura pela área a intervir no total dos baldios, e posteriormente multiplica-se este valor pela área de cada baldio, obtendo-se assim a comparticipação de cada Unidade de baldio dos 5 anos do projecto.

No anexo da candidatura consta que *“a ACEB tem consciência que ao desempenhar um trabalho útil, fundamentado e que vá de encontro às necessidades de quem pretende servir e apoiar, terá a força necessária para existir e realizar os propósitos da sua criação, autonomamente.”*

Este projecto AGRIS financiou a existência da ACEB durante a sua vigência. Desde o início assegurou a presença de um quadro técnico e administrativo, mas a insegurança de pagamentos, que se vinha acumulando, não permitiu a continuidade da mesma equipa técnica por mais de 2 anos, sendo sucessivamente substituídos nos contratos da ACEB, o que trouxe instabilidade e insegurança, pois cada técnico que vinha de novo desconhecia a realidade dos territórios comunitários e desconhecia os baldios na sua ocupação. Ainda assim, a ACEB assegurou na vigência deste projecto a presença de uma equipa técnica, que repartia a sua presença pelos territórios dos associados, em aconselhamento, identificação de situações problemáticas, e levantamento de terrenos com GPS.

Pela parte dos sócios deste agrupamento, as questões que se levantaram sobre a actividade da equipa de sapadores, e posteriormente o pagamento das verbas do auto financiamento quer destas equipas, quer do projecto AGRIS, criaram uma grande instabilidade que provocou o desentendimento e talvez desconfiança entre os diferentes órgãos gestores dos baldios.

De acordo com as entrevistas realizadas, é reconhecido unanimemente que esta associação assentou em bons princípios, mas que o mau funcionamento da gestão financeira em muito contribuiu para a falta de interesse na continuidade deste agrupamento dos baldios.

Legalmente este agrupamento não foi destituído, mas já não funciona como tal. Actualmente, procuram-se novas soluções para a gestão dos baldios, que poderá passar por se associarem a outras estruturas federativas, com outro tipo de valências florestais.

6.5. Os Planos de Utilização dos Baldios

Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal são os instrumentos em vigor que garantem a gestão florestal respectivamente à escala regional e local (Santos, F. *et al*, 2004). Para uma correcta gestão florestal à escala local dos terrenos baldios, a realização de planos de gestão mostrou-se uma necessidade premente de modo a serem criadas normas específicas de intervenção sobre a ocupação e utilização dos baldios. Assim, no mesmo diploma que consagrou os PROF, é apresentado a estrutura do que haviam de ser os Planos de Gestão Florestal (PGF) e os Planos de Utilização dos Baldios (PUB) (Anexo 7).

Com as ajudas comunitárias abrangidas pelo programa AGRIS, os baldios da Serra do Marão apresentaram em 2007 cada qual o seu plano de utilização de baldios (PUB).

Na Serra do Marão os PUB foram desenvolvidos pela estrutura associativa dos baldios, a ACEB, sendo estes planos parte do processo de candidatura ao referido programa AGRIS, e que previa ainda a dinamização de diferentes sectores dos baldios, tais como a elaboração de projectos de arborização e a formação profissional dos compartes.

Os PUB realizados e apresentados para aprovação à AFN possuem em comum uma estrutura, quer da caracterização quer das propostas de intervenção, identificando para cada um as intervenções prioritárias, emergentes e a prazo.

Da leitura desses planos resulta o seguinte:

Numa primeira análise, verifica-se que os planos apresentados cumprem os requisitos propostos pela legislação que os consagrou, pois é apresentada a caracterização dos terrenos comunitários em termos de identificação da cobertura do solo, e de seguida definidas as funções dominantes a

priorizar em termos de futuras intervenções. Igualmente são identificadas as infra-estruturas florestais, assim como a carta de risco florestal.

Alguns planos apresentam modelos de silvicultura específicos de algumas situações que se verificam nos seus baldios, como por exemplo a gestão de acácias invasoras (Rebordelo e Fridão) ou ainda gestão de eucaliptais (Canadelo e Aboadela).

De forma a poder apresentar uma correcta priorização de actividades, em cada baldio foi realizado trabalho de campo que permitiu avaliar as necessidades de intervenção em cada talhão, tendo sido para isso inventariadas as existências e calculada a respectiva qualidade da estação.

Cada PUB apresenta de forma diferente entre cada um, a avaliação da qualidade da estação, que nos indica a potencialidade produtiva de cada talhão de cada baldio e que é um índice que está relacionado não só com as condições genéticas das próprias árvores, mas também dos factores do meio e da própria condução dos povoamentos. É referido que para a obtenção dos valores de índice de qualidade, foi aplicado o modelo desenvolvido por Pacheco Marques (1987), para o Vale do Tâmega.

No Quadro 17 são apresentados alguns dos resultados do inventário realizado no âmbito dos PUB's, que nos mostra uma distribuição homogénea entre as duas classes de qualidade da estação Inferior e Superior, em determinação da qualidade das estações realizadas **por parcelas** nos respectivos baldios.

Quadro 17: Qualidade das estações florestais

Baldio	Qualidade de estação		
	INFERIOR	MÉDIA	SUPERIOR
	10 -14 m	14 – 18 m	+ 21 m
Aboadela	14 %	61 %	25 %
Canadelo	11 %	75 %	14 %
Olo	21 %	59 %	29 %
Rebordelo	29 %	50 %	21 %

(Fonte: PUB's da ACEB)

6.6. Riscos associados

Os espaços florestais são sistema instável que, não fosse a intervenção humana, seriam equilibrados e duradouros por si só. A intervenção do Homem ao longo dos séculos, tem transformado o espaço ao ponto de pôr em causa a sua sustentabilidade. Neste ponto são expostos alguns dos desequilíbrios que, pela mão humana, põe em causa a sustentabilidade dos espaços florestais da Serra do Marão.

6.6.1. Fogo

Podemos afirmar que o primeiro fogo da história recente pós 25 de Abril foi o grande incêndio de Setembro de 1985.

Esse marcou de forma inolvidável a Serra do Marão, tendo-a transformado em muito do que ela hoje representa. Não foram só as cinzas que ficaram após o fogo, mas toda a envolvência que após o fogo se verificou, pois houve um mediático e técnico aproveitamento em todos os projectos que se lhe seguiram. Departamentos do Ministério da Agricultura, universidades, arqueólogos e muitas outras ciências encontraram, no processo de renascimento das cinzas, uma oportunidade de executar novas experiências até essa data sem possibilidade de implementação. Ainda hoje assim é, e a Serra do Marão é escolhida para muitas actividades científicas ou não, derivado dos grandes investimentos técnicos que se seguiram ao já referido incêndio.

No âmbito deste trabalho foi feita uma cartografia que é apresentada na Figura 24 e que foi feita com o auxílio dos entrevistados, e ainda com a colaboração de alguns trabalhadores dos Serviços Florestais que inclusive combateram esse incêndio.

Corrigiu-se o valor de área ardida que sempre foi relacionado com este incêndio e que foi sempre referido como terem ardido 3 mil hectares, quando agora se verifica situar-se perto de 2600 ha, mas onde não foram retiradas algumas manchas florestais que não arderam.



Figura 24: Incêndio Florestal de 15 de Setembro de 1985 (Fonte: Autor)

Segundo os testemunhos recolhidos na data e com a informação que hoje se possui, tudo aponta que este incêndio tenha tido início numa queimada de renovação de pastagens mal executada, em Mafómedes, tendo o fogo lavrado durante uma semana, com várias frentes e com muitos problemas de combate devido a uma não eficiente voz de comando, com diferentes actores a reclamarem a autoridade sobre o combate.

A este fogo outros se seguiram, não tendo mais nenhum atingido as proporções que este atingiu, havendo contudo uma coincidência anual de fogos nas zonas de pastoreio nos meses de Outubro e Novembro e ainda de Março e Abril.

6.6.2. Nemátodo

Desde 1999 que se conhece a existência da presença nas matas portuguesas do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP), cujo nome científico é *Bursaphelenchus xylophilus* (Steiner & Buhrer) Nickle, que é um verme microscópico considerado um dos organismos patogénicos mais perigosos para as coníferas a nível mundial, pois é o agente causal da doença da marchidão dos pinheiros, originando a morte rápida das árvores afectadas. Para se dispersar de uma árvore para outra, o NMP necessita ser transportado por um insecto, sendo os cerambricídeos do género *Monochamus* os vectores mais importantes a nível mundial.

O que inicialmente estava circunscrito à zona da península de Setúbal, já alastrou de forma incontrolável, tendo sido detectado na Primavera de 2008 na zona centro do País no distrito de

Coimbra, na região da Lousã e Arganil, e mais recentemente no concelho de Boticas. Sendo assim, é provável que, na área de intervenção deste trabalho, já esteja presente esta praga, não havendo até Setembro de 2009 conhecimento de amostras positivas na prospecção que se tem feito e que abrange todo o pinhal do norte incluindo o vale do Tâmega.

Desde o início da detecção do problema, em 1990, a Direcção-Geral dos Recursos Florestais (DGRF) tem desenvolvido o Programa Nacional de Luta Contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro (PROLUNP), em que se incluem acções de monitorização e colheitas de rotina em todo o país.

Foi no âmbito das referidas acções no terreno e na sequência de análises realizadas em amostras recolhidas a nível nacional que já foram detectados exemplares de pinheiros bravos infectados no Norte do País, pelo que, neste seguimento, foi publicada a Portaria n° 1339-A/2008 de 20 de Novembro que restringe a circulação, a comercialização e principalmente a exportação de material lenhoso de pinheiro bravo.

As medidas agora tomadas têm por finalidade preservar a sanidade do importante recurso ambiental e económico que constitui o pinhal português, de forma a erradicar o nemátodo da madeira do pinheiro, que tem sido alvo de intensa pesquisa científica por parte do Instituto Nacional de Recursos Biológicos, IP (INRB, IP).

6.6.3. Minas abandonadas

De acordo com Oliveira *et al*, (2002), as minas em situação de abandono podem constituir factor de risco para a segurança e saúde públicas, o qual acresce tendencialmente com o tempo de abandono da actividade.

Reportando às minas da Serra do Marão e Meia Via, podemos dizer que na sua generalidade estas se encontram todas desactivadas e de facto abandonadas há mais de 35 anos. No artigo dos autores atrás referidos, são enumerados diversas situações que se adaptam às minas da Serra do Marão e Meia Via, no que diz respeito à perigosidade e fragilidades nestas antigas minas da área de estudo. É inquestionável que a maioria das minas deste espaço se encontra numa situação mais ou menos degradada e de total abandono, apesar de ainda testemunharem, através das suas ruínas, a existência de períodos em que a actividade extractiva de minérios proliferava, de forma mais ou menos exuberante por todo a região e país. As acessibilidades às minas da Serra do Marão são, de uma forma geral, fáceis e apetecíveis, já que se encontram junto a estradões de boa circulação automóvel. Veja-se a Fotografia 24, que diz respeito a uma mina em Fridão, em que não existe qualquer barreira de acesso à mesma, e onde a livre circulação é permitida no seu interior.



Fotografia 24: Mina abandonada em Fridão. Setembro 2009 (Foto do Autor)

Verifica-se, assim, que estas não possuem estruturas, nem de segurança pública, nem capazes de minimizar os impactos ambientais ao tempo em que decorreu a actividade extractiva, como consequência directa da inexistência de políticas ambientais e de uma certa falta de consciência e sensibilidade ecológicas. O vazio de responsabilidades que se foi instalando progressivamente, após o fecho das minas, torna difícil a aplicação do princípio poluidor-pagador pelo que, inevitavelmente, veio a caber ao Estado a assunção das responsabilidades na resolução dos problemas (herdados) de índole ambiental e acima de tudo, de segurança (Oliveira *et al*, 2002). Além destes riscos associados à actividade mineira, não deixa de ter impacto visual e ecológico as escombrelas, que em muitos locais da Serra do Marão são o único indicador da presença mineira, acrescentando a preocupação com a instabilidade física daqueles inertes, de difícil colonização vegetal.

6.6.4. Litígios

Um dos factores que mais condiciona a correcta gestão dos territórios comunitários, por qualquer um dos co-gestores, são as situações de litígio.

Os litígios ocorrem nos baldios por várias razões, sendo a questão quase exclusiva a que se refere aos limites das unidades de baldio. Frequentemente estas questões acontecem quando há verbas envolvidas, tendo num passado recente aumentado estas situações com a presença de empresas de energia eólica que pretendem explorar as cumeadas das serras.

Na Serra do Marão, as situações de litígios que ocorrem relacionam-se com a delimitação dos baldios, sendo o caso mais importante e quiçá mais limitante de uma gestão participada, o litígio que opõe Fridão e Olo, com uma divergência de limites que já reporta a 1984, quando houve um pedido de devolução de verbas pelos Serviços Florestais para dar resposta a uma reclamação de uma das partes. Na ausência dessa devolução, o Estado executou a dívida através das Finanças, que até esta data se mostrou incapaz de recuperar a verba, que por sua vez aumenta com os juros que são aplicados.

Os restantes litígios, comparados com este, em termos de áreas e verbas envolvidas, são menores, mas não deixam de merecer a devida atenção. Na Figura 25 estão expostos os litígio actualmente activos, e que representam uma área significativa. Estas áreas, mesmo com litígios, continuam a ser geridas pelos Serviços Florestais que cativam as verbas em conta bancária própria, até que seja resolvido o diferendo entre as partes.

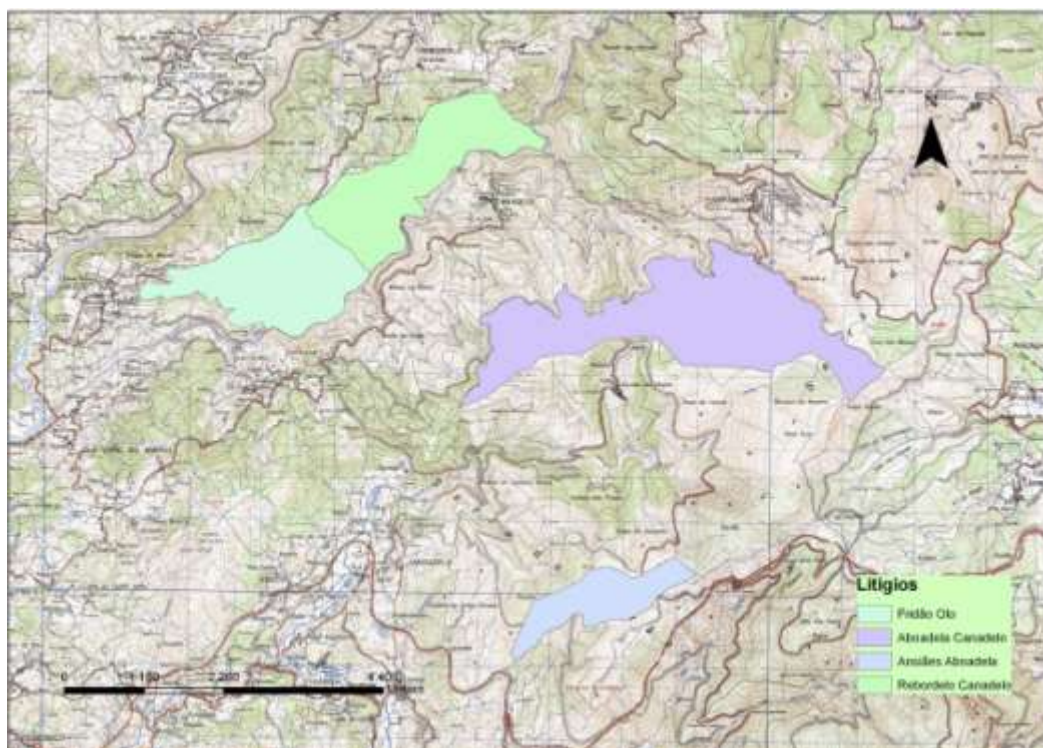


Figura 25: Áreas de litígio dos Baldios da Serra do Marão, em 2009 (Fonte: PUB's)

6.6.5. Eólicas

A instalação de parques eólicos na Serra do Marão conduz também a impactes negativos, pelo que todos estes investimentos tiveram medidas de minimização dos mesmos, que resultaram dos estudos de impacto ambiental realizados.

Os impactos associados podem ser associados a dois momentos: um na fase de instalação do parque e o outro de carácter permanente, no seu funcionamento.

No que diz respeito à primeira fase, normalmente de pouco significado, diz respeito ao normal funcionamento de um estaleiro de obras, com circulação de máquinas e veículos afectos à obra, às operações de limpeza e remoção de matos, escavações e alicerçamento das sapatas das torres. Dos parques já instalados, pode-se dizer que esta fase foi ultrapassada, sem contudo se poder avaliar o impacto que a mesma causou.

No que diz respeito à segunda fase, a de pleno funcionamento, a generalidade dos parques eólicos instalados tem algumas medidas mitigadoras, para eventuais ocorrências de impactes negativos. Estes dizem respeito principalmente aos verificados na avifauna, considerados moderadamente negativos (Energiekontor Portugal, 2002). Destes destaca-se a redução da área de cumeadas disponível para actividades de reprodução e alimentação das populações de rapináceas que abundam neste espaço, e do qual se destaca a presença de um casal de águia-real, nidificante numa zona próxima dos parques eólicos. No que diz respeito à avifauna, destaca-se em alguns parques eólicos desta região os planos de monitorização de morcegos, pelo facto de poderem ocorrer fatalidades com o choque destes animais com as pás dos aerogeradores.

No que diz respeito aos mamíferos terrestres, sendo esta uma região onde estão identificadas colónias de lobos, também os parques eólicos têm para esta espécie planos de monitorização, sendo reconhecido que a presença dos aerogeradores também diminuirá a utilização das cumeadas pelo lobo ibérico.

Alguns dos parques instalados na Serra do Marão previram medidas mitigadoras da presença destes obstáculos físicos, por exemplo a formação de campos de criação de coelhos para garante de alimento da águia-real, que nidifica na serra.

Importa também referir o impacto negativo que estas estruturas têm na paisagem, relacionados principalmente com a introdução num espaço natural de elementos geométricos, estranhos e sem harmonia, de difícil integração visual, pelo tamanho, cor e forma dos mesmos.

Ainda uma referência ao impacto negativo que o ruído destes equipamentos provoca, não só na fase de instalação, como posteriormente na fase de exploração, sendo um elemento ruidoso e estranho ao local.

7- Epílogo

7.1. Os diferentes cenários

A gestão dos espaços serranos foi regularmente assegurada pelos compartes enquanto se tratou de terrenos comunitários propriamente ditos que garantiram a sua subsistência. Contudo esta utilização desregrada comprometeu em grande escala a sustentabilidade dos recursos, já que antes das acções de arborizações já relatadas, os terrenos apresentavam apenas vegetação arbustiva e por certo a intensificação da pastorícia terá levado à degradação dos solos. Os direitos comunitários eram exercidos considerando o baldio como suporte de um sistema agrário de uma povoação, ou seja, a economia individual de cada comparte correspondia à vontade de toda uma comunidade.

Actualmente na Serra do Marão desenvolvem-se três tipos de economias, sem que estes se relacionem umas com as outras (adaptado de Baptista, 2009).

- A rentista, praticada pelo Estado e pelas comunidades, e que se relaciona com a venda de Madeira pelo Estado e com as concessões existentes entre os baldios e diversas empresas que exploram diferentes recursos como as eólicas, as pedreiras, as zonas de caça, entre outras.
- A do livre acesso ao espaço comunitário por entidades ou elementos externas à comunidade local, para diferentes actividades tais como desportivas, de turismo ou de lazer.
- A das economias individuais dos compartes, associada ao pastoreio, à apicultura, e pontualmente à recolha de matos e lenhas e ainda outras actividades tradicionais.

Esta separação dos três tipos de economia, que se traduz pela não dependência da utilização da propriedade comunitária para garantir a economia individual dos compartes, provoca a erosão do Baldio, que deixa de ser quotidianamente apropriado pelos compartes com direito sobre os recursos e passa a ser gerido como a propriedade de um grupo local, bem identificado (Baptista, 2009).

Para recuperar na essência a propriedade comunitária, Baptista (2009) defende algumas condições que pela acção dos órgãos gestores dos baldios devem ser asseguradas. Segue-se uma análise em que se faz o enquadramento dessas condições para os terrenos baldios da Serra do Marão:

- *O exercício efectivo do direito de propriedade sobre o espaço comunitário.*

Na Serra do Marão, a posse da terra baldia está de forma indubitável associada aos compartes das aldeias, que entendem a presença do Estado como uma necessidade para a manutenção e promoção do espaço florestal. O Estado apenas assegura a exploração lenhosa, sendo todas as restantes matérias deliberadas e decididas pela Assembleia de Compartes no pleno uso do exercício do efectivo direito da propriedade.

- *Uma gestão eficiente e ambientalmente sustentada dos recursos.*

Já foi referido neste trabalho que os diferentes recursos naturais da Serra do Marão são explorados de formas diferentes, pondo em causa em alguns casos a sua sustentabilidade, nomeadamente naqueles onde não existe regulamentação de usos, como a pastorícia e exploração de águas.

- *O afastamento das tutelas que actualmente aprisionam os baldios.*

Na Serra do Marão esta condição tem aplicabilidades diferentes, que se identifica não com a situação de aprisionar os baldios, mas com a ausência de políticas concertadas que promovam o seu desenvolvimento, que na sua ausência mais promovem o isolamento e a desertificação humana. Um exemplo desta situação é-nos dado com a desarticulação verificada entre o pagamento de prémios e subsídios para a pastorícia, sem que estejam implementados pelos serviços competentes os regulamentos de uso dos territórios comunitários.

- *Ganhar legitimidade, tanto relativamente aos próprios compartes como à sociedade, para os novos contornos da propriedade comunitária.*

A erosão da propriedade comunitária é um facto, motivado pelo desgaste do cumprimento dos princípios que asseguravam a utilização comunitária do baldio. A forma de encarar os baldios tem sido alterada em função de novos valores e posturas perante os usos dos terrenos comunitários, em que o baldio deixou de ter lugar central, muitas vezes acompanhada por desinteresse dos compartes, que na Serra do Marão teve expressões locais diferenciadas pois foram modeladas por uma grande diversidade de condições e de tempos na ocorrência das causas e dos efeitos das mudanças

Porém, mesmo que asseguradas estas condições acima enumeradas, outras ligadas à gestão necessariamente se levantam, tais como a necessidade de empenhamento pelos espaços

florestados e abandono da postura de subserviência com o Estado, o controlo e regulação das actividades lúdicas que se desenvolvem no seu espaço com a obtenção de receitas, a valorização do património natural e construído, e por último a cedência de direitos de exploração de recursos em troca de compensações.

Actualmente não parecem reunidas as condições que conduzam à concretização destes objectivos, pois não se encontra instalada a capacidade de liderança e de gestão dos baldios pelos órgãos gestores locais, o que tem permitido a introdução de factores externos nesta gestão, nomeadamente a regulação política exercida por algumas Juntas de Freguesia.

Igualmente problemática, a gestão dos territórios comunitários não tem tido o envolvimento directo dos compartos, havendo hoje a consciência de que um processo de planeamento e gestão desenvolvido de forma participada significa um maior sucesso na implementação da maior parte dos processos, assegurando que os valores sociais envolvidos no uso da floresta se reflectam no tipo de gestão praticada (Santos *et al*, 2004).

A presença efectiva do Estado enquanto co-gestor tem vindo a diminuir ao longo dos últimos 20 anos, não por incapacidade técnica, mas por articulação de várias políticas que conduziram a este desfecho, entre as quais a mais recente dispensa de funcionários para o SME – Sistema de Mobilidade Especial. O desinvestimento realizado nos últimos anos aponta uma tendência de abandono do Estado de algumas das competências até agora por si assegurada, estudando-se nesta altura as capacidades dos novos actores na gestão dos territórios comunitários.

O serviço técnico da gestão do Perímetro florestal da Serra do Marão e Meia Via sempre foi assegurado apenas por um técnico que sempre se mostrou suficiente para que a sustentabilidade fosse assegurada. As opções de disponibilizar funcionários para a Mobilidade Especial reduziram em muito a capacidade de intervenção na serra, pois provocou uma reorganização dos funcionários, em função da sua redução, saindo penalizada a presença no terreno, pois os funcionários estão deslocados para outras funções onde a prioridade não é seguramente a manutenção nem a silvicultura preventiva.

Igualmente a capacidade de auto investimento tem vindo a diminuir, bastando lembrar como tudo começou no início do século XX, em que as primeiras arborizações realizadas terão saído dos orçamentos dos respectivos ministérios que tutelaram os Serviços Florestais durante esse período. Seguiu-se o Plano de Povoamento Florestal, com orçamento próprio. E assim se manteve até à data da nossa entrada na União Europeia. Desde aí, o orçamento de Estado, com algumas excepções noutros locais, deixou de contemplar as acções de arborização, ficando estas

condicionadas à apresentação de projectos aos sucessivos quadros comunitários, que num período anterior e recente eram acções exclusivas do Estado.

Cunha (2005), que estudou a Serra com algum pormenor refere no seu trabalho que “*os Serviços Florestais perderam a capacidade de funcionamento*” e que “*estão burocratizados e não há gente na serra. A Serra do Marão está abandonada*”.

7.2. Conclusão

A abordagem que agora termina fez a caracterização do passado e do presente dos Baldios da Serra do Marão, submetidos ao Regime Florestal.

Enquanto, no primeiro capítulo, se fez a caracterização do território, no segundo capítulo abordou-se o processo de arborização da Serra do Marão, um processo evolutivo e directamente ligado aos Serviços Florestais e aos seus Administradores Florestais, principalmente a Miguel Reimão Barbedo Pinto, que administrou com particular sensibilidade as obras florestais em Amarante durante 38 anos.

Verificou-se que a abordagem à arborização dos baldios serranos foi de certa forma ordeira e pacífica, tendo sido registados, de uma forma generalizada, pareceres favoráveis à arborização, não havendo qualquer situação grave com os baldios e mesmo quaisquer situações de litígio quanto aos limites entre baldios que surgissem, eram resolvidas com maior ou menor facilidade. As questões de litígios entre baldios e particulares, essas foram dirimidas pontualmente e com alguma destreza pois os interesses quanto à sua exploração eram muito díspares.

Identificou-se um outro factor de sucesso, relacionado com o facto das obras de arborização terem sido concretizadas em etapas alternadas entre os diferentes territórios comunitários, com a envolvimento dos habitantes das aldeias como jornaleiros, normalmente os mais pobres, verificando-se ser este empregou uma oportunidade social de afirmação, com formação, na resinagem por exemplo, e com a entrada para o quadro de pessoal dos Serviços Florestais.

Verificamos a importância que as infra-estruturas tiveram na vida dos povos e aldeias da Serra, principalmente os caminhos florestais, que não contemplaram apenas as acessibilidades ao interior das matas mas também a ligação entre aldeias no isolamento.

Acompanhamos neste capítulo a evolução das arborizações antes e depois da existência do Projecto de arborização da Serra do Marão de 1938.

O terceiro capítulo leva-nos para uma abordagem da sustentabilidade destes territórios comunitários. Identificamos os principais intervenientes e utilizadores deste espaço florestal, e a maneira como se relacionam com os povos e com os baldios.

Verificamos que a gestão dos recursos naturais tem sido feita aos longos dos tempos de forma correcta, equilibrada e sustentável, apenas debilitada por alguns factores bióticos e abióticos: as pragas (de insectos e também as lenhosas) e o fogo. Se a esta sustentabilidade incluirmos variantes antropológicas, a mesma poderá ser questionada por causa da tendência de desertificação que se vem acentuando desde os meados do século XX, ajudadas pelas opções transformadoras e destruidoras que os povos e os Serviços Florestais vêm exercendo, por exemplo com o pastoreio desordenado e desregrado.

A par de novos instrumentos de planeamento e ordenamento do território, os PROF e os PUB, analisamos a presença de uma experiencia de associativismo entre unidades de baldio, a ACEB, avaliando o seu contributo para a emancipação dos baldios, que tendo partido com um nível alto de expectativa, resultou num projecto fracassado.

Estas reflexões resumiram o essencial deste trabalho, mas destacam-se de seguida alguns destes temas numa visão prospectiva dos baldios da Serra do Marão.

Gestão sustentável dos recursos florestais da serra.

Como ponto prévio, deve-se ressaltar que os Serviços Florestais não perderam nenhuma capacidade de funcionamento nos últimos anos. As opções políticas para estes espaços é que tem sofrido algumas alterações, que faz com que a operacionalidade seja diminuída. Actualmente na serra do Marão continuam a trabalhar os mesmos 18 funcionários que já aí trabalhavam há mais de 10 anos, só que agora são deslocados para outros locais, onde a prioridade não é seguramente a arborização nem a silvicultura preventiva.

Tem-se verificado uma gestão pouco participativa de ambos os co-gestores, que se traduz por uma intervenção reactiva e não pró-activa, e que se reflecte numa floresta desequilibrada e carenciada de intervenções prioritárias. Cada vez mais se apela a processos participativos com a envolvência, não só dos compartos, mas também com a experiencia dos Serviços Florestais, Universidades, e demais instituições públicas ou privadas, que saibam dosear as valências técnicas com as sociais.

As políticas de combate a incêndios também tiraram alguma iniciativa aos Serviços Florestais pois apenas os bombeiros e protecção civil actuam no teatro das operações, ou seja, as políticas de combate a incêndios não integram aqueles que melhor conhecem a serra, que em muitos casos foram quem arborizou a serra.

Resumindo, confrontamo-nos com novos instrumentos de planeamento, mas também com ausência de políticas de medidas extrínsecas à floresta.

Valorização dos recursos naturais locais

Será necessário a criação de um plano integrado que salvguarde os interesses dos povos sem por em causa o espírito comunitário destes lugares, com a articulação necessária de políticas concertadas em matérias de floresta, actividades sócio-económicas, culturais, saúde, educação.

As potencialidades da Serra do Marão são conhecidas, pelo que se reclama a articulação de várias medidas, que possam ser conducentes à existência da valorização de alguns novos recursos, tais como o gastronómico com as raças autóctones locais (os bovinos “*Maronesas*” e os caprinos “*Bravia*”) a assumirem um papel importante.

Desenvolvimento de parcerias

Nos inúmeros *stakeholders* que interagem com os baldios, já muitos mostraram o interesse em articular esforços de modo a poderem desenvolver projectos de parcerias para o desenvolvimento das comunidades locais, assim como para a promoção dos espaços naturais em acções desportivas, ambientais e recreativas. A união de diferentes parceiros com interesses comuns pela Serra do Marão é essencial para a concretização de projectos essenciais e fundamentais à sua sustentabilidade. Podemos então pensar na Serra do Marão e na necessidade imperiosa que tem de manter uma parceria forte, entre os diferentes baldios que a compõem, de forma a atingir uma solidez e uma grandeza que anseia.

Igualmente, as diferentes associações e instituições que defendem objectivos comuns na área do ambiente e recursos naturais, divididas em grupos ou isoladas, não têm peso algum, podendo antes constituírem num núcleo forte onde todas tivessem representação e igualdade de oportunidades, onde as estratégias seriam a uma só voz, com um peso incomparavelmente superior.

Se tudo se mantiver como dantes, as mesmas causas terão os mesmos efeitos

BIBLIOGRAFIA

1- Fontes primárias

Folhas de salários e de ajudas de custo dos funcionários da 6ª Administração Florestal de Amarante, de 1937 até à actualidade;

Fichas de talhões do Perímetro Florestal da Serra do Marão, com registo das actividades anuais.

Livro de registos de requerimentos diversos da 6ª Administração Florestal de Amarante, de 12-1-1944 a 16-12-1948

Mapas de parcelas de intervenção nos baldios, de 1945 a 1980

Cartas topográficas 1:10.000 dos talhões do Perímetro Florestal da Serra do Marão e Meia Via 1960 e seguintes (do arquivo AFN Amarante)

Projectos

1938 Projecto da Instalação do Viveiro Florestal de Amarante (arquivo AFN)

1939 Projecto de Arborização do Perímetro Florestal da Serra do Marão e Meia Via (arquivo AFN)

1956 Projecto de arborização do Perímetro Florestal das Serras do Marão (Vila Real) e Ordem (arquivo AFN)

1961 Revisão e actualização do Orçamento do Projecto de Arborização do Perímetro Florestal da Serra do Marão e Meia Via (arquivo AFN)

1988 Projectos no âmbito do PAF Programa de Acção Florestal (vários projectos)

2004 Projectos AGRO de Canadelo (3 projectos)

2005 Projecto AGRIS do Marão

2006 Projectos AGRO do Ramalhoso (2 projectos)

2- Edições

Cartografia

Carta Geológica de Portugal, Folha 10-C 1980

Publicações

Academia das Ciências de Lisboa, 1987. *Memórias económicas inéditas* (1780-1808), Lisboa.

Aguiar, C., Orlando R., Azevedo, J., Domingos, T., 2009. *Montanha*, Portugal Millenium Ecosystem Assessment. Não publicado.

Aizpurua, J., Alenza, J. & Galilea, P., 2000. *Property regimes and exploitation of the forests. An economic analysis: the case of Spain* The Eight Conference of the International Association for the Study of Common Property (IASCP) Bloomington, Indiana, EUA

Anastácio, D; Carvalho, J.B., 2008. *Sector dos Resinosos em Portugal – Evolução e Análise*. Direcção Geral dos Recursos Florestais, Lisboa

Araújo, F., 2008. *A Tragédia dos Baldios e dos Anti-Baldios- O problema económico do nível óptimo de apropriação*. Edições Almedina, Coimbra

- Baptista, F. O., 2009. *Baldios. A erosão da propriedade comunitária*. Não publicado.
- Bayley, C., French, S., 2005. *Designing a Participatory Process for Stakeholder Involvement in a Societal Decision*. Manchester Business School, The University of Manchester.
- Bica, A., 2003. *O regime jurídico dos Baldios*. Revista VOZ DA TERRA, de Janeiro 2003.
- Bravo, G., de Moor, T., 2008. *The commons in Europe: from past to future*. International Journal of the Commons, vol.2, nº 2 July 2008, Utrech Holanda
- Brouwer, R., 1995. *Planting Power – the afforestation of de commons and state formation in Portugal*.
- Capela, V., Matos, H., Borralheiro, R., 2009. *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias paroquias de 1758*. Braga
- Carvalho, S., 2008. *A gestão dos Baldios e os incêndios florestais no Perímetro Florestal da Serra do Marão e Meia Via: problemas e oportunidades*. (Versão provisória) FLUP, Porto.
- Côrte-Real, L., Devy-Vareta, N., Bento, J. 2009. *Serra do Marão, 90 anos de Regime Florestal*. 6º Congresso Florestal Nacional. (Poster) Outubro 2009. Açores
- Costa, (Padre) A. C., 1868, *Corografia Portuguesa e descrição topográfica*. Braga, 2ª edição.
- Costa, A. F., 1986. *A pesquisa de terreno em sociologia* in: Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1986, pp.141-142.
- Costa, M.A., Castro, C.R., sd. *Desenvolvimento de um plano efetivo de prevenção e combate a incêndios florestais para áreas protegidas no bioma Caatinga*.
- Cunha, O. S. C. L., 2005. *Historia, organização, gestão e utilização dos Baldios do Marão e Meia Via (distrito do Porto)*, Relatório de Estágio, Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra.
- Devy-Vareta, Nicole, 1985. *Para uma geografia histórica da Floresta portuguesa – As matas medievais e a «coutada velha» do rei*, REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS – Geografia, série Vol. I, Porto.
- Devy-Vareta, Nicole, 1993, *A floresta no espaço e no tempo em Portugal – a arborização da Serra da Cabreira (1919-1975)*, Tese de Doutoramento, FLUP, Porto
- Devy-Vareta, Nicole, 2003. *O regime Florestal em Portugal através do século XX (1903-2003)*, REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS – Geografia, I série, Vol. XIX, Porto.
- DGRF, 2007. *Estratégia Nacional para as Florestas*, 2007, DGRF, Lisboa
- Embaixada de Itália em Brasília, Cooperação Italiana, 2002. *A Amazônia – Encontrando Soluções*. Brasília, Brasil
- Enciclopédia Luso-Brasileira de cultura*, 1961-1995. Vários volumes. Verbo
- Energiekontor Portugal, 2002. *Parque Eólico de Penedo Ruivo (Serra do Marão) Volume I*, Resumo não técnico, Paço de Arcos
- Enernova, 2003. *Ampliação do Parque Eólico de Pena Suar. Estudo de impacte ambiental*. Volume I, resumo não técnico (reformulação)
- Estêvão, João Antunes, 1983, *A floresta dos baldios*, Análise Social, Lisboa, Vol. XIX (77-78-79), pp. 1157-1260.
- FAO/ECE/ILO, 2000. *Public participation in forestry in Europe and north America*. Team of specialists for participation in forestry. 2000 Genève

- Gazo, J.; Pinto M. A.; Castro, J.P.; Côrte-Real, L. 2005. *Caracterização de focos de mortalidade de escolitídeos (Coleoptera: Scolitydae) em povoamentos de pinheiro bravo (Pinus pinaster Ait.) do Perímetro Florestal da Serra da Meia Via e Marão (Amarante)*. 5º Congresso Florestal Nacional. Novembro 2005. Viseu
- Germano, M.A., 2000, *Regime florestal, um século de existência*, DGF, Estudos e Informação nº 319, Lisboa.
- Ghiglione, R., Matalon, B., 1997, *O inquérito, teoria e prática*, 3ª edição, Livraria Almedina, Coimbra
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 1945, Editorial Enciclopédia, Limitada, Lisboa e Rio de Janeiro
- Gralheiro, Jaime, 2002, *Comentário à nova lei dos Baldios*, Livraria Almedina, Coimbra
- GTF de Amarante, 2009. *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Amarante* (PMDFCI). Em revisão. Câmara Municipal de Amarante
- Henriques, I. ; Alcazar, R. 2006. *Um olhar sobre o Peneireiro-das-torres*. Relatório Layman (não técnico) do Projecto LIFE - Natureza Peneireiro-das-torres - “Recuperação do Peneireiro-das-torres (*Falco naumanni*) em Portugal”. LPN, Lisboa, Portugal.
- INE, Census 2001
- INE, Portugal, 2006. *Anuário Estatístico de Portugal 2005/Statistical Yearbook of Portugal 2005*. Informação disponível até 30 de Setembro de 2006. Information available till 30th September, 2006.
- Instituto da Água, 2001. *Plano Nacional da Água PNA 2001 -*, Lisboa
- Instituto do Ambiente, 2003. *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável*, Plano de Implementação. Painel Sectorial Institucional — Ambiente e Ordenamento do Território, Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente, Amadora.
- Jeanrenaud, Sally, 2002, *Communities and Forest Management in Western Europe*, a regional profile of the working group on community involvement in forest management. IUCN Forest.
- Leal, A. S. A. B. de Pinho, 1873, *Portugal antigo e moderno Dicionário*, Vol.1 (1873) Vol.2 (1874) Vol.3 (1874) Vol.5 (1875) Vol.8 (1878), Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, Lisboa
- Lopes, L.; Côrte-Real, L.; Rego, A., 2009. *Territórios Comunitários (Baldios) no Portugal contemporâneo: O Programa Nacional de Valorização dos Territórios Comunitários PNVTC*. 6º Congresso Florestal Nacional. Outubro 2009. Açores
- Marques, C.P., 1987. *Qualidade das estações florestais. Povoamentos de pinheiro bravo no Vale do Tâmega*. Tese de doutoramento. UTAD, Vila Real, 201 pp.
- Millennium Ecosystem Assessment, 2005. *Ecosystems and Human Well-being: Biodiversity Synthesis*. World Resources Institute, Washington, DC.
- Ministério da Agricultura, 1940. *Plano de Povoamento Florestal*. Imprensa Nacional, Lisboa
- Mendonça, João da Costa, 1960, *A arborização dos terrenos sob a administração florestal do Estado em face do Plano de Fomento*. Secretaria de Estado da Agricultura. Lisboa.
- Mendonça, João da Costa, 1961. *75 Anos de actividade na arborização das serras*, Ministério da Economia, SEA- DGSFA, Lisboa
- Mendonça, João da Costa, 1961, *A arborização das serras em Portugal – Função económica e social*. Secretaria de Estado da Agricultura. Lisboa.

- Neves, Carlos M. Baeta, sd, *Primeiros passos no futuro ordenamento silvo-pastoril dos baldios serranos*, in separata da “GAZETA DAS ALDEIAS” n.º 2446.
- Nunes, J.A., Feijó, R.G., 1990. *As Transformações dos “Incultus” no Noroeste (1750-1900). Uma Proposta de Reapreciação*, Cadernos de Ciências Sociais 8/9: 45-90.
- Oliveira, J.M.S., et alii, 2002. *Diagnóstico ambiental das principais áreas mineiras degradadas do país*. Separata do Vol. 39, N.º 2 do “BOLETIM DE MINAS”, Publicação do Instituto Geológico e Mineiro, Lisboa.
- Pacheco, Luis F., 2003. *Porquê integrar os rebanhos nos espaços florestais?* DRAEDM, Divisão de Produção Animal. Não publicado.
- PASTOMED, 2007, *O pastoralismo Mediterrâneo, uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável dos nossos territórios*, Marselha
- Pedrosa, Fantina S. 1999, *A Serra do Marão O Homem, o meio e as dinâmicas territoriais*. Dissertação de Doutoramento da FLUP, Porto.
- Pereira, Andreia e Pedrosa, António S., 2007, *Paisagem cultural das montanhas do noroeste de Portugal: um ciclo de Construção, desestruturação e reconversão*. REVISTA TERRITORIUM.
- Pereira, A.R.; Zêzere, J.L.; Morgado, P. 2005 - *Os recursos naturais em Portugal: inventariação e proposta de um modelo geográfico de avaliação*. Actas do X Colóquio Ibérico de Geografia “A Geografia Ibérica no contexto europeu”, Évora, 15p.
- Pereira, Esteves e Rodrigues, Guilherme, 1904, *Portugal, dicionário histórico*, Lisboa.
- Pereira, H.M., Domingos, T., Vicente L. (editors). 2004. *Portugal Millennium Ecosystem Assessment: State of the Assessment Report*. Centro de Biologia Ambiental, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Pessoa, Fernando. 1932. *O caso mental português*. REVISTA FAMA n.º 1 de 30 de Novembro de 1932. Lisboa.
- Pinto, P. A. 2004. *António do Lago Cerqueira – Biografia*. Amarante
- Plano de Povoamento Florestal*, 1940. Ministério da Agricultura, Lisboa, Imprensa. Nacional, 200 p., 1 mapa do reconhecimento dos baldios a Norte do Tejo (1935) à escala 1:500 000.
- Público, 2007. *Floresta e Sociedade - Uma historia em comum*. Público Comunicação Social e Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento. Lisboa
- Público, 2007. *Floresta Portuguesa – Imagens de tempos idos*. Público Comunicação Social e Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento. Lisboa
- Radich, M.^a Carlos, Alves, A.A. Monteiro, 2000, *Dois séculos da Floresta em Portugal*, Lisboa, Celpa
- Rego, F. de Castro, 2001, *Florestas Públicas*, Lisboa, Graf&lito
- Roca, X. B. e Rotés, X. S. 2006. *Custodia del territorio en la práctica*. Xarxa de Custòdia del Territori; Fundació Territori i Paisatge-Caixa de Catalunya · Universidad de Vic -Catalunha
- Rodrigues, A. 2009. *Parque eólicos em Portugal – Dezembro de 2008*. INEGI, Leça do Balio.
- S/A, 1865. *Descrição da Mina de Estanho do Ramalhoso e Portella da Gaiva na Serra do Marão*. Typographia do Futuro, Lisboa.
- Santos, F., Martins H. e Borges, J.G., 2004, *Desenvolvimento de abordagens participativas no planeamento florestal português*. SILVA LUSITANA, n.º especial, Lisboa

Seixas, C.S.; Davy B., 2008 *Self-organization in integrated conservation and development Initiatives*, INTERNATIONAL JOURNAL OF THE COMMONS, Volume 2, n.º 1 January 2008

Siebrand, S., 2006. *Participatory forest management in conflict situations: a case study in Swedish Lapland*, University essay from SLU/Dept. of Forest Resource Management and Geomatics.

Soares, Rogério Erhardt, 1968. *Sobre os baldios*. Separata of REVISTA DE DIREITO E ESTUDOS SOCIAIS 141(3/4).

Veloze, Francisco José 1953. *Baldios, maninhos e exploração silvopastoril em comum (estudo económico e jurídico)*, separata n.º 10, Volume III, pp. 123ff. Of *Scientia Juridica*. Braga: Livraria Cruz.

Vieira, J. Augusto, 1886-1887. *O Minho Pittoresco*, Lisboa, 2vols.

Planos:

Planos de Utilização dos baldios de Aboadela (2007)

Planos de Utilização dos baldios de Ansiães (2007)

Planos de Utilização dos baldios de Canadelo (2007)

Planos de Utilização dos baldios de Fridão (2007)

Planos de Utilização dos baldios de Olo (2007)

Planos de Utilização dos baldios de Rebordelo (2007)

Jornais

Gazeta das aldeias, vários números de vários anos.

Primeiro de Janeiro, vários números de vários anos.

Flor do Tâmega, vários números de vários anos.

Newsletter do Núcleo Florestal do Tâmega AMPEDV, 2008, Boletim Informativo n.º 1, Janeiro 2008.

3. Webgrafia

Agence canadienne de développement international

[http://www.acdi-cida.gc.ca/INET/IMAGES.NSF/vLUIImages/CapacityDevelopment/\\$file/1997-11TKAnalysis.pdf](http://www.acdi-cida.gc.ca/INET/IMAGES.NSF/vLUIImages/CapacityDevelopment/$file/1997-11TKAnalysis.pdf)

Autoridade Nacional de Protecção Civil

<http://www.proteccaocivil.pt/cnos/Pages/HistoricodeOcorrencias.aspx>

Community carbon forestry

<http://www.communitycarbonforestry.org/>

Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

<http://www2.fc.up.pt/pessoas/allima/Vieiros/web/index.htm>

FAO- Food and Agriculture Organizations of the United Nations

<http://www.fao.org/docrep/v3960s/v3960s02.htm>

<http://www.fao.org/docrep/v3960s/v3960s02.htm>

Forest Investment Account

<http://www.for.gov.bc.ca/hfd/library/fia/html/FIA2003MR312.htm>

Global Fire Monitoring Center (GFMC)

http://www.fire.uni-freiburg.de/iffn/country/in/in_6.htm

Imagens de Marca

<http://imagensdemarca.sapo.pt/opinioes/detalhes.php?id=1441>

Instituto de Ciências sociais da Universidade de Lisboa

<http://www.ics.ul.pt>

http://www.aguas.ics.ul.pt/porto_ramalhoso.html

Instituto de engenharia mecânica e gestão industrial

http://www.inegi.pt/projectos_detalhe.asp?id=20&IDSect=3&LN=

Instituto Nacional de Estatística

<http://www.ine.pt/>

<http://censos.ine.pt>

IntegrAção Revista electrónica do terceiro sector

<http://integracao.fgvsp.br/ano8/08/administrando.htm>

Organización Galega de Comunidades de Montes Veciñais en Man Común ORGACMM

<http://www.orgacmm.org/>

Plataforma de Custodia del territorio

<http://www.custodia-territorio.es/index.php?categoriacod=6>

PROLUNP

<http://www.dgrf.min-agricultura.pt/prolunp/monitor/monitor.html>

Sistema Nacional de Informação De Recursos Hídricos

http://snirh.pt/snirh.php?main_id=4

World Bank – Banco Mundial

<http://info.worldbank.org/etools/docs/library/206764/Stakeholder%20Analysis%20port.pdf>

Anexos

Anexo 1: União Europeia

Quadro 18 : União Europeia

Direcções Gerais, Agências e Centros com atribuições no sector florestal

Direcção Geral da Agricultura	Tutela toda a área de Política agrícola e de Desenvolvimento Rural, onde se enquadra. Estratégia Florestal da União Europeia. Desenvolvimento Rural. Material de reprodução florestal. Recursos genéticos florestais. Dispõe de um Comité Permanente da Floresta onde têm assento os Estados Membros e de um Comité Consultivo da Silvicultura e Cortiça para ouvir os parceiros Representa a Comissão nas Conferências Ministeriais para a Protecção das Florestas na Europa
Direcção Geral do Ambiente	Tutela toda a área de Política do Ambiente onde se enquadra: Protecção florestas, incluindo incêndios florestais e Poluição atmosférica; Diversidade biológica; Conservação de habitats naturais e da flora e fauna selvagens e conservação das aves selvagens; Desenvolvimento sustentado; Alterações climáticas e Protecção dos solos; Protecção civil, Certificação Ambiental, Esquema de auditoria e gestão ecológica, Avaliação do impacte de planos e programas no Ambiente Representa a Comissão nas discussões sobre Florestas nos <i>fora</i> Internacionais
Direcção Geral de Investigação	O Sexto Programa Quadro da União Europeia para a investigação, tecnologia e Desenvolvimento prevê diversas possibilidades de projectos de investigação relevantes para as florestas. Acções de Cooperação em Ciência e Tecnologia - Cost actions (permite que Investigadores, políticos e executores desenvolvam trabalhos conjuntos de forma integrada em ecologia florestal, desenvolvimento rural e na fileira da indústria florestal.
Direcção Geral do Comércio	Matérias relativas ao comércio externo (e.g. regulação de taxas aduaneiras de produtos florestais)
Direcção Geral de Empresas	Divisão E4: contributos para a melhoria da competitividade das Indústrias da madeira, mobiliário, pasta ,papel e artes gráficas. Comité Consultivo sobre o Sector Florestal e Indústrias Florestais.
Eurostat	Gabinete de Estatística da Comunidade Europeia – fornece dados e informação estatística que permitem avaliar a implementação das políticas comunitárias
Agência Europeia do Ambiente	Organismo da Comunidade Europeia que fornece dados, incluindo os florestais, e prepara relatórios ambientais. Promove a cooperação internacional, técnica e científica em matéria de conservação e uso sustentado da biodiversidade. Manutenção do EUNIS (European Nature Information System), que integra modelos de informação sobre espécies, habitats e sítios; facilita o uso da informação pela promoção da harmonização de terminologias e definições.

Joint resarch center	Formado por sete institutos de investigação. Destes o mais importante para a investigação florestal é o Instituto para o Ambiente e Sustentabilidade que desenvolve trabalhos na área de “ <i>remote-sensing</i> ”.
Direcções Gerais da Energia e Transportes do Emprego, Assuntos sociais e Oportunidades Iguais; da Saúde e Protecção do Consumidor; do Mercado Interno; da Concorrência	Política energética – energia renovável Outras matérias com relevância indirecta na política do sector florestal
Direcção Geral do Desenvolvimento	Convenção de Cotonou (EU-ACP) – financiamento de projectos, nomeadamente de desenvolvimento rural e florestas através do Fundo Europeu de Desenvolvimento para os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico. Parcerias no âmbito da Forest Law Enforcement and Governance. Convenção desertificação.

Anexo 2: Acta de Fridão, 1917

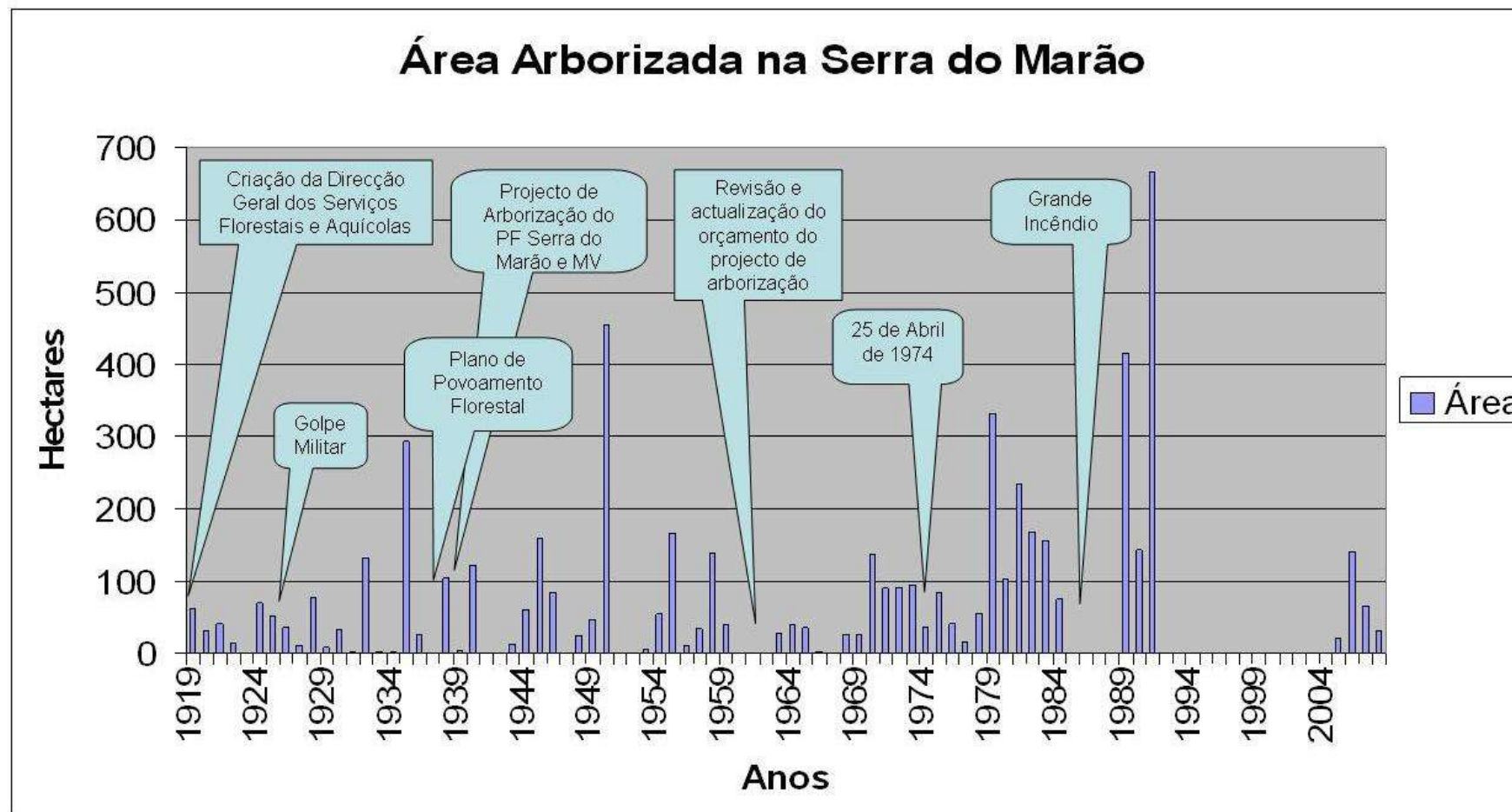
A freguesia de Fridão, d'este concelho, representada neste inquerito pela sua Junta da freguesia e regedores, não concordando com a denominação de "Baldio pertencente à Camara Municipal" que ao Edital de 8 de Maio d'esta administração não se dá a alguns baldios pertencentes a freguesia de Fridão, e parte dos quais são agora sujeitos ao regimen florestal, concordando na arborização dos maninhos parquias da Serra do Marão-Via, nas seguintes condições:-

1. Os habitantes da freguesia de Fridão, ficarão com o mesmo direito, proveniente de uso immemorial, de cortar madeira onde lhes convier e o que for necessario para a agricultura da freguesia.
2. Terão os mesmos direitos de cortar urzeira e urze, conforme as necessidades e o uso immemorial, para reuda, visto ser essa a industria da quasi totalidade dos pobres d'esta freguesia e d'onde tiram favellos para a sua alimentação.
3. Conservar-se-ha no antigo uso e costume todas as lapadas feitas nos terrenos maninhos, com todas as servidões e aguas que lhes pertencem.
4. Nunca se poderá com o regimen florestal prejudicar qualquer nascente d'agua demandando a do seu curso ordinario e da qual a freguesia ou seus habitantes ou parte de parte, nem mesmo que seponha explorações legais, sendo em caso contrario repostas as nascentes e tornando no antigo estado e pagos os prejuizos causados com a falta de agua nas culturas.
5. Ficará a Junta da freguesia de Fridão de mandado cortar 500 carros de lenha annualmente, lenha de pinho, sendo por ella distribuidos a todos os pobres da freguesia, conforme a mesma Junta julgar necessario, sendo comtudo essa lenha cortada abaixo da direcção do guarda pertencente a zona que abrangem a freguesia de Fridão, e segundo as condições do regimen florestal.
6. E' convicente a marcar-se uma faixa de terreno para logradouro d'esta freguesia.
7. Ficarão os habitantes d'esta freguesia com os mesmos direitos de pastagem de gado bovino e caprino que até aqui usufruam e conforme o estabelecimento das pasturas municipais.
8. Quando houverem madeiras creadas e fa bras para este, ficará a Junta da freguesia com o direito de cortar as madeiras necessarias para as obras parquias, assim como para obras de reparos que qualquer pobre necessitar fazer em seus predios e que a Junta julgar em occaso imprescindivel e inadiavel, visto ser estado neste uso antigo não só a dita Junta.

Anexo 3: Espécies botânicas mais relevantes com presença na Serra do Marão

Nome Vulgar	Nome Botânico	Família
Bordo; Padreiro	<i>Acer pseudoplatanus</i> L.	<i>Aceraceae</i>
Liquidamber	<i>Liquidambar styraciflua</i> L.	<i>Hamamelidaceae</i>
Liriodendro	<i>Liriodendron tulipifera</i> L.	<i>Magnoliaceae</i>
Metasequoia	<i>Metasequoia glyptostroboides</i> Hu Cheng	<i>Taxodiaceae</i>
Háquea-picante,	<i>Hakea sericea</i> Schrader	<i>Fabaceae</i>
Tramazeira	<i>Sorbus aucuparia</i> L.	<i>Rosaceae</i>
Vidoeiro	<i>Betula celtiberica</i> Rothm. Vasc.	<i>Betulaceae</i>
Cerejeira brava	<i>Prunus aviun</i> L.	<i>Rosaceae</i>
Pinheiro bravo	<i>Pinus pinaster</i> Aiton	<i>Pinaceae</i>
Pinheiro manso	<i>Pinus pinea</i> L.	<i>Pinaceae</i>
Pinheiro larício	<i>Pinus nigra</i> var <i>laricio</i> Arnold	<i>Pinaceae</i>
Pinheiro silvestre	<i>Pinus sylvestris</i> L.	<i>Pinaceae</i>
Carvalho nacional	<i>Quercus robur</i> L.	<i>Fagaceae</i>
Sobreiro	<i>Quercus suber</i> L.	<i>Fagaceae</i>
Carvalho negral	<i>Quercus pyrenaica</i> Willd.	<i>Fagaceae</i>
Pseudotsuga	<i>Pseudotsuga menziesii</i> (Mirbel) Franco	<i>Pinaceae</i>
Cedro do atlas	<i>Cedrus atlantica</i> (Endl.) Carrière	<i>Pinaceae</i>
Carvalho americano	<i>Quercus rubra</i> L.	<i>Fagaceae</i>
Faia	<i>Fagus sylvatica</i> L.	<i>Fagaceae</i>
Azevinho	<i>Ilex aquifolium</i> L.	<i>Aquifoliaceae</i>
Medronheiro	<i>Arbutus unedo</i> L.	<i>Ericaceae</i>
Tormentelo	<i>Thymus caespititius</i> Brot	<i>Lamiaceae</i>
Urze	<i>Erica scoparia</i> L.	<i>Ericaceae</i>
Giesta	<i>Cytisus striatus</i> L.	<i>Fabaceae</i>
Tojo	<i>Ulex europæus</i> L.	<i>Papilionáceas</i>
Castanheiro	<i>Castanea sativa</i> Miller	<i>Fagaceae</i>
Cerejeira St ^a Lúcia	<i>Prunus mahaleb</i> L.	<i>Rosaceae</i>
Cedro do Buçaco	<i>Cupressus lusitanica</i> Miller	<i>Cupressaceae</i>
Mimosa	<i>Acacia dealbata</i> Link	<i>Mimosáceas</i>
Acácia Austrália	<i>Acacia melanoxylon</i> Aiton	<i>Mimosáceas</i>
Larix	<i>Larix decidua</i> Miller	<i>Pinaceae</i>
Cipreste	<i>Cupressus sempervirens</i> L.	<i>Cupressaceae</i>

Anexo 4: Gráfico de intervenções



Anexo 5: Minas, datas de concessão e seus concessionários

Natureza da Mina	Denominação	Freguesia	Data da concessão	Concessionário
Estanho	Alto da Praina	Rebordelo	14-03-1918	Nortenha
Estanho	Fontão	Rebordelo	14-03-1918	Nortenha
Estanho	Grosso	Rebordelo	14-03-1918	Nortenha
Estanho	Pedras brancas	Canadelo	14-03-1918	Nortenha
Estanho	Vieiros	Rebordelo	14-03-1918	Nortenha
Estanho	Vieiros n.º 1	Rebordelo	14-03-1918	Nortenha
Estanho	Ribeiro do Guimbro	Fridão	27-01-1922	Nortenha
Estanho	Poças das granjas	Rebordelo	28-01-1922	Nortenha
Estanho	Ribeiro de pedreiros	Rebordelo	29-01-1922	Nortenha
Estanho	Ribeiro das Forçadas	Rebordelo	07-06-1922	Nortenha
Estanho	Ribeiro Poças do Meio	Rebordelo	07-06-1922	Nortenha
Estanho	Fragas Altas	Canadelo	08-06-1922	Nortenha
Estanho	Ribeiro Poças do Cabo	Fridão	08-06-1922	Nortenha
Estanho	Furnas n.º1	Olo e Canadelo	08-09-1923	Comp ^a Mineira Norte
Estanho	Serra da Meia Via n.º 1	Fridão	08-09-1923	Comp ^a Mineira Norte
Estanho	Pena do Gato	Olo, Canadelo e Fridão	10-09-1923	Comp ^a Mineira Norte
Estanho	Ribeiro de Felgueiras	Fridão	10-09-1923	Comp ^a Mineira Norte
Estanho	Campochão de Baixo	Olo e Canadelo	19-09-1923	Comp ^a Mineira Norte
Estanho	Ribeiro de Ordes n.º2	Olo e Canadelo	20-09-1923	Comp ^a Mineira Norte
Estanho	Barroco	Canadelo	02-03-1928	Nortenha
Estanho	Boucinha	Canadelo	02-03-1928	Nortenha
Estanho	Várzea	Canadelo	02-03-1928	Nortenha
Estanho	Os Coutinhos	Ansiães	20-03-1940	Metallum
Estanho	Furnas	Sanche, Olo e Canadelo	30-06-1943	Manuel José Marques
Estanho	Ribeiro de Ordes	Olo e Canadelo	30-06-1943	Manuel José Marques
Estanho	Ribeiro de Ordes n.º3	Olo e Canadelo	30-06-1943	Manuel José Marques
Estanho	Costa das Teixugueiras	Ansiães	01-03-1950	Comp. ^a Portug ^a Minas
Estanho	Costa do Carregal	Ansiães	01-03-1950	Comp. ^a Portug ^a Minas
Estanho	Pena da gonta	Ansiães	01-03-1950	Comp. ^a Portug ^a Minas
Volf. e Est.	Couto M. do Marão	Ansiães	21-02-1953	Comp. ^a Portug ^a Minas
Estanho	Monte redondo nº 1	Ansiães	30-10-1953	Comp. ^a Portug ^a Minas
Estanho	Ribeiro de Espinho	Ansiães	30-10-1953	Comp. ^a Portug ^a Minas
Volf. e Est.	Fonte Figueira nº1	Aboadela	03-11-1955	José Coelho Santos
Estanho	Alto do vale da Bilheira	Canadelo	30-05-1961	Nortenha
Estanho	Serra da Meia Via	Rebordelo	30-05-1961	Nortenha

Nota: Dados recolhidos dos Mapas dos Impostos sobre Minas e Águas Minerais, relativos aos anos de 1958 a 1966, publicados em diferentes Diários do Governo, como suplemento do Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Indústria, Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.

Além dos particulares mencionados, as empresas concessionárias que no quadro se encontram abreviadas, são: Companhia Mineira do Norte de Portugal, SARL ; Companhia Portuguesa de Minas, SARL ; Metallum, Lda. ; Nortenha – Minérios de Estanho, SARL

Anexo 6: Guião das entrevistas

Guião da entrevista direccionada para obter dos interlocutores a opinião e crítica de alguns assuntos relacionados com a gestão actual dos baldios

- Os compartes sabem valorizar os espaços comunitários?
- Os utilizadores do espaço dão valor ao espaço natural Baldio?
- A gestão das áreas baldias deveria ser alterada na sua essência?
- A comunidade local (compartes) está em condições de dar resposta a uma gestão responsável e partilhada?
- Quais as principais fontes de receita do baldio?
- Que recursos prioritários em matérias de gestão?
- Perigos e ameaças activas?
- Que intervenções prioritárias em termos de silvicultura para a Serra do Marão?
- Que parcerias se entendem como viáveis para assegurar e monitorizar a co-gestão?
- Que papel deve ser reservado ao Estado?
- Em que condições os baldios estão dispostos a assumir a gestão?
- Perante que situação deve o Estado reassumir a gestão?
- E se os baldios não quiserem sair da co-gestão?
- Que se passa no baldio em matéria de resina? E de Casas de guarda? E de cogumelos? E de eólicas? E de minas?
- Que Empresas trabalham na área do baldio? Restaurantes, madeireiros, resineiros, empreiteiros, empresas prestadoras de serviços.
- Que Turismo que se faz? Rios, montanha, desporto, gastronómico,
- Que factos históricos relevantes?

Anexo 7: Conteúdo dos PUB e PGF

N.º 133 — 9-6-1999

DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE-A

3255

dona Gomes Cravinho — Luís Manuel Capoulas Santos — Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira.

Promulgado em 20 de Maio de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 27 de Maio de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*

ANEXO I

Conteúdo dos planos de gestão florestal

1 — Os planos de gestão florestal devem abordar os seguintes assuntos:

1.1 — Avaliação geral dos recursos da unidade de gestão florestal e evolução histórica do seu aproveitamento;

1.2 — Compartimentação da mata para efeitos de gestão (rede divisional ou compartimentação natural);

1.3 — Definição e delimitação das parcelas;

1.4 — Avaliação das áreas, descrição e caracterização das parcelas quanto à composição, à geomorfologia e natureza dos solos, sub-bosque e flora dominante;

1.5 — A composição, o regime cultural e modo de tratamento, a idade ou fase de desenvolvimento, a caracterização da ocupação da estação, a densidade, a lotação, o grau de coberto e a existência;

1.6 — Avaliação da qualidade do arvoredo (estado vegetativo e sanitário);

1.7 — Definição das operações silvícolas mínimas.

2 — No caso de utilização económica dos povoamentos florestais para produção lenhosa, deverá ser elaborado um plano geral da exploração e planos de intervenção a médio prazo, contemplando::

2.1 — A definição dos principais objectivos da exploração e sua justificação;

2.2 — A selecção dos modelos de silvicultura, tipos de explorabilidade e métodos de regulação da produção.

3 — Os documentos escritos deverão ser acompanhados de cartografia na escala de 1:10 000 ou mesmo na escala de 1:5000, quando se justifique.

ANEXO II

Conteúdo dos planos tipo de utilização dos baldios

Os planos tipo de utilização dos baldios devem conter as seguintes peças:

1 — Enquadramento geral:

1.1 — Avaliação dos recursos do baldio e evolução histórica do seu aproveitamento;

1.2 — Caracterização da situação actual do baldio no que respeita ao uso e fruição por parte das comunidades locais;

1.3 — Cartografia geral dos espaços e infra-estruturas existentes segundo a sua utilização actual.

2 — Abordagens específicas para as componentes florestal, silvo-pastoril e de aproveitamento de outros recursos, garantindo a sua mútua compatibilidade:

2.1 — No que respeita à componente florestal, o plano deverá seguir a estrutura apresentada no anexo II, nomeadamente no que se refere aos subpontos n.ºs 1.2 a 1.6, ponto 2 e ponto 3;

2.2 — No que respeita à componente silvo-pastoril, o plano tratará:

2.2.1 — A definição das áreas susceptíveis de aproveitamento pastoril;

2.2.2 — A sua potencialidade forrageira;

2.2.3 — O levantamento e caracterização do efectivo pecuário existente;

2.2.4 — Definição dos grandes objectivos relativamente à produção pecuária;

2.2.5 — Definição dos modelos de ordenamento silvo-pastoril e elaboração de planos de curto e médio prazos;

2.3 — No que respeita aos restantes recursos, deverá ser planeada a sua utilização, nomeadamente para:

2.3.1 — As actividades cinegéticas, aquícolas e apícolas;

2.3.2 — O aproveitamento de outros recursos silvestres;

2.3.3 — As actividades turísticas e de recreio;

2.3.4 — O aproveitamento de outros recursos existentes.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Decreto-Lei n.º 206/99

de 9 de Junho

O Decreto-Lei n.º 296/98, 25 de Setembro, estabeleceu as regras a que devem obedecer os requisitos de qualidade, rotulagem, publicidade, colocação no mercado, fabrico e acondicionamento dos produtos cosméticos e de higiene corporal, mediante a transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 93/35/CEE, do Conselho, de 14 de Junho, e da Directiva n.º 95/17/CE, da Comissão, de 19 de Junho.

Estabeleceu o citado diploma que os fabricantes de produtos cosméticos e de higiene corporal devem ter à disposição do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED) um caderno técnico contendo a documentação referente a cada produto. Torna-se, portanto, necessário definir quais as informações que nele devem constar.

Por outro lado, o mesmo decreto-lei prevê, por razões de confidencialidade comercial, a não inscrição de um ou vários ingredientes que deveriam constar na rotulagem dos produtos cosméticos e de higiene corporal; contudo, esta confidencialidade não pode prejudicar a segurança dos consumidores, tornando-se necessário definir quais os critérios e em que condições um fabricante a pode solicitar.

Completa-se, assim, a transposição da Directiva n.º 93/35/CEE, do Conselho, de 14 de Junho, e da Directiva n.º 95/17/CE, da Comissão, de 19 de Junho, estabelecendo as regras relativas à documentação técnica e confidencialidade de ingredientes respeitante à rotulagem dos produtos cosméticos e de higiene corporal.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do 198.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

CAPÍTULO I

Documentação técnica

Artigo 1.º

Informações obrigatórias

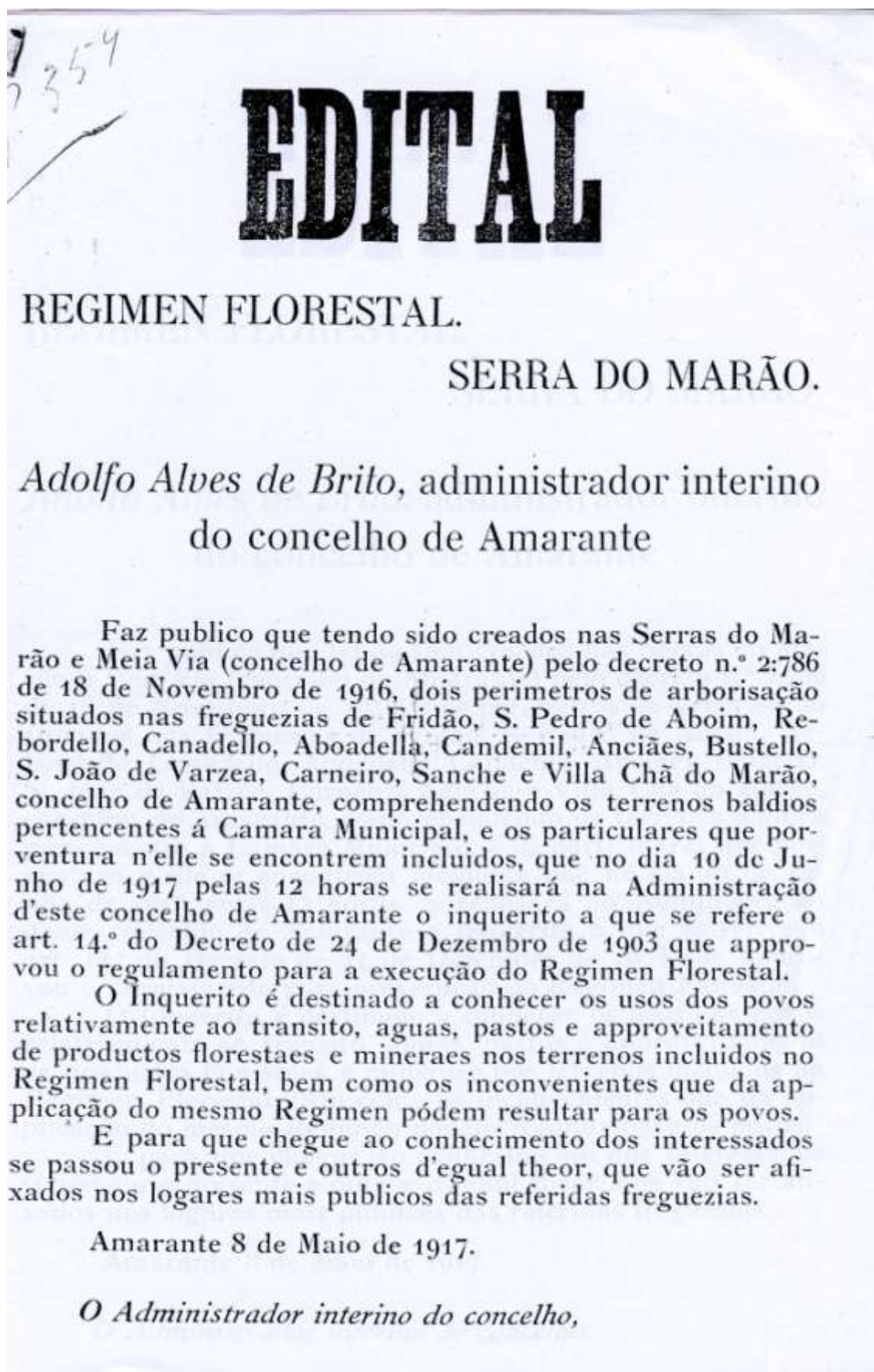
1 — O fabricante de produtos cosméticos e de higiene corporal, o seu mandatário ou a pessoa por conta de

Anexo 8: Acta de Ansiões, de 1916

Nos dezesseis de Dezembro de mil novecentos e dezesseis na casa das suas ses-
 sãoes, reunida em sessão ordinária a Junta de Paroquia d'esta freguesia de An-
 siões, Concelho de Amarante, sob a presidencia do cidadão Antonio Ribeiro Ba-
 to e treze outros os rogares no fim assenados. Aberta a sessão e lida e aprovada
 a acta anterior, declarou o presidente que se se proceder a occupação do Mar-
 não apparecendo nenhum concorrente, pelo que se deliberou repetir no proximo dia
 trinta e um do corrente. Com seguida diz o presidente que nos fôrmas do dia
 dez do corrente - "Promessa de Jurem" - n'um artigo assinado por Souza Costa e no-
 "Flor da Paragem" - era haver sido decretado para serem creados nas serras de Marão
 e Meus-Via e incluindo no Regimento Florestal dois parcos nos terrenos baldios
 pertencentes a Camara Municipal d'este Concelho sua superficie de quatorze mil
 hecctares, ignorando elle presidente se os baldios d'esta freguesia se acham incluídos
 n'este decreto. Ora nesta freguesia não ha baldios alguns camoneiros e todos n'este
 existentes são logradouro commun e exclusão de seus habitantes, competendo a
 sua Junta de Paroquia toda e qualquer acta de administração, o que consta de
 termo de confissão da Camara Municipal de Amarante datado de quatro de De-
 zembro de mil oitocentos e noventa e um, julgado por sentença no fôro de Direito
 d'esta Comarca. É muito provavel que os muito dignos vereadores da actual Ca-
 mara, desconheciam este termo, e por isso julgou conveniente chamavilhes a sua
 attenção para as actas de sessões desde Agosto d'esse anno de mil oitocentos noventa
 e um, pois deveria ser nesse mez que a Junta d'esta freguesia moveu a acção.
 Então poderão alegar a concessão feita posteriormente a Declaração da Silva por não
 ter effeito. Logo que a Junta d'esse teve conhecimento reccuando não ter adrogado
 n'esta comarca por tomar desgostar o influente politico empunhado n'essa concessão
 promulgando um Rego. Escreveram os articulados não chegando a requerer-se a acção
 porque o povo fô impaciente, sabendo que Declaração da Silva e outros se dirigiam pa-
 ra Namathoso, sabiam eles restando os a districto. Consta acharem-se fuzentis ex-
 tos caratheiros da Villa e entre outros o Excellentissimo senhor Augusto Brechado
 um dos maiores cultos do Concelho e um dos raras que conseguiu o respeito e
 admiração de grandes e pequenos, ricos e pobres. Se não fôra a muito coloma que
 aqui todos lhe dedicam, e a sua educação de um dos socios (um senhor Feabro)
 sendo duvidoso alguma montei baseia a lamentação. O fôro estava indignado e as-
 mado como se fosse para uma montaria. Concorreu-se em liminar a concessão
 a um pequeno terreno junto as nascentes das aguas, e d'esse pagad fôro a fregue-
 sia promettendo adlar alguns dias depois para se levar a occupação. Não con-

procederam, mas também não fuzeram mais do os pés. Não intentá a Junta por
qualquer obstáculo a arborização que espera ser de grande beneficio não só pelo
aumentó de riquezas em madeira e lenha, mas também para o bom regimen
das aguas e saúde pelo melhora do clima atenuando sem dunda a influencia
dos ventos que muito damnificam a agricultura e casas de habitação. Mas em
de os baldios exclusivamente dos habitantes d'esta freguesia, despo a Junta revelou
seus interesses salvaguardando o direito de corte de madeiras necessarios para o
auxilio das terras, o direito de pesquisa e utilização de aguas, aproveitamento
de pasto para gados, aproveitamento de lenhas e madeiras, tirando o Estado a
parte que lhe pertencer para as despesas de arborização, pagamento de reencimento
das guardas florestais e seu alojamento, enfim, despo a Junta salvaguardar o
direito de exploração de pedreiras e quaisquer minérios de construção de edificios
urbanos e de todos os direitos existentes nesta dola. Prependo se informe a Excel
lentissima Câmara de exposto, todos por unanimidade aprovam sendo deliberado
emmarcar uma copia da presente acta. Como não houvez nenhum outro assun
pto a tratar, foi encerrada a sessão, lamando-se a presente acta que todos assi e
marm (a a) António Ribeiro Basto, António Mendes de Araujo, Frederico Mendes da Silva
António Ribeiro da Fonseca, Joaquim da Costa. - Esta conforme o original ao que me
reporto. Juizias Jo de Máo de 1917 e dezesete.

(Copia) Aos vinte e sete dias de Maio de mil novecentos e dezesete, na casa
das suas sessões, reuniu em sessão ordinaria a Junta de Paroquia d'esta freguesia de
Juizias, Conselho de Amaraute, sob a presidencia do Cidadão António Ribeiro Basto,
e presentes os vogaes m ferra assinados. Lida e aprovada a acta anterior e lido
um Edital da administração d'este Conselho, sobre o Regimen Florestal na Serra
do Marão, fagudo publico, que no dia dez de Junho proximo se procedia na admi
nistração e respectiva inquerito sobre usos dos pontos relativos ao trázito, aguas,
pastos, e aproveitamento de productos florestais e minerais e aos inconvenientes
que d'ahi foziam admi. Sendo deliberado uniformar que sendo todo o Marão
silo nos limites d'esta freguesia, logradours comum e exclusivo de seus habitantes, se
he a administração da sua Junta de Paroquia, a freguesia despo salvar todos
os seus interesses e direitos adquiridos, auferindo o Estado tão somente aquella
parte que lhe pertencer do producto florestal para as despesas de arborização, pa
gamento de reencimento e alojamento das guardas florestais e do alojamento das guar
das florestais, e Junta copia d'esta acta e da sessão de dezesete de Dezembro do ano
findo emmarcar a Câmara Municipal d'este Conselho. Não havendo nenhum outro

Anexo 9: Edital do inquérito de submissão.

Anexo 10: Publicações do "Flor do Tâmega" dos dias 13.05.1917 e 24.06.1917

desta vila, com...
es de prisão correcio-
ensor, o sr. dr. José
vão, o do 2.º officio, sr.

são e ofensas corpo-

ina da Mota, casada,
a Tranqueira, desta vi-
ada em 5000 de mul-
sor, o sr. dr. José
ão, o do 2.º officio,

Loureiro, do lugar e
e Varzea d'Ovelha,
Marco de Canavezes,
em 60 dias de multa
s, nos selos e registas
or, o snr. dr. José
o do 4.º officio, sr.
le fogo e apedreja-

Carvalho, casado,
a vila, absolvido.
o snr. Dr. José
o do 3.º officio
José Diniz.

tos

o cuidada edifica-
ra da Silva, do
voluminho de
custo de 30 cen-
uma coleção de
escolhidos, de
s, como sejam
Hugo, Camilo,
en, Chateaubri-
Wendheim

Tira-lhes os pés, e os caro-
ços, e fal-as ferver em assucar
em ponto de pluma; meio arrat-
tel de assucar para cada arratel
de cerejas.

MARMELADA DE AMEIXAS

Tira os caroços ás ameixas
e coze-as em agua até que as
possas desfazer, e passar por
uma peneira de seda.
Engrossa esta marmelada
um pouco, pondo-a ao lume em
um tacho, e mistura-lhe outro
tanto assucar em ponto grosso,
mexendo tudo, e deixando-a a
fogo lento, de modo que chie
sem ferver.

GELEIA DE CEREJAS

Pisa cerejas bem maduras,
côa o sumo por uma peneira, e
deixa-o assentar para tirar o
líquido claro. Em cada canada
deste sumo farás ferver um ar-
ratel de assucar, até tomar a
consistencia de geleia. Deixa-a
assentar para lhe tirar a espuma
com um bocado de papel bran-
co.

CARTEIRA

—Fazem anos: no dia 27
o sr. Ruy Teixeira de Sousa, da
Casa da Boa Vista, Vila Meã.
—No dia 29 a sr.ª D. Vir-
ginia Navarro de Queirós.
—Fez anos no dia 22 o sr.
José da Costa Machado.
—Está na sua quinta de
Santa Eulalia o sr. Francisco Jo-
sé da Naia e Silva.
—Esteve nesta vila o sr.
Antonio Manuel dos Santos Vila,
mui digno alferes da administra-
ção militar, que veio despedir-se
dos seus amigos, em virtude de
seguir para França.

«Horas de recolhimento»

São credores incertos para dedu-
zirem os seus direitos.
As despesas da praça
são por conta de arrematantes.
Amarante, 16 de Junho de
1917.

O escrivão interino do ter-
ceiro officio,
José Diniz de Mesquita.
Verifiquei
O Juiz de Direito
Inácio Monteiro.

AVISO

Nos termos do art. 32 do
Regulamento dos serviços florest-
aes de 24 de Dezembro de 1903,
são prevenidos quaesquer inter-
essados na sujeição ao Regimem
Florestal dos terrenos dos polí-
gnos da Serra do Marão e Meia
Via, que o respectivo auto do in-
querito se encontra patente na
administração deste concelho,
pelo espaço de 30 dias a contar
da presente data afim de que os
mesmos interessados o possam
examinar e apresentar contra
elle as reclamações que enten-
der.

Amarante, 10 de Junho de
1917.

O administrador do con-
celho, interino
(a) Adolfo Alves de Brito.

PREVENÇÃO

Previnem-se os ourives ou
outras quaesquer pessoas que foi
roubada a Manoel Monteiro Vi-
olante uma corrente de ouro de
dous fios e barbela de tranqueta
em um mosquetão. Tem uma
medalha oval. Pede-se para ser
apreendida, e dão-se alviças a
quem indicar onde se encontra.

Canadello, e são postos em praças com a declaração de que os mesmos prédios continuam sujeitos ao usufructo vitalício de Henriqueta Diniz Jorge, solteira, reservataria do lugar da Rua, freguezia dita de Canadello, e que aos mesmos prédios, compreendendo todas as suas águas servidões e pertencas e que, serão arrematados livre de contribuição de registro por título oneroso, que na sua totalidade ficará a cargo e de conta dos mesmos arrematantes.

Pelo presente, são citados todos e quaisquer credores incertos, que se julgue com direito ao produto da arrematação, para virem deduzir os seus direitos dentro do prazo legal querendo.

Amarante, 5 de Maio de 1917.

Verifiquei,
O Juiz de Direito,
Indício Monteiro.
O escrivão interino do 3.º
ofício,
José Diniz de Mesquita.

EDITOS DE 35 DIAS

1.ª publicação

Por este Juiz de Direito do 4.º ofício correm editos de 35 dias, a contar da data da publicação do ultimo anuncio, citando José Victório da Cruz e esposa Maria Emilia da Cruz e Albertina Ribeiro da Cruz e marido cujo nome se desconhece, todos ausentes em parte incerta dos Estados Unidos do Brasil, para no prazo de dez dias immediato ao dos editos impugnarem o pedido da acção ordinaria segundo o Decreto de 29 de Maio de 1907 contra elles proposta por Silvino de Carvalho, casado, lavrador do lugar do Boi Morto, freguezia de Manhuncelos, comarca do Marco de Canaveze e por Arnaldo Teixeira ou Antonio Teixeira de Marinho, casado, moleiro, do lugar do Toural, freguezia de Fridão, desta comarca para lhes pagarem as seguintes quantias de que os réus eram devedores ao falecido seu cunhado Joaquim Teixeira Torres, a saber: os 1.º réus ao 1.º auctor a quantia de 12\$70 e os 2.ºs réus a quantia de 22\$37, ao 1.º auctor e a de 50\$00 ao 2.º auctor, em rasão de tais quantias lhes terem sido adjudicadas para pagamento de dividas que o mesmo Torres lhes devia e que foram aprovadas no inventario a que por sua morte neste Juizo se procedeu. Podem mais os auctores que não havendo im-

puar, Arnaldo Domingues, viuvo, professor official, morador que foi no lugar de Gatiães, freguezia de Lufrei, desta comarca, para que deduzam a sua habilitação no prazo legal, que é na 2.ª audiencia, depois de findo o prazo dos editos, sob pena de, findo esse prazo, a herança ser julgada ou declarada vaga para o Estado. As audiencias deste Juizo fazem-se ás 2.ª e 5.ª feiras de todas as semanas, pelas 10 horas, no Tribunal Judicial, sito dentro do edificio do extincto convento de S. Gonçalo, desta vila, e, sendo esses dias feriados, se fazem nos immediatos á mesma hora e local.

Amarante, 2 de Maio de 1917.
O escrivão do 1.º ofício,
Arnaldo Correia d'Almeida.
Visto,
O Juiz de Direito
Indício Monteiro.

Editos de 30 dias

1.ª publicação

Por este Juizo de Direito da comarca de Amarante, cartorio do terceiro ofício e inventario orfanologico a que se procede por obito de Paulo Marinho, casado, morador que foi no lugar da Rua Nova, freguesia de Vila Chã, em que é cabeça de casal a viuva Barbara Pinheiro da Costa, correm editos de trinta dias a contar da segunda segunda e ultima publicação deste anuncio no Diario do Governo, citando, para assistir a todos os termos, até final do referido inventario, sem prejuizo do seu andamento o interessado Domingos Marinho, solteiro, de vinte e seis anos, ausente em parte incerta na Republica dos Estados Unidos do Brasil.

O escrivão interino do terceiro ofício,
José Diniz de Mesquita.
Indício Monteiro.

COMARCA DE AMARANTE

EDITOS DE 30 DIAS

(2.ª publicação)

Pelo Juizo de Direito da comarca de Amarante, cartorio do segundo ofício, correm editos de trinta dias a contar da ultima publicação deste anuncio, a citar os interessados Filiano Ribeiro Mourão, casado

afim de proceder em hasta publica á venda do cavallo n.º 38 da 2.ª bateria deste regimento por ter sido julgado incapaz para o serviço do Exercito.

Quartel em Amarante, 11—5—917.

O secretario,

André Maria d'Oliveira.
Tenente.

EDITAL

REGIMEN FLORESTAL.—SERRA DO MARÃO

Adolfo Alves de Brito, administrador interino do concelho de Amarante

Faz publico que tendo sido creados nas Serras do Marão e Meia Via (concelho de Amarante) pelo decreto n.º 2.786 de 18 de Novembro de 1916, dois perimetros de arborização situados nas freguezias de Fridão, S. Pedro de Aboim, Rebordello, Canadello, Aboadella, Candemil, Anciães, Bustelo, S. João de Varzea, Carneiro, Sanche e Vila Chã do Marão, concelho de Amarante, comprehendendo os terrenos baldios pertencentes á Camara Municipal, e os particulares que porventura n'ele se encontrem incluidos, que dia 10 de Junho de 1917 pelas 12 horas se realizará na Administração d'este concelho de Amarante o inquerito a que se refere o art. 14.º do Decreto de 24 de Dezembro de 1903 que aprovou o regulamento para a execução do Regimen Florestal.

O Inquerito é destinado a conhecer os usos dos povos, relativamente ao transitio, aguas, pastos e aproveitamento de productos florestaes e mineraes nos terrenos incluidos no Regimen Florestal, bem como os inconvenientes que da applicação do mesmo Regimen podem resultar para os povos.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados se passou o presente e outros d'equal teor, que vão ser afixados nos logares mais publicos das referidas freguezias.

Amarante 8 de Maio de 1917.

O Administrador interino do concelho,

(a) Adolfo Alves de Brito.

Administração do
Concelho de Amarante